

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA PRÓ –  
REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO  
EM HISTÓRIA

**MARCOS ANDRÉ GOMES**

**REPENSANDO A REPÚBLICA DOS  
GOVERNADORES DE MANUEL FERRAZ DE  
CAMPOS SALES (1898-1902).**

Niterói  
2019

MARCOS ANDRÉ GOMES

LINHA DE PESQUISA:  
POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEMÓRIA

**REPENSANDO A REPÚBLICA DOS GOVERNADORES DE  
MANUEL FERRAZ DE CAMPOS SALES (1898-1902).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Erica Sarmiento da Silva.

Niterói  
2019

## **Resumo**

A *República dos Governadores de Manuel Ferraz de Campos Sales*, no início do século XX, foi um dos mais importantes acontecimentos na política interna brasileira. O cientista político Renato Lessa a classificou como a Invenção republicana porque assegurou a governabilidade da Primeira República e Campos Sales como personagem não apenas por sua ação, mas também porque, depois de sua gestão presidencial, é, no cenário brasileiro, um raro caso de presidente, que refletiu de dentro e não de fora, sobre sua experiência política. Nossa pesquisa consiste em entender como a *República dos Governadores*, um estratagema orquestrado por Campos Sales, desenvolveu-se e estimulou os seus apoiadores a requererem a estabilidade política e econômica no período de (1898 – 1902).

**Palavras chave:** República dos Governadores, Campos Sales, Congresso.

## **Abstract**

The Republic of the Governors of Manuel Ferraz de Campos Sales, at the beginning of the 20th century, was one of the major events in Brazilian domestic politics. The political scientist Renato Lessa was classified as an action for his action, but also because, after presidential, it is a Brazilian scenario, a rare case of president, who reflected from inside and outside, about his political experience. The research consisted of an effort like the Republic of Governors, a strategy orchestrated by Sales Fields, developed and stimulated its supporters for the accomplishment of a policy and economy in the period from 1898 to 1902.

**Key words:** Republic of the Governors, Campos Sales, Congress.

ÉRICA SARMIENTO DA SILVA

**“REPENSANDO A REPÚBLICA DOS GOVERNADORES DE MANUEL  
FERRAZ DE CAMPOS SALES (1898-1902)”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 21 de agosto de 2019 pela banca examinadora, composta pelos professores:



---

**Prof.ª Dr.ª Érica Sarmiento da Silva**

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



---

**Prof.ª Dr.ª Karoline Caruka**

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF)



---

**Prof.ª Dr.ª Vivian Cristina da Silva Zampa**

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

### CIP - Catalogação na Publicação

G633 Gomes, Marcos André  
Repensando a República dos Governadores de  
Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902) / Marcos  
André Gomes. -- Niterói, RJ, 2019.  
125p.  
Referências: P. 113-118.

Orientadora: PhD. Erica Sarmiento da Silva.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado  
de Oliveira, 2019.

1. Salles, Campos, 1841-1913. 2. Brasil – Política e  
Governo – 1889-1913. 3. Brasil – Política econômica.

I. TÍTULO. CDD 981.05

*Esforço-me para que eles sejam fortalecidos em seu coração, estejam unidos em amor e alcancem toda a riqueza do pleno entendimento, a fim de conhecerem plenamente o mistério de Deus, a saber, Cristo. Nele estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento.*

*( Colossenses 2. 2-3 )*

## **AGRADECIMENTOS**

Esta pesquisa foi cansativa e exigiu tempo suficiente para concluí-la: problemas pessoais e outras situações adversas tentaram nos fazer parar ou até mesmo nos desanimar para não prosseguirmos. Agradeço a Deus por ter me concedido essa oportunidade; a minha esposa Mirian Gomes pela paciência, compreensão e apoio nas horas dedicadas à pesquisa; a minha orientadora, Profa. Dra. Erica Sarmiento da Silva, pela sabedoria, paciência e auxílio ao longo desses trinta e dois meses.

Meus agradecimentos a banca examinadora da dissertação de mestrado composta pelas professoras: Dra. Erica Sarmiento da Silva, Dra. Vivian Zampa e Dra. Caroline Carula, por seus apontamentos, dicas e comentários que muito enriqueceram essa versão final.

Agradeço a revisora do texto final a professora Silvia Freitas e a colega de turma Cindye que me auxiliou nos momentos decisivos.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I – A República dos Governadores de Campos Sales e suas interpretações de (1889 a 1898)</b> .....	7
1.1. A interpretação Clássica da Primeira República .....	8
1.2. Primeira República: A fundamentação Clássica na Política dos Governadores .....	29
1.3. Mecanismos antecedentes a Política dos Governadores: anos conflitantes .....	36
<b>Capítulo II – O Desafio Político de Campos Sales: o confronto na arena do Congresso Nacional</b> .....	50
2.1. PRF – O partido da Unidade republicana .....	50
2.2. PRF – De situação á oposição em 1898 .....	63
2.3. A vitória no Congresso: A Edificação da Política dos Governadores.....	69
<b>Capítulo III – Campos Sales e o presidencialismo da República Federativa do Brasil</b> .....	75
3.1. O homem Campos Sales: sua vida e política .....	75
3.2. O presidencialismo de Campos Sales: O de coalizão .....	85
3.3. A política econômica de Campos Sales: muito além do café.....	98
<b>Conclusão</b> .....	110
<b>Fontes Documentais</b> .....	113
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	114

## INTRODUÇÃO

A escravatura foi a base do regime monárquico, assim, como havia sido, no passado, a base da Colônia<sup>1</sup>. Com o seu declínio e abolição, encerrou-se uma longa fase da história do Brasil. A proclamação da República em 1889 prometia mudanças. Todavia, ao longo de quase todo o período que vai de 1889 a 1930, o poder continuou nas mãos dos grandes proprietários rurais, representados diretamente pelas elites locais. Proclamada um ano depois da abolição da escravatura, a República teve como principais personagens além dos importantes proprietários rurais, os cafeicultores, os militares. Nos primeiros cinco anos da vida republicana, estes dominaram a cena política, razão pela qual o período. Foi chamado de República da Espada. O marechal Deodoro da Fonseca era o chefe do Governo Provisório, cargo em que permaneceu até a promulgação da Constituição de 1891, quando foi eleito e confirmado no cargo como presidente constitucional.

No entanto, Deodoro logo se desentendeu com os civis e tentou dar um golpe de estado para fortalecer o poder Executivo. O golpe fracassou e ele renunciou. O vice, marechal Floriano Peixoto, assumiu o seu lugar e teve que enfrentar uma rebelião militar – a Revolta da Armada, comandada pelo almirante Custódio de Melo<sup>2</sup>. Com as eleições presidenciais realizadas em 1894, o poder foi transferido para os civis, com a vitória do paulista Prudente de Moraes. O formato característico da Primeira República só foi instituído por seu antecessor, Campos Sales, a quem se deveu a prática conhecida como “política dos governadores”. Daí em diante, as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais se revezaram no poder. Segundo Renato Lessa:

Graças às crenças e ao tirocínio hiper-realistas de Campos Sales, a estabilidade republicana foi alcançada pela definição de um *modus-vivendi* – não isento de tensões – entre a autoridade presidencial e as oligarquias estaduais que controlavam as unidades da federação. A posteridade atribuiu o arranjo o nome de “Política dos Governadores”. O próprio Campos Sales preferiu usar a expressão “Política dos Estados”. Qualquer que seja o nome adotado, fixou-se na política brasileira, com claras implicações de longo prazo<sup>3</sup>.

É importante salientar que não existiam, na época, partidos nacionais, e sim partidos estaduais com poderes nacionais, como o Partido Republicano Paulista, PRP, o

---

<sup>1</sup> ler **Para uma história do negro no Brasil**. – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>3</sup> LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p.26

Partido Republicano Mineiro, PRM, e o Partido Republicano Rio-Grandense, PRR<sup>4</sup>. A política dos governadores de Campos Sales, entrou para os registros de nossa história como atividade política específica à Primeira República. Essa política consistia num acordo entre a União e os estados nos seguintes termos: as oligarquias estaduais garantiam a eleição de deputados federais e senadores indicados pelo Executivo, na representação do presidente da República, e em troca, a União daria sustentação às oligarquias estaduais. De acordo com essa interpretação dominante, o presidente da República tentava acalmar os ânimos exaltados no Congresso Nacional, tamanho era o seu interesse em fortalecer o próprio governo numa maioria parlamentar que resistiria os ataques da oposição, permitindo à governabilidade. Faltava apenas produzir elementos para que o plano de governo pudesse sedimentar definitivamente. A sombra do regime republicano, cresceu o sistema coronelista, estudado por Vitor Nunes Leal possibilitando alianças peculiares de dependência recíproca entre o Executivo e o Legislativo. O coronelismo baseava-se numa troca de favores entre a oligarquia estadual e os chefes políticos locais, os “ coronéis”. Segundo Leal:

O coronelismo é o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não, é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É ante uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras<sup>5</sup>.

O eleitorado local pertencia ao curral eleitoral de um coronel da região, que indicava em que candidatos os eleitores deveriam votar. Em geral, eram candidatos lançados pela oligarquia cafeeira. Em troca da eleição de seus candidatos, os coronéis recebiam do poder estadual alguns favores que reafirmavam seu poder local ou regional.

Entendemos que essa política só era possível porque a Constituição de 1891 não instituiu mecanismos contra as fraudes eleitorais. O voto, por exemplo, não era secreto, não existiam cédulas eleitorais nem havia uma justiça eleitoral independente. Os coronéis colocavam capangas nos locais de votação para vigiar os eleitores e garantir a vitória dos

---

<sup>4</sup> Para uma descrição pontual sobre os partidos estaduais, ver SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **O processo político partidário na Primeira República**. In: MOTTA, Carlos Guilherme ( org.). **Brasil e perspectiva**. São Paulo, Difel, 1974.

<sup>5</sup> LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.23.

candidatos oficiais. Assim, a oligarquia cafeeira e os coronéis reforçavam-se mutuamente, como afirma Leal: “exercem, por exemplo, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam”<sup>6</sup>. O voto de cabresto, entretanto, não era o único meio utilizado para fraudar as eleições. As mesas apuradoras, que contavam os votos, podiam apresentar uma ata totalmente falsa. Um candidato que passasse por esses testes ainda não podia considerar-se eleito, antes de ser reconhecido como tal pela Comissão de Verificação formada pelos próprios membros das câmaras legislativas. Independentemente dos votos recebidos, podia ser barrado pela Comissão e não ter sua eleição reconhecida, tal prática era chamada de “degola”. Com a “degola” dos candidatos indesejáveis, o governo afastava qualquer possibilidade de ascensão de seus opositores. Sendo os cafeicultores o grupo economicamente mais poderoso e concentrado em São Paulo e Minas Gerais, a política dos governadores de Campos Sales favorecia, basicamente, os interesses desses dois estados. Segundo Edgar Carone:

Dentro desta estrutura jurídico-pragmática é que Campos Sales consolida um sistema pragmático – jurídico; tendo assistido às contínuas lutas oligárquicas no plano estadual e às revoluções delas resultantes, ele concebe uma fórmula de consolidação e permanência dos grupos que estivessem no poder, sem permitir qualquer abertura às oposições<sup>7</sup>.

De acordo com a Constituição de 1891, o Brasil era uma República federativa. Na prática, em razão dos mecanismos de falseamentos das eleições, os estados pequenos e médios eram dominados pelos dois grandes estados. Estes eram os que efetivamente se beneficiavam com o direito constitucional de contrair empréstimos no exterior e manter uma força armada própria. Para fazer frente aos gastos públicos, a Constituição de 1891 estabelecia como principal fonte de recurso para os estados o imposto sobre exportações, reservando o imposto sobre as importações para o governo federal. A maioria dos estados não possuía uma forte economia exportadora, como as de São Paulo e Minas Gerais.

Independentemente de a maioria das interpretações defender as idéias de que as diferenças que se manifestavam na política daquela época seriam simplesmente estaduais, entendemos que naquele contexto surgiram fortes indícios substancialmente ideológicos, sustentados por outras questões que aqui serão enfatizadas como: o positivismo, o nacionalismo, o protecionismo e a formação de idéias no Congresso enfatizando todas essas questões. A relação institucional e os conflitos oligárquicos são um dos fatores

---

<sup>6</sup>Ibidem, p. 24.

<sup>7</sup>CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: Difel, 1988, p. 229.

preponderantes para compreendermos a República a partir da governança<sup>8</sup> de Campos Sales. Contudo é necessário redirecionar os confrontos e as forças políticas deste período. Para responder algumas indagações, essa pesquisa procurou absorver na política daquela época algumas questões de interesse público. O campo de estudo são voltados para o político e a política de Campos Sales: quais foram as idéias defendidas por Campos Sales? Qual foi o sentido do acordo realizado por ele? Que tipo de contribuição concedeu ao país? Qual era a sua relação com o Congresso nacional? De qual grupo oligárquico se originou? o que significou a política dos governadores para as oligarquias e para a sociedade brasileira em geral?

Procuraremos demonstrar se havia programas ou não para o país que não tinham sido enfrentados, não apenas no campo das idéias, mas no terreno decisório, das votações que aconteciam no Congresso. Concluimos que antes de examinar o nascedouro social dos grupos políticos, na base produtiva do país, é importante compreender como esses grupos se formavam e ao redor de quais situações e onde esses personagens devem ser examinados. Certamente esses personagens políticos devem ser examinados à luz de sua época. Quais eram os principais personagens da República? Apenas os cafeicultores e militares? Não. Ao examiná-los aconteceu um interessante fenômeno. Se nas discussões parlamentares e nos relatos do período podem ser reconhecidos como atores os florianistas, os jacobinos, os republicanos históricos, onde estes são trocados na historiografia tradicional por personagens como às oligarquias agrárias, os militares, as classes médias, grupos definidos por sua inserção social, regional ou no aparelho do Estado.

Até mesmo grupos que tinham aparência organizada, tomando o formato de partido, como por exemplo o Partido Republicano Federal, o PRF, e os grupos em que se dividiu, *republicanos e concentrados*, desapareceram das justificações sobre o nascimento da organização republicana, sem deixar vestígios. As situações políticas que conduziam as decisões e os conflitos daquele período foram minimizados, independentes dos conflitos armados em torno de questões como: centralismo x federalismo, presidencialismo x parlamentarismo, Monarquia x República, são encarados como questões secundárias,

---

<sup>8</sup>Governança deriva do termo governo, e pode ter várias interpretações, dependendo do enfoque. Segundo o Banco Mundial, governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções. Governança pode ser sinônimo de governo, o órgão de soberania ao qual cabe a condução política geral de um país. In: <http://www.significados.com.br/governanca/> (consultado em 20/06/2019).

puras controvérsias diante dos verdadeiros conflitos que eram regionais ou entre as elites x povo. Verificamos que essa interpretação é um obstáculo para compreendermos as dinâmicas políticas daquele período. Afirmamos que só é possível termos uma visibilidade melhor dessa situação a partir do apoio concedido pelos republicanos históricos, enredados com a preservação da Constituição de 1891.

Destacaremos também a economia que não pode ser desprezada. A elite que conduziu todo o processo de aliança ou acordo, culminando na política dos governadores era indubitavelmente associada com a cafeicultura. Observaremos que no seio dessa mesma elite apareceram diferenças preferenciais, arquitetadas em diferenças políticas, interpretadas em distintas propostas institucionais. Sendo assim, o entendimento aqui nos obriga a romper com uma outra interpretação solidificada naquele período: o pensamento de que a superioridade da elite paulista era a representação direta de sua visível predominância econômica. Pelo contrário, a concepção da hegemonia unida ao café foi uma evolução aprimorada. Por meio de nossas ideias, acreditamos que era necessário acabar com a preferência nacionalista e jacobina, aliciar os grupos corporativos dos cafeicultores e construir uma soberania ortodoxa que se fundamentava na crença em que a sociedade aceitaria passivamente tal projeto, por intermédio, da repressão, da propaganda na imprensa e o mais significativo as alianças políticas para obter apoio na casa legislativa do país. Procuraremos demonstrar, que o Congresso não tinha representação popular e conseqüentemente elegendo apenas a elite, acolhendo uma corrente nacionalista atuante como afirma Fernando Henrique Cardoso:

Vêm –se, pois, delineadas e confrontadas desde o início da República duas correntes distintas. À primeira, industrializante, e frequentemente especulativa, inflacionista e cavadoras de negócios, embora no fundamental portadoras de valores de progresso tão ao gosto da época e afim, até certo ponto, com o reformismo positivista -, contrapunha-se uma segunda corrente, mais solida de conservadora. À crítica ao encilhamento, aos déficits crescentes, à artificialidade da industrial nacional que importava os insumos e, diziam os opositores, estafava o consumidor nacional opunham-se os bem pensantes os porta – vozes da fonte da riqueza nacional: os cafeicultores<sup>9</sup>.

A elite cafeicultora necessitava garantir instrumentos de autocontrole do Parlamento. Nesta pesquisa são destacados dois fatores principais para a sedimentação do governo Campos Sales: primeiro, sua política de alianças e segundo, os estratégias institucionais com que se esforçaram para estabilizar a arena política em seu favor.

---

<sup>9</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **O Brasil republicano**. Estrutura de poder e economia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.41. História geral da civilização brasileira; t.3; v.8

Defenderemos que a política de Campos Sales manifestou aliança com os republicanos históricos, em torno de uma agenda que foi aprovada pelo Congresso Nacional, aprovação essa pela sua maioria: austeridade financeira, administração técnica e moderna, federalismo e presidencialismo. Quanto a organização oficial, serão apreciadas algumas opções que se apresentaram para solucionar os problemas de governabilidade e instabilidade no novo regime, examinando como e porque Campos Sales projetou a Política dos Governadores. Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo oferece um panorama geral de nossa República, apresentando as interpretações clássicas do regime republicano, são conceituações de alguns autores de modo distinto, porém, desembocando na mesma idéia de influência da Política dos Governadores de Campos Sales. veremos, também, como se desenvolveu a Política dos Governadores e sua fundamentação e por último, os conflitos acontecidos na República nos primeiros dez anos, antecedentes a posse de Campos Sales como Presidente da República.

No capítulo II, apresentaremos a influência de Campos Sales no congresso nacional; o nascimento do PRF; outros personagens que se destacaram nesse contexto, como Francisco Glicério, os florianistas, os jacobinos e analisaremos como o presidente conseguiu se cercar de apoiadores principalmente, dos republicanos históricos e também, a obtenção de sucesso na empreitada de fortalecer a aliança que não se sedimentou nos estados apenas, mas também, no Congresso Nacional. No Capítulo III, é observado o homem, o político Campos Sales, e, em contrapartida, o presidencialismo implantado por ele de 1898 a 1902. E por fim, concluímos com a política econômica realizada por ele em contraposição à política econômica ortodoxa.

## CAPÍTULO I – A REPÚBLICA DOS GOVERNADORES DE CAMPOS SALES E SUAS INTERPRETAÇÕES (1889-1898).

A consolidação do novo regime não foi fácil. Além das reações dos monarquistas<sup>10</sup>, os primeiros governos republicanos tiveram que enfrentar as divergências entre os próprios vencedores. Neste período, de 1889 a 1898, aconteceram disputas de todos os tipos, revoltas contra o Governo Federal e contra governos estaduais<sup>11</sup>; foi fundado um partido nacional, o PRF, que não durou muito tempo<sup>12</sup>; o Congresso foi atacado e posteriormente fechado; um Presidente foi destituído, Deodoro da Fonseca, e o outro se salvou, Prudente de Moraes, escapando de um atentado. A conturbada primeira década da República se acalmou com um pacto entre os principais grupos da época, denominado de Política dos Governadores, orquestrada por Campos Sales<sup>13</sup>.

É preciso considerar que o comportamento dos atores e dos grupos políticos desse contexto apresenta um sistema de difícil compreensão devido às inúmeras questões concernentes ao Estado e sobre os caminhos percorridos pela economia, manifestando discordâncias e destacando fidelidades dos personagens envolvidos nos respectivos assuntos: centralismo x federalismo, liberalismo x positivismo, República x Monarquia e presidencialismo x parlamentarismo. As alianças faziam-se e desfaziam-se ao redor desses temas, tornando difícil o entendimento sobre os padrões que direcionavam as importantes decisões que precisavam ser tomadas. A principal interpretação sobre o período apontasistematicamente para os interesses regionais, os personagens se destacaram a partir de seus estados de origem; e, ainda, se entende que, os principais atritos e conchavos são interpretados como alianças e divergências entre os estados.

---

<sup>10</sup> Para uma descrição pormenorizada da queda da Monarquia e sua resistência, ver HOLANDA, Buarque Sérgio. *Do Império á República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. **História Geral da civilização brasileira**; t.2; v.8, 2006.

<sup>11</sup> CASTRO, De Sertório. **A República que a Revolução destrui**. Rio de Janeiro: eBooksBrasil, 2002.

<sup>12</sup> O PRF, Partido Republicano Federal, partido este político de âmbito nacional, inicialmente chamado Partido Republicano Constitucional ( PRC ), fundado no Rio de Janeiro em julho de 1893, em reunião convocada pelo deputado Francisco Glicério e o senador Aristides Lobo, ambos membros do Partido Republicano Paulista ( PRP ). Da reunião da fundação, presidida por Saldanha Marinho, participaram numerosos parlamentares, como, entre outros, Quintino Bocaiúva, Prudente de Moraes, Manuel Vitorino e Júlio Mesquita. A intenção de Francisco Glicério era fundar uma agremiação de âmbito nacional, coesa e disciplinada, que respeitasse e defendesse a Constituição da República e, dessa forma, suprisse a falta de um núcleo político de sustentação do novo regime e contivesse a ameaça de implantação do parlamentarismo ou do retorno do regime monárquico. O projeto não foi adiante, e o PRF desapareceu em 1897. [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20FEDERAL%20\(PR F\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20FEDERAL%20(PR F).pdf). Consultado em ( 10 /08/2018 ) .

<sup>13</sup> GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales/ Alcindo Guanabara**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

Queremos demonstrar, que a interpretação predominante sobre o período se fundamentou nos interesses regionais, considerando que destacar o regionalismo acabou permitindo que se perdesse de vista outros elementos essenciais referente ao embate político desde a Proclamação da República até o limiar do século XX. Não se trata de menosprezar os interesses regionais, certamente importantes naquela época, mas sim, trazer a tona que as interpretações sobre o comportamento das elites não podem e nem devem minimizar-se a eles. Outras interpretações para os conflitos, fundamentadas em aspectos institucionais (contenda entre poderes, o aparecimento de entusiastas do presidencialismo) ou em justificativas pessoais (ganâncias, lutas entre famílias) também não nos concedem a solução para movimentos de proximidade e distância entre certos grupos, em muitos momentos compreendidos por semelhanças ideológicas.

Este primeiro capítulo está baseado na Política dos Governadores de Campos Sales que, obviamente, ocasionou uma sólida regionalização da política disputada no contexto nacional daquela época e neste momento o objetivo é apresentar a interpretação clássica sobre esse período, que está consagrada nas análises de autores<sup>14</sup>, que interpretam a Política dos Governadores a partir de um panorama de domínio oligárquico regional, com bases coronelísticas locais.

### **1.1 – A interpretação clássica da Primeira República do Brasil.**

Consideramos que as contribuições políticas para a principal temática que dominou as explicações “clássicas” são ainda datadas das décadas de 1960 e 1970 do século XX, e apontam o fator regional como principal condutor da luta política na primeira década de nossa República. Em conformidade ao exame das forças dominantes estaduais no momento da constituição do poder legislativo, essas bancadas estaduais oligárquicas, ao receberem seu documento de posse, ficavam à disposição do Governo Federal, estimulando o hábito da troca de favores.

Apesar de tais elementos de fato existirem e serem característicos da Primeira República, e de maneira mais incisiva a começar com Campos Sales, não ficou evidente a função do Presidente. Simultaneamente, existem desacordos sobre o sistema. Para

---

<sup>14</sup>Para uma história daquele período ver CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: Difel, 1977; SOUZA, Campello Maria do Carmo. **O Processo Político Partidário da República**. São Paulo: Difel, 1968; LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**: Rio de Janeiro, Globo, 2001; BELLO, José Maria. **História da República, 1889-1902**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1954; LOVE, Joseph. **A República brasileira: federalismo e regionalismo ( 1889-1937 )** . São Paulo: Difel, 1961.

alguns, o fundamento primordial é o poder local, erguendo-se a política local e, sobre esta, a nacional. Para outros, é o poder federal quem dita às normas da política estadual, por sua influência marcante.

De acordo com Edgar Carone a política engendrada de Campos Sales com os governadores comprovaria a ciência do então presidente em cumprimento ao verdadeiro caráter da política daquele período, notadamente local. Harmonizada a realidade brasileira no fenômeno coronelístico e na ótica oligárquica das elites, não poderia haver espaço para uma lógica nacional, determinando-se legitimar, como aponta: “a situação de fato, através da Política dos Estados”<sup>15</sup>.

Ainda segundo Carone, existem alguns fatores que evidenciam não somente a conduta das elites, mas também o conceito da Primeira República. O primeiro fator fundamenta-se na idéia de que a República representou para o autor o aumento do poder dos coronéis com o fim do Poder Moderador<sup>16</sup>. Dessa forma os coronéis tiveram maior autonomia para eleger os seus principais representantes, por isso, afirma categoricamente: “Desde a Colônia os coronéis comandam a política. A República é uma ampliação de seu domínio, pois a quebra do Poder Moderador permitiu que os coronéis escolhessem seus próprios representantes de todos os graus”<sup>17</sup>.

Nos municípios, entretanto, dominavam os coronéis; eram proprietários de terras, comerciantes, bacharéis e até industriais. Nos estados formavam-se as oligarquias, grupos poderosos constituídos pelas famílias e chefes políticos das principais regiões. Não havia Estado que não fosse dominado por algumas dessas famílias, quase todas latifundiárias.

O caso mais importante em termos nacionais era o do Estado de São Paulo, cujos chefes políticos dominavam a Executiva do Partido Republicano Paulista, o PRP, o mais poderoso partido estadual da época. Junto com chefes do Partido Republicano Mineiro, o PRM, ele controlou o Executivo e o Legislativo federais durante toda a Primeira República, o sistema de dominação ficou conhecido como política do café- com – leite<sup>18</sup>. A Política dos Governadores foi apenas a legitimação do coronelismo:

---

<sup>15</sup>CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: Difel, 1977, p. 11.

<sup>16</sup>OLÍMPIO, Telmo; WANNY, Fernandes. **O poder Moderador e a supremacia executiva após 1988**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

<sup>17</sup>CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais ( 1889-1930 )**. São Paulo, DIFEL, 1970, p. 151.

<sup>18</sup>A respeito dos Partidos políticos PRP e PRM respectivamente, bem como sobre o tema da Política do café – com – leite, é relevante as considerações de FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 1995.

É só através do conhecimento desta situação geral – coronelismo e oligarquia – que se pode compreender o jogo entre realidade e sistema jurídico, formas pragmáticas e sistema constitucional. A dualidade é norma fundamental da sociedade brasileira, pois, num país onde imperam descentralização geográfica e poderes locais, torna-se impossível o funcionamento de formas representativas modernas. Daí, o uso da força, o domínio do mais forte, apesar do sistema eleitoral jurídico. A realidade é tão premente que acaba se impondo e Campos Sales oficializa a situação de fato, através da Política dos Estados (Política dos Governadores)<sup>19</sup>.

Foi este o entendimento de Edgar Carone sobre a República. De acordo com o historiador, Campos Sales oficializou a Política dos Governadores, que se abalizava no poder dos coronéis, quando os partidos políticos não expressavam posições ideológicas na perspectiva de que a organização de um movimento republicano terminaria na luta pela emancipação regional, a ponto dos únicos desacordos observados serem divergências entre os estados.

O segundo fator demonstrado foi que, nos conflitos daquele período estavam ausentes posições programáticas dos líderes, já que a luta constante levou às principais lideranças, ex-monarquistas, republicanos e militares a agir desordenadamente, prendendo-se a interesses locais e coronelísticos em detrimento das fórmulas partidárias. Neste panorama, tornou-se difícil a formação de partidos políticos de âmbito nacional. Segundo Carone:

O desaparecimento do Partido Republicano Federal, logo após a proclamação do novo regime é sinal da tendência regionalista. Os antigos partidos unitários Republicano, Conservador e Liberal – são substituídos, agora, pelos estaduais. A nova realidade é expressão da organização de uma única classe: a aristocracia agrária<sup>20</sup>.

É importante destacar que, esta situação está profundamente relacionada com a percepção de classes sociais em que as oligarquias não passavam de grupos regionais da classe agrária no poder, classe esta, que se resumiu aos proprietários de terras. Os conflitos entre as elites da Primeira República manifestaram, assim, não conflitos de classes, mas sobretudo, conflitos regionais. Diante destas considerações se faz necessário verificar o conceito de oligarquia. E entre os autores contemporâneos que tratam da temática destacamos Norberto Bobbio, que, depois de variadas considerações sobre a origem do conceito de oligarquia, perpassando pelos escritos da antiguidade e conciliando a renovação de seu importante uso na ciência política contemporânea, concluiu que, em

<sup>19</sup>EDGAR, Carone. **A República Velha: evolução política**. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 11.

<sup>20</sup>CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)**. São Paulo, DIFEL, 1970, p. 314.

certo momento, todo Estado é uma oligarquia na medida em que este é controlado ou conduzido por uma minoria. Diante desta questão, isso por si só, não invalida a possibilidade de tal conceito, referente à oligarquia, vir a caracterizar qualquer forma histórica de Estado. Bobbio analisa o conceito por outros estudiosos que, depois da Segunda Guerra Mundial, tiveram interesse direto pela pesquisa dos regimes políticos-sociais vigentes em países subdesenvolvidos. Conforme Bobbio:

Na teoria política moderna, o conceito de Oligarquia, se não o termo, começou a alcançar especial sucesso e uma importância particular, quando alguns escritores deram em sustentar (e com êxito) que todos os Governos que existiram ou estão por existir foram ou serão sempre Governos de poucos, ou, para empregarmos as palavras mais frequentemente usadas. Governos de minorias organizadas ou de elites. Mas o conceito é claro: segundo a teoria das elites, a Oligarquia é, no sentido etimológico da palavra a única forma de governo. Um escritor de grande notoriedade como Duverger usa o termo Oligarquia para designar a classe dominante, isto é, para dar um nome aquele mesmo fenômeno que os teóricos das elites haviam chamado “minoria organizada” ou “classe eleita”<sup>21</sup>.

Uma das problemáticas abordadas nesta área é a controvérsia entre oligarquia e classes agrárias. Conforme Pedro Fonseca assegurou, uma das questões utilizadas para amenizar este problema é analisar o período de transição da Primeira República e perceber o tipo de ruptura acontecido a partir dos interesses das classes agrárias. Neste sentido, a oligarquia não constitui uma classe social, mas sim, segundo Fonseca: “um aspecto do sistema político, por meio do controle do voto e da propriedade da terra”<sup>22</sup>. Sendo assim, toda a política centralizadora destinada a eliminar os localismos e a conter as oligarquias não conseguiu impedir o aumento da desigualdade social. Fonseca prossegue, exemplificando o Estado de São Paulo como base econômica do Brasil, líder da economia cafeeira, com um papel preponderante e condutor da industrialização. Apoiado neste entendimento, o conceito de oligarquia é utilizado pelo autor, como um grupo que detém o controle do sistema político. A partir desta interpretação não há dúvidas de que a política da Primeira República era de um Estado oligárquico, onde toda a sua representação era controlada obstinadamente por elites políticas que não aceitavam nenhum tipo de contrariedade ou de manifestação de oposição, e o grande expoente neste contexto era o coronel. Por isso, para Pedro Fonseca:

<sup>21</sup> BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**/ Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmem C.; coord. trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luís Cacaís. – Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 835, 836.

<sup>22</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.

O termo “Oligarquia” veio e vem sendo utilizado por economistas, sociólogos e historiadores em diferentes acepções, o que dificulta muito o seu uso, sempre sujeito a confusões, mal-entendidos e críticas. O termo possui duas conotações historicamente interligadas: o monopólio do sistema político e da propriedade da terra – daí a afirmação de que as “oligarquias rurais detinham o poder econômico e político no Brasil durante a República Velha, ou, pelo menos, o compartilhavam com “sócios menores”. Mas a identidade entre setores agrários não pode ser entendida como identidade absoluta. De imediato, nota-se a impressão deste uso, pois, a rigor, ele permite dizer que tais “oligarquias rurais” detinham o poder não apenas na República Velha, mas também no Império<sup>23</sup>.

Convém observar que o termo oligarquia indica um grupo que possui o domínio do sistema político. Neste sentido, a política da Primeira República era oligárquica e o poder era dominado por elites que reagiam com violência contra seus adversários ou inimigos políticos. Contudo, não se pode concluir que os anseios políticos defendidos pelas oligarquias se reduzissem sobre à classe agrária. O vínculo entre oligarquia e classe agrária possivelmente originou-se de um pensamento sistemático da evolução política, através de formas representativas modernizantes, em extrema refutação às oligárquicas. É preciso considerar que a política dominada por oligarquias não é de maneira nenhuma semelhante a um sistema capitalista aonde, a burguesia não venha dispor de uma relevância política e precise romper esse sistema. Com o crescimento do capitalismo no país, a partir do século XIX, apareceu a burguesia e sistematicamente representou seus interesses no panorama político<sup>24</sup>.

É indispensável às considerações de Vitor Nunes Leal, já que, constatou que a grande propriedade continuava predominando em todos os estados. Exceção eram as áreas próximas às grandes cidades, onde se desenvolveram a média e a pequena propriedade, que produziam para o mercado interno. Grande parte da população rural era de colonos, sem propriedades e sem leis que os protegessem, obrigados ao trabalho mal recompensado nas terras dos fazendeiros, sem instrução, vivendo na miséria. Dependiam dos coronéis para quase tudo: tratamento médico, licença para plantação de uma roça, obtenção de um passe nas estradas de ferro. Na zona rural prevalecia a política dos coronéis, onde o poder permanecia nas mãos de quem dominava os grandes latifúndios. Segundo, Vitor Nunes Leal:

Ascendência resulta muito naturalmente da sua qualidade de proprietário rural. A massa humana que tira a subsistência de suas terras

<sup>23</sup>Ibidem, p.140.

<sup>24</sup> Referente ao impacto promovido pela Burguesia no século XIX, ver FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1976.

vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o coronel é “rico”. O roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não o seja; rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado que tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações com os bancos. É, pois, para o próprio coronel que o roceiro apela nos momentos de abertura, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades<sup>25</sup>.

O domínio do coronel tornava-se incontestável em sua fazenda. Estendia-se ao município, se ele era o chefe dos fazendeiros distritais. Os chefes municipais, por sua vez, se agrupavam em torno dos líderes da cidade mais importante de uma região, que elegiam os chefes políticos regionais. Sendo assim, os mais fortes destes eram os condutores do partido no Estado. Formavam a oligarquia estadual e controlavam o Governo. Mas o poder dos chefes políticos municipais não se originava apenas da dominação exercida em sua região. Para atingir a liderança local, necessitavam do apoio do Governo do Estado, pois somente desta forma asseguravam o auxílio financeiro para realização dos compromissos locais. Sem isso, seriam difíceis para eles, os coronéis, manterem-se no poder durante longo tempo como reforça Vitor Nunes Leal: “qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o coronel”<sup>26</sup>. Havia uma dependência recíproca entre os chefes municipais e estaduais, mas estes últimos formavam o lado mais forte: como o Governo estadual controlava a maior parte dos recursos, os coronéis e chefes municipais se viam obrigados, na maioria das vezes, a se curvarem às suas determinações, caso quisessem continuar exercendo o mando. Daí o interesse de muitas facções de um mesmo município em se aliar com a oligarquia dominante. Por esse motivo, também, é possível afirmar que o maior mal que podia acontecer a um chefe político municipal era ter o Governo federal ou estadual como adversário.

O historiador Vitor Nunes Leal sustenta a sua interpretação na estrutura agrária do Brasil. Sua análise explica a origem do coronelismo a partir desta estrutura agrária propriamente dita, onde esta infraestrutura tentou nivelar, num jogo de forças, as relações do poder privado em crise com o poder público, fortalecidos reciprocamente. O poder de influência dos coronéis sobre os eleitores, que dependiam das grandes propriedades rurais, era assaz forte, tendo em vista que a maior parte do eleitorado se localizava no

---

<sup>25</sup>19 LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.24.

<sup>26</sup>Ibidem, p.25.

interior do país. O complexo fenômeno do coronelismo permitiu compreender o fato de que o fortalecimento gradativo do poder público, contraditoriamente, iria se efetivar com o estabelecimento dos laços de dependências cada vez mais firmes com os chefes políticos locais. O coronel passou a ser o elo entre o poder estadual e os eleitores. Os coronéis foram segundo Nunes Leal: “quem comanda discricionariamente um lote considerável de votos. A força eleitoral empresta-lhe prestígio, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de donos de terras”<sup>27</sup>.

É importante salientar que o poder dos coronéis era fracionado e que era exercido apenas em relação aqueles que dependessem da sua propriedade, evidenciando o sistema de voto de cabresto, já que a divisão do município repartia-se em distritos e os distritos em fazendas. Avançando na análise sobre a oligarquia, torna-se necessário destacar algumas considerações elucidadas por Maria Isaura de Queiroz para a compreensão do estado oligárquico da Primeira República. Um dos fatores a se destacar dessa autora é sobre às manifestações coronelísticas. Essa prática de política em sua interpretação teve origem nos inícios do Império português; o sistema de mandonismo funcionou vigorosamente depois que a República foi proclamada e continuou por meio do controle do voto; o segundo fator são os “coronéis”. A prática do coronelismo persistia através da figura do coronel, que eram os chefes políticos locais e regionais. O coronel significava como referência a distribuição social do indivíduo no espaço social, como elemento chave nas linhas da política divisória entre grupo e subgrupo da estrutura tradicional brasileira. O

coronel, afirma Isaura de Queiroz era definido: “pelo seu poder político através dos eleitores que ele controlava”<sup>28</sup>. Dessa forma, tornou-se uma maneira de proteger os eleitores e seus votos do local onde habitavam; e o terceiro fator está relacionado diretamente à oligarquia, surgida por intermédio da estrutura coronelística naquilo que, posteriormente, foi chamado de grupos de parentela.

As oligarquias locais eram formadas por indivíduos com grau de parentesco entre si e por laços carnais, espirituais e de alianças. A maioria descendia do mesmo tronco, bem como os vínculos de apadrinhamento através dos afilhados. Essa oligarquia local era segundo Isaura de Queiroz: “formada por núcleos familiares consangüíneos e por grandes famílias que ultrapassavam o grupo constituído por pai, mãe e filhos, vivendo cada um sua realidade nuclear independente das distâncias uma das outras”<sup>29</sup>, sendo que estas

---

<sup>27</sup>Ibidem, p. 24.

<sup>28</sup>QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Coronelismo numa Interpretação sociológica**. In: FAUSTO, Boris ( org. ) História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.1. 2007, p. 155.

<sup>29</sup>Ibidem, p.156.

distâncias não prejudicariam os laços e obrigações recíprocas destas oligarquias. Diante destes fatores apresentados o que se percebeu foi que o personagem principal era o coronel. Segundo Queiroz:

Todo “coronel” era integrante em nível elevado de um grupo de parentela mais ou menos vasto; e os grandes “coronéis” se constituíam realmente em chefes supremos tanto de toda a sua parentela, quanto das parentelas aliadas, podendo transbordar perfeitamente sua autoridade do âmbito local ou regional, ultrapassar o estadual e se apresentar ao nível nacional. Integrante de uma elite controladora do poder econômico, político e social no país, - integrante, portanto de uma oligarquia para utilizar o termo apropriado, - tem sido o “coronel” definido principalmente pelas suas características políticas<sup>30</sup>.

Nesta mesma linha de interpretação clássica, a começar por Edgar Carone, Vitor Nunes Leal e Maria Isaura de Queiroz de que a Primeira República é conceituada como oligárquica coronelística, apresenta-se Jean Blondel, que pesquisou sobre a base coronelística tomando como indicativos as décadas de 1950 e 1960 no Estado da Paraíba, concluindo que esse sistema ainda permanecia em vigor. Segundo o autor: “o domínio sobre o qual o protetor atua é muito extenso e reúne grande números de eleitores, dá-se a esse o nome de coronel, porque outrora ele era com frequência coronel da Guarda Nacional”<sup>31</sup>. Neste sentido, Blondel observou que a República tinha na figura do coronel o seu representante principal que se fazia presente não somente no campo, mas, também, na cidade e que este poder não se resumia à zona agrária, rural, mas se expandia para toda a Federação. O mando pessoal, o domínio do eleitorado e a dominação colegial são características inerentes ao coronelismo, marcantes neste período. Jean Blondel admite que, no Nordeste, especificamente na Paraíba, o chefe político é o sucessor deste chefe de clã, onde a sociedade sertaneja daquela época acreditava que desta forma: “era necessário manter a ordem”<sup>32</sup>.

Estas considerações, anteriormente elencadas, afirmam que foi na Primeira República que o “coronel”<sup>33</sup> e o fenômeno do coronelismo atingiram sua expansão de forma extraordinária. O coronelismo se resumiu, então, numa prática vinculada ao mandonismo, desde quando a República foi proclamada.

<sup>30</sup>Ibidem, p.157.

<sup>31</sup>BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: FGV, 1957, p. 59.

<sup>32</sup>Ibidem, p. 60.

<sup>33</sup>CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato-Grosso: 1889-1943**. Campo Grande: UFMS, 2006. Para Valmir Batista Corrêa falar em coronel e suas práticas, independente de qualquer lugar ou da região que estejamos nos referindo, é falar literalmente na violência como pratica instituída no cotidiano, era o expressivo elemento da violência nas relações cotidianas de uma sociedade. O coronel desejava deter o poder e dominar o campo político e econômico, sendo eles já responsáveis pela Guarda Nacional. (CORRÊA, 2006, p. 61. ).

Para discorrer sobre o poder e o papel das oligarquias no Brasil da Primeira República abordaremos os estudos desenvolvidos por Renato Lessa. Lessa baseia numa orientação sociológica, em que julgou ser a primeira manifestação do fenômeno que marca a política. A partir dessa concepção, o autor compreendeu que desde a Primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824, quando foi criado o Poder Moderador, até a Proclamação da República, quando este poder teve o seu fim, permitiu-se que não houvesse um fator de interação entre um espaço social e geograficamente desagregado, porque o Brasil com dimensões continentais precisava fortalecer a sua unidade sócio-político-econômico; uma outra questão destacada por Lessa, se assentou no predomínio oligárquico, na omissão e na ausência de forças que precisavam fazer valer a democracia construída por intermédio de uma divisão natural de poder; e a terceira teve sua significância no projeto de poder arquitetado por Campos Sales e a decisão de centralizar o poder no presidente da República, municiado de auto-suficiência, aliando-se às oligarquias estaduais. Segundo trecho extraído da obra

**Invenção republicana:**

Tal precedência dos fatos com relação às normas constitucionais foi reconhecida de modo explícito pelo presidente Campos Sales. Dele pode-se dizer que foi o primeiro de uma linhagem expressiva e não extinta de governantes brasileiros a julgar que o país é ingovernável sem a presença de segmentos oligárquicos e predatórios na composição do poder político nacional... Se oligarquia é o governo de poucos, o conceito abrange de modo pleno a própria investidura de Campos Sales no posto de presidente da República. Em um país habitado, em 1900, por 17.318.556 seres humanos, o político paulista recebeu tão somente 174.578 votos, cerca de 1% da população, que o qualifica para o posto pretendido. Esse é um requisito básico do governo oligárquico: a virtual ausência de eleitores<sup>34</sup>.

Entendemos que, o problema central desta interpretação dominante é a de centralizar todas as suas forças no processo regional, reduzindo a importância das camadas médias que em grande parte, tiveram o seu surgimento a partir da população rural. Posteriormente, deslocados para as cidades, essas classes médias, preencheram novas funções que apareceram com o desenvolvimento econômico do período. Comprendemos que, alguns problemas ainda persistiam no que diz respeito às condições políticas que levaram à estabilidade promovida por Campos Sales, a partir de 1898 e que serão aqui desenvolvidas. No tocante ao êxodo rural para os centros metropolitanos acreditamos que, aconteceu devido ao crescimento cafeeiro que, além de prejudicar os médios proprietários, que, decadentes, se retiraram para as cidades. No entanto, aos

---

<sup>34</sup> LESSA, Renato. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p. 325, 327.

médios proprietários empobrecidos, a estrutura econômico-social urbana reservou os melhores cargos da burocracia de Estado, as profissões liberais e os postos na administração privada. A presença aristocrática permitiu que pudessem adquirir postos de trabalhos que lhes concedessem um salário apropriado. Entretanto, outros ficaram à margem, causando transtornos políticos, e desejos de mudanças, fazendo-se necessário destacar que a notícia de sucesso de grupos médios, impulsionou outros grupos rurais, nacionais e estrangeiros, a retirar-se para as cidades. Esse grupo procurou uma ascensão social, uma condição de vida melhor que a do campo. O que se entende sobre esta questão? As ambições das camadas médias e também dos proprietários de terras se complementavam, pois para a elite agroexportadora mais poderosa do país, a paulista, as camadas médias seriam as dirigentes oligárquicas do Brasil, objetivando a exclusão da classe operária.

De acordo com Maria Tereza Chaves Mello, no Rio de Janeiro a mesma animosidade e aliança entre as camadas médias e a elite agrária se tornaram fato ao se manifestarem os novos contornos da vida política do país, colocando em xeque o regime imperial. Desta forma, a idéia de uma República, sistema de governo que poderia substituir a Monarquia, gerava expectativas acaloradas e representava, com efeito, a extinção da sociedade de privilégios e a possibilidade de se adotar um regime que pudesse promover a igualdade social. Por conseguinte Maria Tereza Chaves Mello aponta para:

O fenômeno do inchamento das camadas médias letradas foi aqui significativamente mais sentido. Esse setor compunha com membros da antiga elite uma sensação de marginalização em relação à possibilidade de colocação no aparelho do Estado, que antes os absorvia, mas que não tinha agora mais elasticidade para acompanhar o ritmo do crescimento da população<sup>35</sup>.

Por isso que esses grupos sociais, as camadas médias e elite agrária, buscavam veementemente posições políticas no contexto social no qual estavam inseridos.

Convém lembrar que os fazendeiros paulistas, que compunham eficazmente o Partido Republicano, buscavam um lugar de destaque, não somente na economia, mas na política, pois percebiam que não tinham uma representação a contento nem no Parlamento nem nos governos. Ainda os representantes desse ramo cafeeiro surgido da oligarquia agrária enfrentavam uma crise em processo acelerado de queda e decadência. Nesse grupo, estavam pessoas que, ao chegar à vida adulta, buscaram a atividade intelectual e política nas décadas de 1870 e 1880 respectivamente. Os componentes dessa classe,

---

<sup>35</sup>MELLO, Maria Tereza Chaves. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p.65.

embora reunissem os mais variados movimentos em termos de pensamentos e de comportamento político, vivenciaram um momento incomum, uma vez que percebiam seu crescimento na sociedade, mas, em contrapartida, viam na Monarquia uma barreira intransponível que impedia a concretização de seus interesses exclusivamente políticos. Esses intelectuais amargavam uma segregação, principalmente, de natureza política, se mantendo afastados do poder central. Segundo Ângela Alonso: “a experiência unindo esses grupos é a situação de marginalização”<sup>36</sup>. Esses grupos, a “Geração de 1870”, é denominada de os contestadores porque estavam a procura de uma fórmula ou até mesmo de uma teoria doutrinária, a qual seus representantes tradicionais eram exímios leitores, e fundamentavam suas idéias em doutrinadores franceses como Gizot, Lamartine e Chateaubriand. Como afirma Ângela Alonso:

Juntando a tais análises às teorias evolucionistas francesas, os grupos contestadores puderam reinterpretar os processos de formação do Estado e da nação brasileiros, frisando a obsolescência da herança colonial e necessidade de reformas para por o país na marcha da civilização ocidental. Daí a necessidade de substituí-las para alcançar o progresso. A conjuntura brasileira evidenciaria a crise da desagregação em sócio-política colonial e reclamaria ação política no sentido de gerar as instituições brasileiras da civilização moderna<sup>37</sup>.

A geração de 1870 tinha em mente uma profunda mudança, mas em momento algum uma possível revolução. Essa classe contestadora pretendia uma suposta reforma, com a conservação da ordem e apenas transformações controladas, da mesma forma que os políticos do Império. Ao retomarmos o pensamento de Edgar Carone quanto à Primeira República, nos deparamos com outro dilema referente à interpretação clássica oligárquica coronelística, que foi reconhecer que o final do Poder Moderador moveu o poder para os estados e para os coronéis locais, porém, foi indiferente às lutas regionais não compreendendo o quanto esses conflitos eram conseqüências da política federal. A diferença interpretativa entre Ângela Alonso e Edgar Carone é que, enquanto, Alonso interpreta a República fundamentada na idéia de que os propagandistas republicanos foram os responsáveis pelo novo regime; Carone, interpreta a figura do coronel e o coronelismo como fatores fundamentais para o advento da República. Quem se debruçou sobre o assunto e criticou esta interpretação da República dos coronéis, também, municiada de uma segunda interpretação clássica do período concernente a República,

<sup>36</sup> ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 92.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 98.

foi à historiadora Maria do Carmo Campelo e Souza, que fez uma combinação entre República e federalismo.

Segundo Campelo e Souza, o ideal da luta republicana seria a de tornar livre das amarras da centralização monárquica. Os conflitos acontecidos naquele período fundamentavam-se na autonomia regional. A política foi definida pela regionalização da economia e a base econômica foi uma soma de segmentos autônomos, e este foi o alicerce constitucional da federação. A República colocou em vigor essa prática e a Constituição de 1891 foi escrita a modo de garantir que isso ocorresse, estabeleceu o presidencialismo e também permitiu a participação de grande contingente antes marginalizado no processo político através do regime representativo democrático. Segundo Campelo e Souza:

O Brasil, marcado pelas características de seu desenvolvimento como colônia exportadora de matérias primas, apresentava-se como um ajuntado de unidades primário-exportadoras em vários estágios de evolução, dependente cada um dos embalos da demanda externa para determinação de seu peso e importância na economia do país. A carta Constitucional Republicana parece ter vindo propiciar os meios jurídicos para o funcionamento de uma estrutura que a precedera historicamente<sup>38</sup>.

Torna-se necessário considerar as condições econômicas que tiveram no Estado de São Paulo<sup>39</sup> uma dinâmica levando-o a se destacar em relação aos outros Estados da Federação. Convém destacar que o grande interesse dos paulistas era desatar de vez dos vínculos que os prendiam ao Império, sua severa centralização, e estabelecer contato com o mercado internacional. Todavia, não havia diferença entre os grupos da época do Império; a economia cafeeira era definida pelo latifúndio e favorável ao mercado externo, mas seu desenvolvimento e a transição para mão de obra assalariada permitiram o desenvolvimento de um núcleo urbano industrial e a transição para uma economia mais integrada e voltada para o setor interno.

Os grupos condutores do processo político republicano e de modo geral, os mesmos grupos do Império. O grupo dominante era exclusivamente os cafeicultores, na base dos grandes latifundiários, os proprietários de terras à margem do qual emerge um núcleo de tendência industrial. A troca de regime, não terminou em atritos de classes, com mudanças significativas que norteassem a sociedade, as diferenças somente seriam nominais, quer dizer, deixou de ser Império e passou a ser República, conforme a

<sup>38</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello. **O Processo Político Partidário na Primeira República**. São Paulo: Difel, 1968, p. 163.

<sup>39</sup> TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **História da cidade de São Paulo**/ Affonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

interpretação de Campelo e Souza. É preciso ressaltar que a preparação para a República teria como principal resultado a autonomia regional e os atritos políticos dos Estados. Toda a movimentação regional teve seu início na economia porque não havia uma economia de natureza nacional, mas, pequenas unidades regionais e os confrontos políticos se descortinavam em benefícios destas pequenas unidades.

De acordo com Campelo e Souza, a política só podia ocorrer no contexto estadual: “O panorama geral da Primeira República, que vimos esboçado, encontra correspondência num sistema político cujo foco de poder se localizava nos estados, liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo”<sup>40</sup>. Além de tudo, continua Campelo e Souza, os estados receberam o poder advindo da República, onde este poder foi transferido para estas regiões e a conclusão a que se chegou foi de que o cenário político passou a ser decidido a partir da esfera estadual. Independentes dos esforços administrativos estes não puderam dar o devido sentido ideológico aos acirrados confrontos que aconteciam simultaneamente:

Iniciada a forma federativa de governo, os anos que vão da Proclamação da República aos princípios do quadriênio Campos Sales (1889-1900) definem-se, no nível político, pela luta em torno da formação das estruturas de dominação nos estados. A quebra dos estados políticos estaduais, terminada a Monarquia, trouxe ao Governo Provisório da República problemas bastante sérios, relativos à reorganização dos poderes estaduais, cujo controle era desejado pelas facções. A forma federativa de governo estabelecida com a República, ao transferir o foco do poder para os estados, tornou a organização deste um problema fundamental do novo regime. A não ser o princípio da autonomia estadual, basicamente não havia nenhuma idéia nova ou aspiração relativas à ordem administrativa, capaz de caracterizar intuítos em contraste que dessem sentido às lutas partidárias que se iniciavam<sup>41</sup>.

Não havia questões de importância administrativas que viessem trazer esclarecimento ideológico aos conflitos que aconteciam rotineiramente. Deste modo, se estabeleceu segundo Campelo e Souza, um federalismo de viés democrático, porém, sob a hegemonia da elite econômica oriunda do café. Por conseguinte, considera-se necessário analisar o conceito de federalismo, suas matrizes, com o propósito de entendê-lo de acordo com a discussão da visão clássica proposta por Maria do Carmo Campelo e Souza sobre a Primeira República. Alguns autores defendem a idéia de que o aparecimento do federalismo se deu através das elites periféricas resistentes à formação

<sup>40</sup>SOUZA, op.cit. p. 167.

<sup>41</sup>KING, Preston. **Federalism and Federation**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982, p. 139-41 apud DOLHNIKOFF, Mirian. **Elites regionais e a construção do Estado Nacional**. In: JANCSÓ, I. (org.) **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 433.

de Estados que eram centralizados e que, conseqüentemente, exigiram maior autonomia. Segundo Mirian Dohnnikoff, analisando a formação do Estado Nacional brasileiro, começou a sua reflexão a respeito do federalismo empregando a interpretação de Preston King, que assegura ser este conceito:

Um arranjo institucional adotado como estratégia de construção do Estado, cuja principal característica é a coexistência de dois níveis autônomos de governo (regional e central), definidos constitucionalmente. Enquanto o centro assume a responsabilidade do governo nacional, as instâncias regionais respondem pelos assuntos locais. Além disso, os grupos regionais têm capacidade de interferir nas decisões do centro, mediante sua participação em uma das duas câmaras que compõem o parlamento.

Desta maneira, tornou-se possível entender o federalismo como uma aliança ou acordo que estabeleceu as competências de governo das partes autônomas e as competências do governo federal. Concebe, desse jeito, uma organização fundamentada concomitantemente em unidade entre as partes e, por conseguinte, autonomia destas propriamente ditas. Na visão de Dolhnokoff, federalismo é uma união de diversas partes dotadas de certa autonomia, estando sob uma única administração. Esse formato de governo se explica através da partilha de responsabilidades entre a União e os Estados. No que diz respeito ao Brasil, a parcela de poderes controlada pelos Estados foi bem mais expressiva do que outros países vizinhos do continente americano. Conforme observou Paulino Jaques: “no Estado Federal, que é um Estado de Estados, só a União goza de soberania, porque os membros são simplesmente autônomos”<sup>42</sup>.

Pode-se dizer que o federalismo é uma organização estatal tridimensional, ou seja, é aquela que pode ser definida como tendo três dimensões, o que na prática indica o relevo. O espaço é absoluto, o tempo é absoluto e o movimento é absoluto. Essa visão de federalismo é corroborada e aceita por Cristiano Franco Martins que, em sua análise, destaca o federalismo e seus valores; numa dimensão mais concreta, destaca a forma de Estado e numa dimensão intermediária, afirma, o jurista: “encontramos aquilo que chamaremos de principio federativo”<sup>43</sup>.

Para avançarmos no conceito de federalismo, consideramos importante apresentar o entendimento de Norberto Bobbio e Rosa Maria Godoy Silveira. Norberto Bobbio confirma o princípio constitucional no qual se baseia o Estado Federal como a pluralidade de centros de poder soberano coordenado entre eles, de modo que ao governo federal, que

<sup>42</sup>JAQUES, Paulino. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1977, p.173.

<sup>43</sup>MARTINS, Cristiano Franco. **Princípio federativo e Mudança Constitucional** – Limites e Possibilidades na Constituição brasileira de 1988. Rio de Janeiro: Lemens Juris, 2003, p.38.

tem competência sobre o território da federação, seja conferida uma quantidade mínima de poderes, indispensável para garantir a unidade política e econômica, e aos Estados federais, que tem competência cada um sobre o próprio território, sejam assinalados os demais poderes. A atribuição ao governo federal de monopólio das competências, segundo Bobbio, está na relativa:

Política externa e militar que permite eliminar fronteiras militares entre os Estados, de modo que as relações entre os Estados perdem o caráter violento e adquirem um caráter jurídico e todos os conflitos podem ser resolvidos no tribunal. A transferência para os órgãos federais de algumas competências no campo econômico tem por objetivo eliminar os obstáculos de natureza alfandegária e monetária que impedem a unificação do mercado, e atribuir ao Governo Federal uma capacidade autônoma de decisão no setor da política econômica.<sup>44</sup>

Desta forma, esta aí o alicerce que sustenta a idéia de um Estado organizado sob o princípio federativo. Convém destacar que os Estados agrupados continuam com plena autonomia, porém, o federalismo brasileiro fortalece a tese de que o Governo Central detém competências em enormes quantidades e que podem ser afrontosas ao princípio federativo. Rosa Maria Godoy Silveira observou que existem muitas obras interessantes sobre o federalismo, mas que não atendem, muitas vezes, às demandas que se exigem. A maioria das obras trataram do tema sob uma perspectiva político-jurídica puramente teórica, omitindo, por esta visão isolada, as demais perspectivas que o conceito federalismo reclama. Assim, os componentes sócios econômicos, por exemplo, foram camuflados. Nestes trabalhos, segundo Godoy Silveira, o debate político principal fundamentou-se na questão do conflito localismo x centralismo e, por isso, carecem de uma terminologia política com elevada precisão. A historiadora conclui que: “federalismo aparece sem uma devida conotação e, agravando as deficiências, sem o confronto do conceito com a realidade, só é possível mediante uma pesquisa empírica”<sup>45</sup>. Sobre esta consideração da autora, compreendemos que, o arranjo federativo serve para unir povos que poderiam estar separados pelos diversos motivos tais como: econômicos, étnicos, lingüísticos e políticos. Esta forma de Estado surgiu por agregação, como nos Estados Unidos e por segregação no caso do Brasil, por isso a necessidade de salientar que, apesar da tendência atual de formação federal com características distintas, o federalismo americano acabou servindo de modelo para as democracias modernas, inclusive o Brasil.

---

<sup>44</sup>BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 481.

<sup>45</sup>SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo 1889-1902**. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos – Série Estudos Históricos, vol.4: Brasília – Senado Federal, 1978, p. 39.

Analisados os fatos, observamos que toda essa consideração referentes ao federalismo entraram em choque com a visão de Campelo e Sousa, que interpretou a República de forma clássica como a federação em si. A historiadora nega a idéia de que os conflitos políticos daquele período manifestassem as rivalidades entre os grupos agrários e os grupos médios urbanos. Refutou toda a perspectiva de diferença ideológica entre aqueles que representavam o sistema industrial e outros que se ocupavam na cafeicultura de exportação. A questão republicana é tratada com indiferença, não sendo levada em conta as animosidades entre ambas as elites, a que estava no poder na época do Império e a que tomou o poder na instauração da República. Observa-se ainda que seja deixadas de lado questões relevantes que dizem respeito ao movimento republicano, sobretudo, os partidos republicanos com suas diferenças na propaganda em detrimento dos demais partidos vinculados ao Império, onde estes partidos puderam construir duas bases significativas, uma no Rio Grande do Sul e outra em São Paulo, culminando na criação de um partido nacional, o PRF, que lutaram unidos por uma política econômica rígida, enfrentando forte resistência no governo de Deodoro da Fonseca.

Compreendemos que a República não se restringiu à federação, como concluiu Campelo e Souza, representou também, a presença de um grupo que estava no poder, que sofria na época do Império total indiferença, e este grupo eram os propagandistas republicanos. O governo desta recém formada elite republicana, sofreu muita pressão em sua governabilidade, porque uma vez sendo o Poder Moderador quebrado, os estados trouxeram muitos problemas no início da República já que havia perdido o instrumento primordial de equilíbrio do Executivo para obter maiorias no Legislativo. Enquanto a Política dos Governadores não tinha sido implantada, os presidentes anteriores apostavam irremediavelmente nas interferências regionais, substituindo, na maioria das vezes, políticos opositores ao governo em que essas ações geravam discordâncias na política nacional. A Política dos Governadores apareceu neste contexto para solucionar essas demandas. O que isso quer dizer? Ficaria difícil trazer estabilidade nas relações entre os grupos oligárquicos regionais sem que houvesse uma aliança em torno da política de viés nacional, e tal como afirmou Raimundo Faoro:

O mecanismo de funcionamento dos órgãos de coordenação e controle federal, ou como diria Campos Sales: uma idéia nova, um princípio fundamental, uma aspiração comum na ordem administrativa. O sistema de um acordo dos partidos estaduais num agrupamento central, que comandasse o Congresso e disciplinasse os poderes do Presidente da República, não se compatibiliza com a estrutura social. As realidades regionais, enredadas em reivindicações e em compromissos locais, não

se homogeneizavam em uma linha de conduta nacional, capaz de justificar ação comum e solidária dos governadores, senadores e deputados. Por isso prevalece, o comando central do presidente da República<sup>46</sup>.

Raimundo Faoro apresenta em sua obra, mais uma interpretação clássica sobre a República, de que a Política dos Governadores foi à efetivação do governo republicano mediante a distribuição do poder entre as oligarquias locais, enfatizando a força dos interesses regionais. Em sua visão estava: “aí plantado o primeiro marco do debate que definiria a fisionomia do novo sistema”<sup>47</sup>. O Jurista destacou três fatores importantes para a compreensão da República dos Governadores de Campos Sales: o primeiro fator é que a Política dos Governadores é a fundamentação da distribuição de poder para as oligarquias regionais; segundo, a criação de um partido, o PRF, que tinha como objetivo a aglutinação de todos como atores principais nesta luta pelo poder; e terceiro, a idéia principal é que não são os coronéis que conduzem a República, nem tampouco a federação unida em torno de um partido, e, sim quem tem o poder: o presidente. De acordo com o autor, prevalece em todo este contexto político, econômico e social um conceito que ele mesmo criou denominado de “estamento burocrático”. O “estamento burocrático” é consistente, autônomo e concede à elite dirigente liberdade completa na sociedade, isto é, pleno controle sobre a determinação, e resultados absolutos das políticas públicas e privadas.

A nosso entender a percepção de Estado autônomo, ligado a um estamento duradouro e acompanhado de uma idéia funcional, não encontram bases sólidas para sua sustentação, porque o Estado não pode ser interpretado dissociado da sociedade. Mesmo que fortaleça a idéia de que o poder é centralizado no Presidente da República e que este Presidente tornou-se representante direto do Estado de São Paulo, a interpretação de Faoro favorece a visão clássica de que a República é a Política dos Governadores. Essa interpretação não explica uma questão primordial: que a força do Presidente, tão destacada por ele, não foi capaz de garantir apoio no legislativo para lhe conceder poder de fato hegemônico. Para esta explicação e exposição de uma nova visão da Primeira República se fez necessário analisarmos José Murilo de Carvalho imprescindível para a nossa interpretação. Carvalho afirma que havia um confronto ideológico entre três protótipos de República, que se resumia no liberalismo à americana, no jacobinismo e no

---

<sup>46</sup>FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 2001, p. 552.

<sup>47</sup>Ibidem, p.553.

positivismo. Segundo o cientista político: “o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno, é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder”<sup>48</sup>. O autor examinou as divergências ideológicas entre os três protótipos, particularmente as utopias e símbolos que dizem respeito a cada um deles. A diferença está fundamentada entre o que ele denominou de liberdade dos antigos e liberdade dos modernos, a tradicional diferença entre a autonomia do homem público, subserviente aos anseios públicos, e a do homem privado, onde a coletividade é a somatória dos interesses pessoais. Apoiado em Benjamin Constant, o autor esclareceu que a liberdade dos antigos, defendida pelos jacobinos<sup>49</sup>, era a que descrevera as antigas repúblicas de Atenas, Roma e especialmente Esparta. Segundo Carvalho:

Era a liberdade de participar coletivamente do governo, da soberania, era a liberdade de decidir em praça pública os negócios da República, era a liberdade do homem público. Em contraste, a liberdade dos modernos, a que convinha aos novos tempos, era a liberdade do homem privado, a liberdade dos direitos de ir e vir, de propriedade, de opinião, de religião. A liberdade moderna não excluiu o direito de participação política, mas esta se faz agora pela representação e não pelo envolvimento direto<sup>50</sup>.

Esta diferença também pode ser entendida em termos de contradição entre os protótipos norte-americano e francês de República. A primeira das idéias de República pesquisada por José Murilo de Carvalho foi a dos proprietários rurais, em especial os paulistas, defensores da liberdade moderna. A aliança social foi entendida a partir dos anseios individuais, da mesma forma dos federalistas americanos, como afirma: “a primeira era dos proprietários rurais, especialmente a dos proprietários paulistas. Em São Paulo existia, desde 1873, o partido republicano mais organizado do país, formado por proprietários de terras”<sup>51</sup>. Os seguidores da liberdade dos antigos eram divididos em duas partes: os jacobinos e os positivistas. Os jacobinos eram assim representados no setor de população urbana, formado por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, para quem o regime imperial aparecia como limitador das oportunidades de trabalho<sup>52</sup>. Eram radicais, com ideais limitados:

<sup>48</sup>CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. Companhia das Letras, 1987, p.9.

<sup>49</sup>Termo importado da Revolução Francesa, cujo significado mudou através dos tempos. No Império, definia os republicanos ardilosos; após a República, os partidários do presidente Floriano Peixoto. Devido as manifestações ruidosas que estes promoviam, jacobino tornou-se sinônimo de desordeiro e hoje identifica o revolucionário radical e extremista. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JACOBINISMO.pdf> ( Consultado em 20/11/2018 ).

<sup>50</sup>CARVALHO, op.cit. p. 17.

<sup>51</sup>CARVALHO, op.cit.p.24.

<sup>52</sup>QUEIROZ, de Suely Robles Reis. **Os Radicais da República**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

Para essas pessoas, a solução liberal ortodoxa não era atraente, pois não controlavam recursos de poder econômico e social capazes de colocá-las em vantagem num sistema de competição livre. Eram mais atraídas pelos apelos abstratos em favor da liberdade, da igualdade, da participação, embora nem sempre fosse claro de que maneira tais apelos poderiam ser operacionalizados. A própria dificuldade de visualizar sua operacionalização fazia com que se ficasse no nível das abstrações. A idéia de povo era abstrata. Muitas das referências eram quase simbólicas<sup>53</sup>.

Os positivistas apresentaram uma saída mais concreta, com recomendações que viabilizavam instrumentalizar a República. Conforme Carvalho: “o arsenal teórico positivista trazia armas mais úteis a começar pela condenação da Monarquia. A Monarquia deveria ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a República”<sup>54</sup>. Certamente esta alegação seduzia os militares. Diante desta questão partiu-se para o entendimento sobre as atitudes dos grupos daquela época, particularmente as discussões no Congresso. E algumas dificuldades começaram a aparecer. A que pode ser destacada é a relação do entendimento jacobino, anteriormente descrito, com o movimento político de mesmo nome, que apareceu na política do Brasil no governo de Floriano Peixoto, responsável pela estimulação popular de maneira que ultrapassava os limites da excludente política. Uma turma denominada de jacobino tem um desempenho no Congresso, entre o Governo de Floriano Peixoto e Campos Sales. De acordo com José Murilo de Carvalho, a República brasileira não originou devido às correntes ideológicas próprias ou em concepções estéticas inovadoras, mas, sim, por meio de uma mistura de variados ramos de pensamento europeu e americano. De acordo com sua visão, a interpretação da República se resumiu no federalismo americano ao afirmar que: “convinha-lhes também a ênfase americana no poder”<sup>55</sup>.

Após as análises realizadas, entendemos que enfatizar o federalismo americano e interpretar a República de forma liberal fortaleceu o argumento de que os interesses federais eram hegemônicos. Afirmamos que não, pois, os interesses dos republicanos paulistas se entrelaçaram com os interesses do Estado de São Paulo. Para corroborarmos com esta interpretação de que a Primeira República baseou-se no federalismo americano nos apoiamos em Joseph Love, que sintetizou a sua argumentação em torno da idéia de que a República foi à responsável direta pelo nascimento do federalismo. E os

---

<sup>53</sup>CARVALHO, op.cit.p.26.

<sup>54</sup>CARVALHO, op.cit. p. 27.

<sup>55</sup>CARVALHO, op.cit.p.28.

republicanos, principalmente os paulistas e gaúchos, são considerados como os defensores da autonomia regional. Este entendimento se fortaleceu, imiscuindo-se na discussão entre centralismo – federalismo. A Primeira República desenhou-se, pois, na concepção de Joseph Love, através do federalismo e do regionalismo. Os personagens do período caracterizam-se por uma disposição política que enfatizou o regionalismo, em que as ações se resumiram verdadeiramente pelos interesses regionais. Segundo Love:

O regionalismo, por outro lado, é o padrão de comportamento político característico do regime federativo. Nele, os atores regionais aceitam a existência de uma entidade maior, o Estado-nação, mesmo que isso coloque em risco o próprio regime político. No Brasil, durante o período em questão, os estados eram unidades políticas coesas: os partidos políticos existiam apenas em nível estadual, e assim mesmo, em alguns estados apenas<sup>56</sup>.

Esse entendimento referente à República, conforme Love, deu-se por intermédio do argumento de que os estados eram unidades políticas homogêneas, que atuavam em conjunto como o caso de São Paulo e Rio Grande do Sul. Os atores políticos são os estados, e os aparelhos partidários são exclusivamente regionais<sup>57</sup>. Os fracionamentos políticos que aconteciam, são demonstrados através de divergências de interesses estaduais, por causa de situações desarmônicas com relação à fundamentação de algumas políticas federais e a distribuição de favores políticos. O federalismo da Primeira República era extremamente desigual, dominavam os Estados mais fortes, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, daí a afirmação de Joseph Love: “os líderes destes três estados queriam o poder nacional, especialmente a presidência da República, importante para garantir a política econômica e financeira desejada”<sup>58</sup>. Existiu um forte vínculo entre República, regionalismo e federalismo, porém, enfatizou mudança com o advento da República, opondo-se a autores que destacam os traços singulares de continuidade na passagem da monarquia para a República.

Se a República fez uma grande diferença, qual então era o grupo político que auxiliou essa mudança? De acordo com Joseph Love essa realização foi realizada pelos três estados em destaque, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Contudo, é preciso levar em conta que as elites republicanas precisavam vencer as elites que mantinham uma forte animosidade, tanto em seus respectivos estados como em toda a

<sup>56</sup> LOVE, Joseph. **A República brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)**. São Paulo: Difel, 1961, p. 124.

<sup>57</sup> CASTRO, Ângela de Castro. **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>58</sup> LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1971, p.118.

federação. É neste sentido que caminha Renato Lessa ao afirmar que: “os problemas derivados de uma opção pelo federalismo, implantado pelo centro, apenas em parte dizem respeito às inconsistências da primeira elite republicana”<sup>59</sup>.

Diante das interpretações clássicas da Primeira República, a nosso entender, a República não se fundamentou apenas com os estados ou com os governadores, mas se faz necessário destacar os republicanos históricos, na busca de uma agenda que tinha como principal propósito fazer avançar o país em todas as suas áreas, a começar pela política e economia respectivamente<sup>60</sup>. Pelo fato de não haver partidos políticos consolidados nacionalmente com programas políticos definidos, todo o arranjo para uma ação republicana minimizou-se na luta pelos interesses regionais a ponto das únicas divergências observadas serem os atritos constantes entre os estados. Procuramos demonstrar, ao longo deste capítulo, que seria o regionalismo a forma de comportamento político característico da Federação, já que no Brasil, no contexto em questão, os partidos políticos em alguns estados ganhariam destaque. Sobre esta compreensão, os conflitos acontecidos resultariam das diferenças de anseios regionais, por questões que diziam respeito à implementação de algumas políticas de cunho federal sob a batuta da distribuição de poder. Mediante isso, é necessário ultrapassar o conceito clássico de que a República de fato se fundamentou na “política dos estados ou na Política dos Governadores” e observar a existência de outros personagens, como os jacobinos, os republicanos históricos e os florianistas, em que a partir deste entendimento faria sentido à figura de um Presidente forte, com um discurso atraente que tivesse uma locução junto ao Congresso Federal. Seguindo esta linha, tornou-se possível dismantelar a idéia da competência do Estado e da despolarização de um grupo de políticos que estavam apenas focados em seus latifúndios ou suas áreas de influência, mas que certamente atuava na batalha republicana, grande parte dos mais antigos, dos históricos. A Primeira República teve no seu início muitos desafios, motivada pela tensão e pressão que novos grupos que reivindicaram posições na abertura do processo político do novo regime fizeram. Diante disto, torna-se pertinente dizer que as interpretações clássicas da República apontam e convergem na Política dos Estados ou na Política dos Governadores, por isso a necessidade em avançarmos na busca da compreensão desta propriamente dita.

---

<sup>59</sup>LESSA, op.cit. p.102.

<sup>60</sup>NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República – da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2017.

## 1.2- Primeira República: A fundamentação Clássica na Política dos Governadores.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, a Primeira República é interpretada como um período marcado por um sistema dominante dos latifundiários, cuja ação se manifestaria em três ocasiões: a da implantação, caracterizada pelo predomínio do poder da classe média pela atuação dos militares; a da efetivação, dominada pelas oligarquias latifundiárias; e a do declínio, marcado tanto pela expansão da burguesia industrial e da classe média quanto pela disputa desses setores pelo controle do poder. Werneck Sodré, ao discorrer sobre a sucessão de Floriano Peixoto, acredita que a sucessão colocou fim na crise que a República passava e que a partir de 1898 : “o imperialismo se instalou oficialmente na política do café”<sup>61</sup>, devido a amortização das dívidas que a República contraiu e herdou da monarquia.

No final da década de 1890 houve uma negociação no governo de Campos Sales por meio de empréstimos que foi denominado de *funding – loans* suspendendo por treze anos o pagamento dos fundos de amortização e permitindo que neste espaço de tempo de 1898 a 1911, a crise financeira fosse sanada e em contrapartida as dívidas fossem renegociadas e pagas. Porém, segundo Werneck Sodré:

Para estabelecer essa política de associação com o imperialismo, a classe senhorial deveria organizar-se internamente. A forma de organização que surgiu foi a da *Política dos Governadores*. Tratava-se de entregar cada Estado federado, como fazenda particular, à oligarquia regional que o dominasse, de forma que esta, satisfeita em suas solicitações, ficasse com a tarefa de solucionar os problemas desses Estados, inclusive pela dominação, com a força, de quaisquer manifestações de resistência. O Brasil era dividido em tantos feudos, reconhecidos no centro, quanto os seus Estados federados. Um acordo entre as oligarquias e o centro permitia a este governar em paz, comprometendo-se a não se imiscuir nos assuntos peculiares aos Estados, assuntos que seriam resolvidos segundo o interesse de cada uma das oligarquias assim oficialmente instaladas<sup>62</sup>.

A partir de Werneck Sodré observamos que a República passou a ter um fundamento sólido desde o momento em que a Política dos Governadores promoveu a unidade interna almejada por governos anteriores; todavia, esta unidade aconteceu na gestão de Campos Sales. De forma contraditória, Paula Beiguelman, faz uma análise crítica do pensamento de Werneck Sodré. A autora questiona a existência de contradições fundamentais entre o setor agrário e industrial no Brasil. Beiguelman utilizou como

---

<sup>61</sup> WERNECK, Sodré Nelson. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1960, p. 306.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 306.

referência a periodização proposta por Werneck Sodré para mostrar que a primeira fase republicana não representou uma dominância dos setores urbano- industriais e que a política econômica implementada no período não foi uma resposta direta aos interesses urbanos. Complementa, ainda, que, pelo próprio contexto do setor urbano daquele período, sua incompatibilidade com o setor exportador não tinha tanta importância como acreditavam e nem era o responsável direto pela crise que assolou toda esta fase da Primeira República. Segundo Beiguelman, a questão pode ser encontrada no surgimento de uma crise institucional, relacionada à transformação dos alicerces fundamentais que haviam dado significado ao conjunto político-administrativo descentralizado. Igualmente, para a autora “o antagonismo do setor urbano com o setor exportador era superficial”<sup>63</sup>, pela sua própria natureza e pelo fato de defender a idéia de que não havia essa animosidade tão propagada por Werneck Sodré. Em contrapartida, Maria do Carmo Campelo e Souza defende que o desenvolvimento industrial não só criou um antagonismo com o antigo setor exportador, como havia uma complementariedade de interesse nas duas esferas econômicas. Para sustentar o seu argumento, a autora analisa as conjunturas consideradas como de expansão dos setores urbanos e demonstra que esses momentos não representam perda para os interesses das oligarquias. Campelo e Souza enfatiza a caracterização da organização política republicana e traça um quadro dos diferentes governos, ressaltando a montagem do pacto oligárquico e da chamada Política dos Governadores.

Na mesma linha de interpretação está Boris Fausto. O historiador chama-nos a atenção para a dificuldade de se definir “classe média”, dada a heterogeneidade de sua composição, e para os equívocos de pensar que essa classe teria desempenhado um papel de vanguarda nas reivindicações burguesas, uma vez que seu horizonte ideológico, não raro, identificava-se com os das oligarquias. Entre os argumentos defendidos pelo autor está o de que a concentração das atividades econômicas em áreas geográficas definidas propiciou a formação, no país, de uma estrutura regional de classes. As oposições entre os diferentes grupos regionais no interior da classe dominante teriam, assim, em sua perspectiva, mais importância do que as divisões setoriais (burguesia, agrária, comercial). Com essa proposição, Fausto não só aprofunda as críticas às interpretações dualistas (contradições entre oligarquias agrárias e setores urbanos- industriais), como oferece novos subsídios para melhor explicitar o papel da oligarquia cafeeira no jogo político do

---

<sup>63</sup>BEIGUELMAN. Paula. **Pequenos estudos de ciência política**. São Paulo: Pioneira, 1968, p. 10.

período. Em suas palavras: “sua capacidade de articulação permitiu que ela fosse mais que beneficiária da ação do Estado e que forjasse as instituições estatais e as transformasse no instrumento do seu interesse”<sup>64</sup>.

Explicitava-se, assim, um dos modelos mais importantes para entender a natureza dos conflitos políticos e o papel do Estado na Primeira República: a tese da representação de interesses, segundo a qual, grosso modo, o Estado seria uma espécie de comitê executivo da classe dominante, ou seja, da burguesia cafeeira. Conforme Celso Furtado, o Poder Executivo não só teria atuado no período no sentido de sustentar os planos de valorização do café, como a política financeira praticada pelo Estado brasileiro esteve voltada para o beneficiamento desse setor. Havia, assim, nessa perspectiva de análise, uma quase total subordinação da política econômica do governo federal aos desígnios do setor cafeeiro<sup>65</sup>.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, o governo monárquico conseguiu manter um bom relacionamento entre o Executivo e o Parlamento devido à função do Poder Moderador, a controlar toda a formação dos gabinetes de acordo com a autoridade exercida pelo monarca. Uma vez desaparecido este poder, com o advento da República, não havia nenhum outro meio que pudesse amenizar as intrigas e dissidências entre os outros dois poderes, o que foi acontecer mediante a reforma realizada por Campos Sales. A Política dos Governadores substituiria a função do Poder Moderador:

A descrição da montagem deste sistema, bem como a análise de seu sentido explícito, encontrou na pena do próprio Campos Sales o melhor expositor. Política dos Governadores será chamado o sistema. Política dos Estados será melhor designativo. Pouco importa como veio a designado o sistema, de fato tratou-se de reconhecer que depois de controlados os focos abertos de oposição, caberiam organizar a política de um modo tal que as chefias naturais, ou seja, a expressão direta da dominação oligárquica local – tivessem mecanismos de funcionamento<sup>66</sup>.

De acordo com Cardoso, a política dos estados resolveu, sobremaneira, a lacuna deixada com a eliminação do Poder Moderador, cooperando para a formatação e a institucionalização da República, porém, institucionalizou a fraude eleitoral. Havia um objetivo que o grupo que ascendesse ao poder deveria manter-se independente de qualquer situação, o que não era tão difícil num período em que o voto de cabresto e o

---

<sup>64</sup>FAUSTO, Boris. **Pequenos Ensaios de História da República: 1889-1945**. São Paulo: Cebrap, 1972, p.5.

<sup>65</sup>FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2005.

<sup>66</sup>CARDOSO, op.cit. p. 103.

mandonismo prevaleciam sem dificuldades para os coronéis locais. Os meios de fraudes eleitorais se avolumaram, a partir do estabelecimento do “voto de cabresto”, pelo qual a população, que tinha o poder do voto era ameaçada a votar em determinado candidato. Outro exemplo é a fraude das “atas eleitorais”, que fortaleciam “legitimamente” o resultado final das urnas nos distritos e municípios. Numa outra interpretação, Helio Silva conferiu a Campos Sales o juízo de ter começado suas reformas institucionais e conseqüentemente classificá-las de farsa eleitoral.

Silva critica de forma veemente a Política dos Governadores porque compreende que as fraudes eleitorais foram vergonhosamente sedimentadas pela Política dos Estados, o autor, não nega a importância da Política dos Governadores, mas, não deixa de emitir sua visão no que diz respeito ao exame das atas que:

Revelava que as eleições oficiais eram uma farsa. (...) O Congresso, instalado em 1900 iria iniciar uma era de mentira eleitoral, de inautenticidade da representação que viria a ser o cancro que correria as instituições e constituindo a mais séria justificativa da Revolução de 30, que destruiu a República Velha<sup>67</sup>.

Compreendemos que grande parte dessas fraude vinham dos tempos da Monarquia, mas foram revitalizadas como fundamento do sistema eleitoral da Primeira República. A conseqüência desse sistema político era que os inúmeros grupos políticos oligárquicos, competindo uns com os outros, lançavam mão da fraude eleitoral generalizada para conseguir os seus objetivos, que, muitas vezes, terminavam em violentos enfrentamentos entre facções oligárquicas.

As considerações políticas de Renato Lessa referente a este contexto contribuirão para um melhor entendimento sobre a relevância da Política dos Governadores, além de estabelecer uma fórmula política, que, apesar dos sobressaltos, permaneceu até o fim da Primeira República. Lessa fundamenta o seu argumento em dois fatores para a compreensão estratégica utilizada por Campos Sales para promover a pacificação na política e na sociedade brasileira. Os fatores são: o realismo e o utópico. Mas o que se entende por fator realista na visão do autor? Que Campos Sales reconheçam a preexistência de uma necessidade de distribuição de poder na sociedade brasileira. Já o fator utópico vincula-se ao fato de Campos Sales buscarem definir novas bases morais e doutrinárias para a política nacional, através do desenho de uma comunidade política despolitizada e, prioritariamente, voltada para obra administrativa. Tais procedimentos

---

<sup>67</sup>SILVA, Hélio. **História da República Brasileira**. São Paulo: Editora 3, 1975, p. 101.

objetivaram resolver as instabilidades acontecidas devido ao término do Poder

Moderador por que:

Com Campos Sales a República encontrou sua rotina. Como toda a ordem emergente, essa tratou de negar o passado. O singular, nesse caso, foi que, do ponto de vista da construção institucional, as regras definidas pelo pacto oligárquico não tiveram como contraponto o regime que a República substituiu. Em outras palavras, a referência negativa para a nova ordem não foi o antigo regime, mas a infância do próprio regime republicano<sup>68</sup>.

As crises vivenciadas no início da República nos revelam um Campos Sales articulando a idéia de que o país deveria ser “governado a partir dos estados”, ou seja, a partir dos partidos políticos regionais representantes direto das elites agrárias, que teriam que priorizar uma aliança entre si para garantir a governabilidade do presidente da República, ele mesmo um defensor e representante assaz dessas oligarquias.

Houve um direcionamento em que o Governo Federal seguiu na representatividade de Campos Sales. Que direcionamento foi esse? Foi um plano de governo onde a dinâmica tinha como principal objetivo regularizar as ligações políticas entre o Governo Central, o estadual e os coronéis. E este plano se chamou Política dos Estados ou Política dos Governadores. Como essa política funcionava? Funcionava da seguinte maneira: o órgão principal para sua execução foi a *Comissão de Verificação*<sup>69</sup> do Congresso Federal, que, por lei, tinha o poder de reconhecer ou não a eleição de senadores, deputados, presidente e vice-presidente. Seu papel seria o de referendar apenas os mandatos dos políticos pertencentes às oligarquias que dominavam nos Estados. O não reconhecimento de candidatos eleitos pelas oposições era conhecido como degola; em retribuição ao reconhecimento pelos poderes federais do seu domínio, as oligarquias estaduais comprometiam-se a aprovar a política presidencial. Fortalecidas pelo apoio federal, as oligarquias estaduais aumentavam o seu controle sobre os coronéis municipais. Estes, por sua vez, necessitando de verbas governamentais, obrigavam todos os seus dependentes a votarem nos candidatos do Governo, fazendo funcionar a Política dos Governadores:

O tão pobre esqueleto real reduzia-se, na verdade, a ossatura da “doutrina” Campos Sales. Com ela, entretanto, complementara-se a institucionalização do sistema oligárquico. Se este vinha do passado como uma característica local, ganhou foros de sistema nacional de dominação quando o próprio equilíbrio entre os Poderes da República passou a depender, como na concepção de Campos Sales, de uma

<sup>68</sup>LESSA, op. cit. p. 184.

<sup>69</sup>MAGALHÃES, Maria Carmem C. **O Mecanismo das “Comissões Verificadoras” de Poderes**: Brasília, 1986.

vontade diretora cujas bases naturais eram a violência local e a transação entre as máquinas político – administrativas dos Estados e os interesses político- econômicos e de votos de donos de terras<sup>70</sup>.

O alicerce do sistema oligárquico, conduzido por Campos Sales, concedeu ao regime republicano uma aparente tranquilidade. A cooperação entre as esferas federal e estadual possibilitou ao grupo do governo dominar as sucessões eleitorais, correndo pouco risco por parte de grupos adversários insatisfeitos: “A Política dos Estados, que, paraseu esgarçamento popularizou-se, como Política dos Governadores, tinha por fulcro sua concepção de partido político”<sup>71</sup>. Desse intrincado jogo político, o Estado de São Paulo foi aquele que mais se beneficiou, tendo como comparsa o Estado de Minas Gerais, onde, as oligarquias dominantes de ambos os Estados criavam as condições políticas para exercer a hegemonia no plano nacional.

O governo de Campos Sales, centrado numa política financeira conservadora, restaurou as finanças e os créditos do país, mas, em contrapartida, precisou minimizar ao máximo os entraves políticos no contexto de cada Estado, enaltecendo os grupos mais influentes<sup>72</sup>; teve que chegar a um acordo fundamental entre a União e os Estados propriamente dito e, por fim, superar a animosidade existente entre o Executivo e o Legislativo, controlando a eleição dos deputados. O governo federal apoiaria, assim, os grupos dominantes nos Estados, que, em troca, apoiariam a política do Presidente da República<sup>73</sup>.

A Política dos Governadores, posta em ação por Campos Sales já no início de seu mandato como presidente da República, (1898-1902), foi objetivamente a resposta concedida como chefe do Executivo a permanente instabilidade que caracterizou os primeiros anos do novo regime. A essa política, Campos Sales concedia o nome de manutenção da *continuidade administrativa*<sup>74</sup>. Convém salientar o parecer que Célio Debes tem sobre a Política dos Governadores como apenas uma opção pragmática, num contexto onde não havia partidos políticos solidificados a partir de características doutrinária e programática, quer dizer, não havia fundamentos sólidos de pensamentos,

<sup>70</sup>CARDOSO, op.cit. p. 56.

<sup>71</sup>DEBES, Célio. **Campos Sales, perfil de um estadista**. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria Francisco Alves, 1978, p. 15.

<sup>72</sup>MONTEIRO, Tobias. **O presidente Campos Sales na Europa**. Brasília: Senado Federal, 2005. Tobias Monteiro quando inicia este livro nos apresenta um contexto bem complexo referente a situação econômica recebida por Campos Sales quando tomou posse como Presidente da República em 1898.

<sup>73</sup>GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Brasília: Senado Federal, 2002.

<sup>74</sup>MEDEIROS, Borges Augusto. **O poder Moderador na República presidencial**. Porto Alegre: EDUCS, 1993.

idéias e ideal nos partidos políticos, apenas interesses pelo poder de forma desorganizada.

Segundo Debes:

Política dos Governadores devia concentrar correligionários e não cultivar alianças, porque a identidade de concepções tendia a permanecia, enquanto as ligações de momento eram efêmeras, por natureza. Duas tinham sido, e seriam, ainda por muito tempo, as correntes que se digladiavam nas unidades federadas. A que detinha as rédeas do poder e a que se lhe opunha. Era entre essas facções que o Chefe da nação tinha que buscar suas bases políticas nos Estados. Inexistindo uma estrutura que individuasse esses conglomerados, a opção seria obedecer a um critério. Assim deu preferência aos contingentes que apoiavam os Governadores. O empenho destes, nas respectivas áreas, era manter a ordem e a ordem interna era a base fundamental para que a diretriz de governo Campos Sales se concretizasse<sup>75</sup>

Campos Sales entendia que a Política dos Governadores seria o fator preponderante para trazer aquilo que tanto almejava: a estabilidade política. Essa política deveria ser delineada pelo presidente da República, tendo como fundamento o modelo do presidencialismo dos Estados Unidos da América.

A respeito desta veracidade afirmava “em suma, neste regime, não há no governo senão a política do presidente, o que cabe aos ministros é praticar lealmente esta política, para que se estabeleça a homogeneidade governativa”<sup>76</sup>. Por fim, o afã pela estabilidade, desejada por Campos Sales, utilizando a Política dos Governadores, expressão clássica da Primeira República, só pôde acontecer mediante alguns desafios que precisavam ser vencidos e um deles era o enfrentamento aos principais conflitos que antecederam o seu governo, os atritos e choques iniciais da Primeira República.

---

<sup>75</sup>DEBES, op.cit. p.16.

<sup>76</sup>SALES, Manuel Ferraz de Campos. **Da Propaganda à presidência**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p.108

### **1.3- Mecanismos Antecedentes á Política dos Governadores: anos conflitantes.**

Os atritos e embates políticos nos primeiros dez anos do período republicano deixaram evidente que não se encontraria facilmente um meio de promover a estabilidade e que nem a ação de deixar a maioria da sociedade de fora na participação direta do poder seria a resolução adequada. A população foi deslocada para um plano secundário impedindo-a de participar nas decisões que definiriam os rumos do país. Homens livres, imigrantes recém-chegados, desempregados, todos estes excluídos da política, certamente não seriam os responsáveis por colocar a República em risco, contribuindo para sua instabilidade e, em determinados momentos, a falta de controle que nela se instalou. Descartados da participação da política de maneira categórica, aceitavam de forma apática o papel coadjuvante de um cenário que pouca relevância tinha diante de outros interesses á sua disposição<sup>77</sup>. A República sofria seriamente as ameaças em seu interior, provocadas pelos atritos entre as suas elites e que posteriormente colheria o resultado destes conflitos. O entrave entre monarquistas e republicanos, na luta pelo domínio do poder; a difusão do pensamento liberal feita pelos bacharéis em direito, no afã pela autonomia das províncias e a solidificação do ideal republicano; a promulgação da Constituição de 1891, carta magna á sociedade num Brasil federalista; a ação desmedida dos coronéis e suas influências regionais; a guerra civil do Rio Grande do Sul; a Revolta da Armada e o jacobinismo radical fortaleciam a idéia daqueles que desejavam a fundamentação de uma ditadura republicana ou, de maneira oposta, apontavam para o controle militar responsável pela instabilidade pela qual passava a República.

Os esforços de paz por parte dos dois governos militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, concederam a ilusão de uma ordem imediata, mas foram totalmente ineficientes para garantir a governabilidade. As discordâncias acontecidas no parlamento de grupos distintos, tinham por finalidade a estabilidade, infelizmente aconteceu um atentado contra o presidente do executivo, dificultando o esfriamento dos ânimos exaltados. Sem sucesso, a situação extrema de crise política vivenciada reacendeu o desejo de retorno ao regime deposto. O projeto inacabado da República, construído debilmente ao longo da propaganda de quase vinte anos, foi um dos motivos que levou às instabilidades observadas nos primeiros anos do regime republicano. Diante da fraqueza em cumprir com os compromissos previamente assumidos e que conduziram à

---

<sup>77</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

construção da República, pesavam os desejos de inserir no contexto novos atores que não lograram o êxito almejado.

A estratégia de se construir o projeto republicano através da reforma, com base no convencimento estratégico por uma enxurrada de propaganda em comícios, havia levado o projeto para as ruas, envolvendo vários setores que se tornariam ávidos por participar da nova construção em planejamento. O resultado não foi o desejado. Ao contrário: conhecidas foram às exclusões dos radicais republicanos, dos militares jacobinos, dos positivistas, de funcionários públicos e de outros setores, o que provocou uma insatisfação generalizada em relação ao novo regime. As promessas de salvação, manifestas pelo ideal de mudança, enchiam de expectativa os novos adeptos, que tão logo desiludidos: revoltaram-se nas mais variadas frentes, com os recursos que dispunham. Resumindo, como o projeto republicano era aberto e inconsistente, a luta pelo que seria o novo regime seria travada ferozmente em seus primeiros anos. Certamente por este motivo atribui-se grande relevância ao governo Campos Sales. Como visto, Sales teria sido o artífice final do projeto republicano, uma vez que a partir de seu governo, as instabilidades que tanto ameaçavam a República foram amenizadas ou lançadas ao interior das próprias oligarquias estaduais. E são estes atritos, e os responsáveis por eles, que veremos com mais precisão.

De acordo com Emília Viotti da Costa, após a Proclamação da República, a ênfase foi na dimensão, monarquistas x republicanos, que culminou com a queda da Coroa: por um lado, os monarquistas julgavam que o processo aconteceu por conta de um descontentamento dos fazendeiros devido à abolição da escravidão, fazendo com que esse grupo se aliasse aos republicanos; por outro, os republicanos julgavam que a proclamação se deu para interromper uma série de práticas cometidas pelo regime, práticas essas que se manifestavam através do abuso de poder e exagerada centralização, sendo entregue aos militares e aos republicanos a responsabilidade de interpretar o clamor popular. A crise que a República vivenciava, no seu início, foi para historiadora o entrave entre monarquistas e republicanos:

Com o passar do tempo, os descontentamentos se multiplicaram. Era impossível manter a estabilidade e a paz quando havia tantos grupos disputando a liderança. A aparente fraqueza do regime recém – criado dava esperança aos monarquistas, que sonhavam com a restauração. Os

militares eram, como sempre, solicitados a intervir nas questões políticas que dividiam a nação<sup>78</sup>.

E este descontentamento tinha como resultado a abolição da escravidão, fazendo com que esse grupo se aliasse aos republicanos. A partir de outra análise Fernando Henrique Cardoso argumenta que, a crise no novo regime foi gerada pela política financeira de Rui Barbosa<sup>79</sup>, ministro da Fazenda. Apoiada pela pequena burguesia urbana, essa política emissão e de facilitação de créditos para a indústria não seria bem aceita pelas oligarquias dos principais Estados e até por seus companheiros de Ministério, como Campos Sales, então Ministro da Justiça. Segundo o autor, para Rui Barbosa a República se consolidará entre nós em bases seguras, quando o seu: “funcionamento repousar sobre a democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do sistema”<sup>80</sup>.

A República herdou da Monarquia um grande desequilíbrio econômico, no balanço financeiro e nas transações comerciais no exterior. Os gastos com as importações eram enormes e no final do século XIX as despesas eram elevadas. A abolição da escravidão também representou aumento dos déficits do Tesouro Nacional: os fazendeiros, escravocratas ou não, precisavam de recursos em forma de créditos, sobretudo para a remuneração da nova força de trabalho, para os assalariados<sup>81</sup>, a melhor solução era estimular a produção interna, defendida pela corrente industrialista, aumentar as tarifas alfandegárias aqui existentes e facilitar a entrada de matérias – primas. É relevante recordar que, não apenas durante o Governo Provisório, mas também nos governos seguintes, “até a ascensão de Campos Sales, a chamada corrente industrialista manteve-se ativa. Sua luta consistiu na regulamentação de impostos de importação que pudessem garantir uma proteção à indústria nacional”<sup>82</sup>.

Mas o que mais se destacou na política financeira de Rui Barbosa foi à emissão de papel moeda em larga escala. Essa prática inflacionária era desenvolvida a partir de três zonas bancárias criadas pelo Governo: a norte, sediada em Salvador, a central, sediada No Rio de Janeiro, e a sul, em Porto Alegre. São Paulo ficou de fora, e a burguesia cafeeira paulista não gostou. O aumento do meio circulante provocou uma reativação dos

<sup>78</sup>COSTA, op.cit. p.396.

<sup>79</sup>BARBOSA, Rui. **Pensamento e Ação de Rui Barbosa**/ Organização e seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

<sup>80</sup>CARDOSO, Fernando Henrique. **Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales. Apud Boris Fausto, Historia Geral da Civilização brasileira; t.3;v.8.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 38.

<sup>81</sup>FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Companhia Editora Nacional, 2005.

<sup>82</sup>CARDOSO, Fernando Henrique. **Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales. Apud Boris Fausto, Historia Geral da Civilização brasileira; t.3;v.8.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 38.

negócios, mas como a produção interna não se elevou no mesmo nível, quer dizer, os capitais eram empregados com objetivos mais especulativos do que produtivos, a inflação continuou. Fernando Henrique Cardoso aponta para a facilidade de créditos que levou, por outro lado, a uma desenfreada especulação com os papéis e ações das novas empresas. Segundo Cardoso: “essa especulação confirmam que entre as forças que se beneficiaram imediatamente com a Proclamação da República contavam-se setores industriais- financeiros urbanos”<sup>78</sup>. Em meados de 1890, o Governo tentou conter as especulações, só permitindo a fundação de sociedades anônimas com um capital subscrito, ou seja, com garantia da existência de todo o capital necessário. Mas o descontrole financeiro já era quase total, pois o orçamento de vários Estados estava a ponto de quebrar. No final de 1890, as falências começaram. Mas o descontrole financeiro já era quase total, pois o orçamento de vários Estados estava a ponto de quebrar. Por causa da inflação, muitas empresas não conseguiram saldar suas dívidas e com isso caiu o valor de suas ações e o volume de seus negócios.

A crise, portanto, continuava com prejuízo para muitos que investiram suas poupanças e lucros para uns poucos, os especuladores. Assim: “coube a Campos Sales sanear as finanças, executando as políticas a que o país se comprometeria com o *Funding Loan*: deflação, equilíbrio orçamentário, restauração do imposto pago em ouro nas alfândegas”<sup>83</sup> Em janeiro de 1891 Rui Barbosa renunciou, sendo acompanhado por todo o Ministério. As oligarquias estariam mais perto do poder?

A crise desestabilizadora, na visão de Fernando Henrique Cardoso, foi a política econômica implementada por Rui Barbosa que não obteve sucesso no governo provisório de Deodoro da Fonseca. Diferentemente, Maria do Carmo Campelo e Souza sustenta outra hipótese para explicar as divergências entre os republicanos que culminaria numa crise sem precedentes: a elaboração da Constituição. Enquanto o marechal Deodoro da Fonseca, os positivistas e parte do Exército desejavam um regime centralizado, os grupos dominantes dos principais Estados acreditavam que a legalização do princípio federalista e representativo asseguraria a sua participação no Governo: “a Carta Constitucional Republicana parece ter vindo propiciar os meios jurídicos para o funcionamento de uma estrutura que a precedera historicamente”<sup>84</sup>. De acordo com Maria do Carmo Campelo e Souza, em fevereiro de 1891, pouco mais de três meses após a abertura dos trabalhos, foi promulgada uma Constituição liberal e democrática, baseada na Carta dos Estados

---

<sup>83</sup>Ibdem, p. 39.

<sup>84</sup>SOUZA, op.cit. p. 164.

Unidos. Seus principais pontos eram: o federalismo, o presidencialismo e o regime representativo. Para as oligarquias estaduais, afirma a historiadora, a Constituição representou uma vitória. A autonomia dos Estados um *–princípio cardeal e solene*<sup>85</sup> do novo regime, conforme estabelecia, em 1870, o Manifesto Republicano, estava assegurada. A República, ao contrário do que a própria palavra significa, “coisa pública”, não favorecia a maioria da população. Mesmo assim, Deodoro da Fonseca recusou-se a dar publicidade ao texto da Constituição, justificando com isso as críticas que lhes eram feitas como a do monarquista Eduardo Prado, que dizia que a política estava reduzida: “á arte de adular com mais ou menos sucesso os militares. É inútil que os brasileiros estejam alimentando ilusões pueris. Os partidos políticos, hoje, só poderão galgar o poder agarrados á cauda do cavalo de um general”<sup>86</sup>.

Convém lembrar que, um dia depois da primeira Carta Republicana, o Congresso se agitou novamente. Tratava-se da eleição indireta dos primeiros presidente e vice- presidente da república. As oligarquias apoiaram o presidente do Congresso Constituinte, o paulista Prudente de Moraes, e o marechal Floriano Peixoto, candidato a vice. O Governo Constitucional do marechal Deodoro da Fonseca foi pontilhado por crises, como, aliás, vinha ocorrendo desde a Proclamação da República. Os Presidentes de Estados que apoiaram Prudente de Moraes foram afastados. Em 1891, a câmara tentou mais uma vez a aprovação de um projeto que regulamentava os atos do Legislativo e do Executivo. O próprio Campos Sales dizia que a ala militar que dava todo o suporte ao Governo Provisório de Deodoro, decidiu-se rebelar contra a candidatura anunciada no dia 24: “ao chegarmos à Constituinte tivemos conhecimento dos boatos alarmantes que circulavam segundo os quais, uma parte considerável do Exército, aclamaria a ditadura de Deodoro e dispersaria a Constituinte”<sup>87</sup>.

Deodoro da Fonseca não era um representante exclusivo das camadas médias e urbanas, formada pelo homem do campo e pela camada média trabalhadora da cidade, mas, por outro lado, também, nunca governou de acordo com as oligarquias mais poderosas nos Estados. Por isso seu golpe falhou, já que: “o panorama geral da Primeira República encontra correspondência num sistema político cujo foco de poder se localiza

---

<sup>85</sup> <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/.../manifesto%20republicano%201870.pdf>. ( Consultado em 15/08/2018 ).

<sup>86</sup> PRADO, Eduardo. **Fastos da Ditadura Militar no Brasil ( 1890 )**. Paris: Revista de Portugal, 1890. Apud. SOUZA, Maria do Carmo Campelo. **O processo Político Partidário na Primeira República, in Mota**, 1968, p. 167.

<sup>87</sup> SALES, op.cit. p.41.

nos estados, liberal na sua forma, oligárquico quanto a função”<sup>88</sup>. Campelo e Souza sustentam a hipótese que, a crise no início da República fundamentou-se na Constituição por beneficiar mais as oligarquias do que propriamente quem estava no Governo conduzindo o país, pois a Constituição que foi contestada, contribuiu para que a crise se alastrasse nesta república recém – criada. A Constituição de 1891 evidencia com clareza a negação do exercício da cidadania, visto que as idéias liberais nela embutidas permitiram aos civis, inseridos no poder desde 1894 com Prudente de Moraes, manejar a seu favor a massa de eleitores por intermédio de difíceis articulações políticas, abalizadas no contexto dos municípios e sustentadas pelas oligarquias estaduais. É preciso considerar que os interesses das oligarquias agroexportadoras representaram integralmente os interesses da nação no decorrer da Primeira República, e não se nega em hipótese alguma que parte da influência política exercida resultou dos termos da Constituição.

Vale ressaltar que havia uma crise maior do que as animosidades decorrentes entre republicanos e monarquistas; muito mais tensa do que a política econômica de Rui Barbosa e bem mais preocupante do que a Carta Constitucional de 1891. E que crise era essa? Era o obstáculo entre federalismo e regionalismo.

Por meio de nossas idéias procuramos demonstrar que nos dez anos iniciais da Primeira República, o cenário político foi conduzido por aqueles que já detinham o poder econômico – industrial- agrário, em especial aquelas oligarquias do sudeste do Brasil. Entretanto, vale salientar que esse poder econômico – industrial- agrário foi fundamentado principalmente em convicções bacharelescas, classe primordial do alicerce republicano. De acordo com Ana Luiza Martins, em uma longa pesquisa sobre a classe de bacharéis em Direito, não só no Império, mas também, na República, eram classificados como: “políticos profissionaise aprendizesdo poder”<sup>89</sup>. Em seu estudo, a autora observa que a criação dos cursos de direito em território brasileiro, no século XIX, demanda de um fator importantíssimo para todo esse obstáculo referente ao federalismo e ao regionalismo, a de que há uma relação direta com o projeto de formação do Estado brasileiro. Segundo Martins, a Faculdade de Direito de São Paulo atendeu com primazia as expectativas dos seus idealizadores: nela formaram-se não somente bacharéis em Direito, ou mesmo juristas, mas também senadores, deputados, chefes de polícia,

---

<sup>88</sup>SOUZA, op.cit.p.168.

<sup>89</sup>MARTINS, Ana Luiza. **O Despertar da República**. São Paulo: Contexto, 2001, p.51.

ministros, presidentes de províncias, juízes, desembargadores, promotores, dramaturgos, romancistas.

Sergio Adorno afirma que ao longo do século XIX o bacharel em Direito acabou tornando-se: “um intelectual possuidor de um saber que se sobrepôs aos temas exclusivamente jurídicos e que avançou sobre outros objetivos do saber. Um intelectual educado, e disciplinado, do ponto de vista político e moral, segundo teses e princípios liberais”<sup>90</sup>. Sendo assim, o bacharel, o militante político, o jornalista, formado na Faculdade de São Francisco, foi capacitado e por meio de suas idéias de cunho liberal sentiu-se motivado para divulgá-las em todos os seguimentos da sociedade. Em contrapartida, Ana Luiza Martins aponta, para esta classe bacharelesca como originária da elite agrária, muitos deles já destituídos de propriedades e que estes bacharéis dispunham, por vezes: “apenas do que chamamos de seu capital social, isto é, um nome de batismo respeitável que se afirmava por meio do título de doutor reforçado por uma política de casamentos e compadrios com membros da elite proprietária”<sup>91</sup>. A autora prossegue em sua análise sobre o Bacharel em Direito no Brasil da Primeira República destacando três elementos a serem levados em consideração: o primeiro elemento é que todos foram formados numa mesma faculdade de Direito, a do Largo São Francisco; o segundo elemento foi que se formaram sob as lições do Liberalismo; e o terceiro, eram propagandistas ferrenhos do ideário Liberal.

Na investigação realizada por Martins constatou-se, que na Faculdade do Largo São Francisco, saíram nomes importantes que figuraram em nosso país, inclusive o de Campos Sales:

Só no ano de 1854 foram colegas, senão de classe, de encontros no pátio, os seguintes republicanos: Américo Brasiliense, Afonso Celso, Tavares Bastos. Entre 1859 e 1863, estiveram na mesma classe, em assíduo convívio, Bernadino de Campos, Francisco Quirino dos Santos, Rangel Pestana, Manuel Ferraz de Campos Sales, Prudente José de Moraes Barros, todos ospolíticos atuante, sendo que estes dois últimos acabaram por ocupar o cargo de Presidentes da República. Embora, não se pronunciando republicanos, mais profundamente envolvidos com as idéias liberais, e na mesma turma acadêmica, entre 1866 e 1870, estavam advogados e jornalistas como, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e o poeta Castro Alves<sup>92</sup>.

E foram estes os responsáveis diretos que, espalhando-se pelo interior das províncias, passaram a representar e divulgar com ímpeto todo o ideário liberal. Assim,

<sup>90</sup> ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do Poder: Bacharelismo Liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 79.

<sup>91</sup> MARTINS, Ana Luiza. **O Despertar da República**. São Paulo: Contexto, 2001, p.51.

<sup>92</sup> MARTINS, Ana Luiza. **O Despertar da República**. São Paulo: Contexto, 2001, p.52.

o pensamento republicano foi difundido, como uma obrigação por parte destes liberais, onde estas idéias passaram a integrar a rotina urbana, atendendo os anseios fundamentais de uma boa parcela da população. A idéia de República foi propagada pelos bacharéis em Direito fundamentada na tese de que estes, movidos pelo sentimento liberal divulgavam com: “muito peso a idéia de federação, que permitiria maior autonomia das províncias”<sup>93</sup>

.Por outro lado, Robert Levine, em sua análise sobre a presença destes profissionais na sociedade não os enxerga como fomentadores de atritos ou distúrbios até mesmo como um grupo seletivo de privilegiados, ao contrário, o autor aponta um outro elemento fomentador de atritos e crises por qual passava a República: os coronéis. Segundo Levine: “advogados, jornalistas e até mesmo engenheiros e professores – estavam sujeitos aos caprichos dos representantes do poder, achando-se frequentemente no fogo cruzado entre clãs e facções políticas”<sup>94</sup>. Sustentado pelas oligarquias estaduais, os destacados chefes políticos municipais, denominados de coronéis, garantiam por meio da influência que tinham ou pelo uso desmedido da violência, o sucesso nas urnas dos candidatos que estes apoiavam, recebendo em contrapartida apoio militar contra opositores locais, apoio político e financeiro. Do ponto de vista político, o coronelismo foi primordial para os anseios do governo e, conseqüentemente, as elites rurais que dele se associavam, possibilitando, por intermédio de ações fraudulentas, a divulgação de resultados eleitorais concisos, impedindo atritos vorazes entre grupos adversários, comuns no início da República.

Como destacou José Murilo de Carvalho:

Nesse paraíso das oligarquias, as práticas eleitorais fraudulentas não podiam desaparecer. Elas foram aperfeiçoadas. Nenhum coronel aceitava perder as eleições. Os eleitores continuavam a ser coagidos, comprados, enganados ou simplesmente excluídos. O voto podia ser fraudado na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado, ou na hora do reconhecimento do eleito<sup>95</sup>.

Durante o início da República grande parte da população brasileira estava localizada na zona rural, seguindo, como dizia na época, quase todo o tradicionalismo agrário. As posturas rurais e as práticas coronelísticas puderam crescer sem nenhum tipo de contrariedade, devido à baixa escolarização da população agrária e da violência desmedida provocada pelos coronéis contra as vozes diferentes que por acaso viessem

<sup>93</sup>Ibidem, p. 54.

<sup>94</sup>LEVINE, Robert. **O sertão Prometido: O massacre de Canudos**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995, p. 179.

<sup>95</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 41.

insurgir. Por isso o autor enxerga na figura dos coronéis os grandes fomentadores de atritos no início da Primeira República. A habilidade política de Campos Sales e as brechas presente na primeira Constituição do novo regime possibilitaram o arranjo e a consolidação do sistema oligárquico. É importante destacar o argumento de Leonardo Trevisan diante da seguinte análise: “a República brasileira, gerada entre o ventre oligárquico, manchada pela escravidão, conhece, em seu primeiro período, a tentativa do imobilismo, mesquinha, e egoísta dos donos do poder, de manter o país agrário, rural, conivente a seus interesses”<sup>96</sup>. Convém ainda salientar, que diante desse difícil “jogo político”, ficou evidente que o Estado de São Paulo foi possivelmente o grande beneficiário, tendo como aliado o Estado de Minas Gerais. A chamada Política do Café com Leite, aliança entre os dois estados, promoveu o domínio dessas oligarquias na federação brasileira sendo muitas vezes ameaçadas pelos estados de outras regiões do Brasil como destaca Carvalho:

Foi em São Paulo e Minas que o coronelismo, como sistema político, atingiu a perfeição e contribuiu para o domínio que os dois estados exerceram sobre a federação. Os coronéis articulava-se com os governadores, que se articulavam com o Presidente da República, quase sempre oriundos de um dos dois estados<sup>97</sup>.

Entendemos que existe outro fator a ser destacado como responsável direto por conflitos provocados na inauguração do regime republicano como foi à ingerência militar, a destacar o Exército. São eles os responsáveis diretos pelo golpe e, em dado momento, aliaram-se aos civis e, gradualmente, foram ocupando os importantes cargos administrativos em toda a esfera do país. Só que esta aliança entre civis e militares perdurou pouco, até porque as animosidades entre ambos já aconteciam antes mesmo que o novo regime fosse inaugurado.

Esses conflitos aconteceram, no período da formação da Constituição, no qual a suposta base que os civis concederiam ao governo provisório de Deodoro da Fonseca começou a desaparecer. Sales observa que, até mesmo no seio da corporação militar, o comando e gestão de Deodoro foram se fracionando, perdendo seguidores e seu nome passou a encontrar forte resistência na instituição militar. Em momentos decisivos, no que diz respeito ao pleito eleitoral que possibilitaria a sua permanência ou não, Deodoro se viu cercado de opositores no congresso nacional, tendo como adversário o senador pelo

---

<sup>96</sup>TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**. São Paulo: Global, 1982, p. 65.

<sup>97</sup>CARVALHO, op.cit. p. 56.

estado de Pernambuco, o general José Semeão<sup>98</sup>(esse adversário político será um dos grandes responsáveis por alavancar ambas as candidaturas de Prudente de Moraes e Floriano Peixoto respectivamente). A oposição ao governo de Deodoro da Fonseca se direcionava certamente para uma representação direta dos paulistas, que representavam uma grande força. Entretanto, parte dos militares decidiu rebelar-se contra a candidatura indicada, protesto esse realizado por aqueles que apoiavam diretamente o governo de Deodoro. Para enfrentar tal situação Deodoro procurou se articular em que: “realizada a hipótese da eleição de Prudente, uma parte considerável do exército aclamaria a ditadura de Deodoro e dispersaria a constituinte”<sup>99</sup>.

É indispensável destacar que, mesmo sendo as forças militares fomentadoras de divergências, no governo de Deodoro da Fonseca houve uma iniciativa de aproximação entre civis e militares. Lideranças da oposição tiveram um encontro com o Barão de Lucena, um dos homens mais próximos e porta-voz do Presidente da República. E qual seria o sentido deste encontro? Este encontro seria um meio de poder acalmar os partidários da oposição e da situação, por isso antecipou o diálogo para que se chegasse a um denominador comum que pudesse atender a todos. Depois que terminou o diálogo, a conclusão a que se chegou foi de que se a base do governo cedesse pastas aos republicanos históricos, que as cedesse de uma só vez. Entretanto, no encontro, entre o líder da situação e o da oposição, entre Lucena e Prudente, o primeiro transmitiu que Deodoro só tinham duas vagas na pasta ministerial, e as outras que fossem aparecendo, seriam preenchidas de acordo com a indicação do grupo adversário. Campos Sales foi o responsável em transmitir a proposta governamental aos principais líderes: Francisco Glicério, Quintino Bocaiúva, Ubaldino do Amaral, Bernardino de Campos, Aristides Lobo e Prudente de Moraes. Todavia, Quintino Bocaiúva, um dos líderes principais dos republicanos históricos, interveio para declarar que, sendo dissidente julgava ter o acordo por não concretizado.

Sendo assim, o grupo resolveu não aceitar as vagas no ministério oferecidas por Lucena, decisão esta que levaria o Brasil a passar por um momento de intensa agitação, conforme Campos Sales nos levam a compreender:

---

<sup>98</sup>“O General Semeão tão cheio de serviços à pátria não teve a fortuna de estreitar-se na vida política com brilho igual ao da sua carreira de bravo militar. Nomeado pelo governo provisório Governador de Pernambuco ao proclamar-se a República, um incidente na política local criou-lhes tais dificuldades que o seu velho camarada, o marechal Deodoro, julgou conveniente convidá-lo a deixar aquela comissão de natureza puramente política”. In SALES, Campos. **Da propaganda à presidência**. Ed. Fac. Similar. Brasília: Senado Federal, 1998. P 37.

<sup>99</sup>SALES, op. cit. p. 49.

Que para compreender bem a influência nefasta que esta resolução veio exercer sobre os destinos do país, bastará consignar que é aqui que se encontra o germe do golpe de estado, que, quarenta e oito dias depois, dissolviam o congresso legislativo da República e proclamava a ditadura<sup>100</sup>.

Corroborando com a citação anterior, o Governo de Deodoro da Fonseca foi pontilhado por crises, como, aliás, já vinha ocorrendo desde a Proclamação da República! Ele não era um representante exclusivo das camadas médias e urbanas, mas nunca governou de acordo com as oligarquias poderosas nos Estados. Por isso que o seu golpe falhou. A reação foi imediata, com o apoio do vice presidente, Floriano Peixoto, e de vários militares. Liderados por um oficial da Marinha, trabalhadores da Central do Brasil chegaram a entrar em greve de protesto contra o fechamento do Congresso. O governo ditatorial não se sustentou no mês de Novembro de 1891 e o presidente renunciou. Floriano Peixoto assume o cargo com muito poder, apoiado por boa parte do Exército e pelas oligarquias descontentes com o Governo anterior. Sua primeira iniciativa foi derrubar, com o apoio do Congresso, os interventores estaduais que tinham apoiado a medida arbitrária de Deodoro. Entretanto, sua política econômica e financeira, foi pautada no estímulo à industrialização, com tarifas protecionistas e facilidades de créditos, sempre com a preocupação de controlar a especulação e a inflação.

Mas a república ainda não estava pacificada e nem tampouco consolidada. Ainda segundo a análise de Campos Sales: “novos clamores levantaram-se, e agora vítimas do dia, como sempre, os que tomavam para si o papel de ardentes defensores do principio federativo, protestando contra a intervenção do poder federal nos negócios dos estados”<sup>101</sup>. No Sul, a situação era tensa, desde que o presidente Júlio de Castilhos, positivista e ditatorial, apoiara o golpe de Deodoro da Fonseca. A revolta da oligarquia dissidente levou à deposição do Governo Estadual, mas as lutas continuaram, e em 1892 os castilhistas recuperaram o poder, apoiados por Floriano Peixoto.

De acordo com Mônica Janotti, os monarquistas estavam diretamente envolvidos nos conflitos no Sul, desejosos de retornar ao poder:

Os monarquistas tentavam de todas as maneiras um acordo com Silveira Martins, aparentemente sem sucesso, quando irrompeu a Revolta da Armada: Custódio de Melo se rebelava contra o governo que havia servido. Contrariado pelo veto do presidente ao projeto de inelegibilidade e sentindo-se lesado em suas pretensões políticas, ele liderava uma rebelião da Marinha, em nome da defesa da Constituição: ‘Contra a Constituição e contra a integridade da nação o chefe do

<sup>100</sup> SALES, Campos. **Da propaganda à presidência**. Ed. Fac. Similar. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 50.

<sup>101</sup> SALES, Ibidem, p. 55.

executivo mobilizou o exército nacional discricionariamente, pô-lo em pé de guerra e despejou-o nos infelizes Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul'. Declarações deste tipo vinham ao encontro dos interesses dos monarquistas, que nutriam a esperança de que uma intervenção da Marinha seria decisiva para a vitória sul-riograndense<sup>102</sup>.

E esta situação, a Revolução Federalista, arrastou-se até 1895. Segundo Helio Silva, foi: “uma epopéia, rastreado de fogo o pampa gaúcho; bela e gloriosa nas cargas dos lanceiros e torpe e cruel na degola dos vencidos, no estupro das mulheres”<sup>103</sup>. O Marechal Deodoro da Fonseca estava diante de dois problemas: a Revolução Federalista, no sul, e a Revolta da Armada, na baía de Guanabara. Acusando seus adversários de restauradores, adeptos da monarquia, Floriano conseguiu o apoio do Exército, do Senado e dos Governos estaduais. Além disso, foi favorecido também pela exaltação jacobinista da população carioca, entusiasmada com as atitudes do presidente em relação aos franceses e ingleses que ameaçaram desembarcar tropas para proteger os seus súditos. Diante disto, os jacobinos excediam na linguagem desabrigada dos artigos, no ódio aos portugueses: “Formavam grupos de civis e militares desde o Governo de Deodoro assumindo o papel de destaque na esfera política”<sup>104</sup>. Chegava ao fim o primeiro quadriênio constitucional. As oligarquias lançam, mais uma vez, a candidatura de Prudente de Moraes. Estavam mais organizadas em partidos estaduais, que controlavam os votos dos eleitores, sobretudo no campo. O propósito de militares florianistas radicais conforme expressa Janotti, em manter o presidente era inviável. Além do mais, não seria fácil para o Marechal de Ferro<sup>105</sup> transgredir as leis da República que ele acabara de consolidar.

Os militares acataram a legalidade, mas com ressentimento. Quando Prudente de Moraes chegou ao palácio do Itamarati para tomar posse, só havia um representante do Governo anterior para recebê-lo. E secamente<sup>106</sup>. A oligarquia cafeeira chegava ao

<sup>102</sup>JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.

68.

<sup>103</sup>SILVA, Hélio. **História da República Brasileira**. São Paulo: Editora 3, 1975, p. 107.

<sup>104</sup>JANOTTI. Op.cit. p. 70.

<sup>105</sup>COSTA, Sérgio Corrêa da. **A diplomacia do Marechal: Intervenção estrangeira na Revolta da Armada**. Brasília: FUNAG, 2017.

<sup>106</sup>“ A posse estava marcada para o dia 15 de Novembro. Prudente chegou ao Rio no dia 2, acompanhado de poucos familiares. Na estação ninguém para recebê-lo. Dirigiu-se para o Hotel dos Estrangeiros, onde se hospedou. Apenas no final da tarde recebeu a visita de um emissário do governo para dar-lhe boas vindas. Solicitou então uma audiência com Floriano Peixoto para tratar de assuntos administrativos, mas Floriano não encontrou uma data para o encontro. No dia 15, protocolarmente vestido, Prudente aguardava no salão do hotel que o viessem buscar. Ninguém apareceu, e foi num calhambeque alugado que chegou ao palácio Conde dos Arcos para prestar o juramento. Para o Itamarati, onde se daria a transmissão do cargo, foi na carruagem do representante da Inglaterra, sem qualquer escolta oficial. As portas estavam abertas, os salões vazios. Floriano não compareceu, e a transmissão foi feita em seu nome pelo ministro Cassiano do

poder, representada no Partido Republicano Federal, (PRF), que reunia parte significativa das oligarquias dominantes nos Estados. A primeira preocupação de Prudente de Moraes foi desenvolver uma política econômica de restauração de finanças, pois a desvalorização crescente da nossa moeda dificultava a obtenção de empréstimos externos, e a “pacificação nacional”. Os problemas da grande lavoura, como seriam de esperar, receberam grande atenção. A instauração de um Governo civil não terminou com a crise política. As modificações que o Presidente queria fazer na cúpula dirigente de alguns estados levaram a cisão do Partido Republicano Federal. Francisco Glicério, seu fundador, passou para a oposição. Ao se aproximar dos federalistas do Rio Grande do Sul, o presidente foi acusado de favorecer a restauração monarquista:

Esses boatos fantasiosos incentivaram tanto os ataques à fraqueza do governo quanto alimentavam, nos próprios monarquistas, a ilusão do seu prestígio pela reação que despertavam. As notícias emprestavam importância aos restauradores, fazendo-os sentirem-se ainda com considerável peso político, não obstante sua incipiente organização<sup>107</sup>.

As mesmas insinuações foram feitas quando ocorreram as primeiras derrotas das expedições oficiais enviadas ao sertão da Bahia para combater os camponeses do arraial de Canudos<sup>108</sup>. Mesmo conseguindo concluir o mandato, Prudente de Moraes não governou tranqüilo, foram anos agitados. Analisados os fatos, concluímos que a República, porém, já estava nas mãos da oligarquia paulista. Restava organizar e consolidar de vez a dominação. As lutas políticas do período republicano aconteceram em grande parte por motivos de cunho nacional e ideológico, que hora mantinham unidos, ora separados os grupos diferentes que compunham a federação.

Concluímos que no exercício da presidência da República, Campos Sales utilizaria um método político eficaz de acordo com sua visão, para pacificar as lutas de poder entre as grandes oligarquias estaduais e assegurar suporte ao governo federal. A Política dos Governadores tinha como objetivo o apoio espontâneo do governo federal aos grupos alinhados aos governos estaduais, não importando de qual alinhamento fossem, o que importava era os governadores garantirem apoio irrestrito no Congresso Nacional para as decisões do governo federal. Campos Sales, em harmonia com seus princípios liberais e, em contrapartida, defendendo um governo com bases civis apoiado

---

Nascimento. Mas Prudente não se deixou abater e tratou de reunir seu ministério. Prudente iniciou seu governo em um clima de revoltas e tensão”. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MORAIS,%20Prudente%20de.pdf>

<sup>107</sup> JANOTTI. Op.cit. p. 94.

<sup>108</sup> VILLA, Marco Antônio. **Canudos: O Povo da Terra**. São Paulo: Ática, 1995.

nas elites oligárquicas fundamentadas na economia principalmente agrária, tinha ciência que não podia acreditar no suporte dos militares ou do povo para assegurar-se no poder. Nos militares, muitos oficiais antioligárquicos, positivistas e nacionalistas, não aceitavam a forma e o estilo dos políticos oligárquicos. Nas ruas, principalmente no Rio de Janeiro, um grande número de trabalhadores totalmente excluídos do exercício da cidadania política e da distribuição equivalente de bens não se sentia representado, pela nova elite emergente republicana. Nessa situação, Campos Sales acreditava e defendia com vigor que o Brasil tinha que ser governado a partir dos estados, ou seja, a partir dos partidos representativos republicanos das respectivas regiões do país e na representação direta das elites agrárias, que poderiam solenizar publicamente uma aliança entre si com a finalidade da governabilidade do presidente da República, ele mesmo o principal mandatário dessas oligarquias.

É preciso considerar que esse entendimento de apoio bilateral entre o governo e as oligarquias pacificou, em grande parte, os graves conflitos políticos no início da República, porém, simultaneamente, regularizou a fraude eleitoral. Além de fundamentar uma fórmula política que, apesar das inquietudes, prevaleceu até o final da Primeira República, o governo Campos Sales avaliou rapidamente a crise gerada pela inflação e pela dívida externa através dos empréstimos realizados na Inglaterra para quitar os juros das dívidas passadas, um artifício denominado de *fundingloan* e também pelo aumento desmedido de taxas de câmbio consequente da dívida externa contraída. Sendo assim, o que se viu foi uma estabilidade política diante de tantos conflitos que assolava a República e também uma estabilidade econômica permitindo o desenvolvimento de uma governabilidade a partir dos estados perdurando até o final da década de 1920.

A República superou a matéria da federação, por isso, nos aprofundaremos na hipótese de que para a Política dos Governadores de Campos Sales sedimentar-se, tendo como objetivo a pacificação do país, foi necessário vencer um grande desafio, um obstáculo difícil de ultrapassar que foi o Congresso Nacional. É neste sentido que entendemos e é para lá que vamos.

## CAPÍTULO II – O DESAFIO POLÍTICO DE CAMPOS SALES: O CONFRONTO NA ARENA DO CONGRESSO NACIONAL.

### 2.1 PRF – O partido da Unidade republicana.

Francisco Glicério<sup>109</sup>, destacado líder republicano histórico de São Paulo, juntamente com outros companheiros propagandistas, como Campos Sales, ousaram e, fundou o PRF, o Partido Republicano Federal no ano de 1893. A composição do partido era heterogênea, formado por variados grupos políticos destacados naquela época, desde os republicanos históricos até simpatizantes da Revolta da Armada<sup>110</sup>. Segundo José Sebastião Witter o Partido Republicano Federal era: “um conglomerado de facções regionais, despido de elementos programáticos claros, tendo como premissa a unidade por interesses políticos”<sup>111</sup>. Foi este o pensamento que prevaleceu sobre a imagem do partido, porque, a interpretação clássica da Primeira República tinha como fundamento a explicação regionalista, baseada nas oligarquias estaduais; e, esta explicação regionalista, está relacionada com a Política dos Governadores, estratégia utilizada por Campos Sales para vencer os conflitos políticos da época rumo à pacificação; e, por conseguinte, esta aliança política tinha sua força devido uma carência de unidade e ordem política que a República precisava. O Poder Moderador era o equilíbrio no governo monárquico em que a centralização de poder não permitia que determinados distúrbios viessem acontecer. Havia, além, de uma ordem política, também uma ordem administrativa. Segundo Renato Lessa:

Uma das características estruturantes do modelo político e institucional adotado no Império brasileiro foi a da hipercentralização administrativa, materializada, entre outras formas, no controle do Poder Moderador, através do Poder Executivo, que exercia sobre as administrações das provinciais<sup>112</sup>.

Em conformidade com Renato Lessa, Sergio Buarque de Holanda observou que estas administrações provinciais, executadas por representantes do governo, obedeciam

<sup>109</sup>Para um entendimento sobre a pessoa de Francisco Glicério e sua atuação política, ver José Sebastião Witter. **As idéias políticas de Francisco Glicério**. Brasília: Senado Federal / FCRB, 1982.

<sup>110</sup>Para um entendimento feito sobre suporte de FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1975; GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1912.

<sup>111</sup>WITTER, José Sebastião. **Partido Republicano Federal ( 1893-1897 )**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 29. O único trabalho encontrado foi feito por José Sebastião Witter, o qual defende esta visão referente ao PRF.

<sup>112</sup>LESSA, op.cit. p. 102.

praticamente um rodízio excessivo: “os presidentes de províncias mandados da Corte só ficavam geralmente o tempo preciso para garantir o predomínio da orientação partidária do ministério no poder”<sup>113</sup>. A Constituição de 1891 solidificou o federalismo implantado pela elite republicana, acabando com o poder Moderador. Com a autonomia das províncias, que passaram a ser chamadas de Estados, tornou-se necessário um projeto que mantivesse a centralização e desse ao Presidente da República governabilidade. A Política dos Governadores visava à centralização do poder, como na época da Monarquia, a exemplo, do Poder Moderador. Mas, antes, dois anos depois de promulgada a Constituição de 1891, foi criada o PRF, justamente para solidificar esta centralidade, governabilidade, estabilidade e poder<sup>114</sup>.

Procuramos demonstrar neste capítulo que a análise sobre o PRF tem como propósito a criação de uma possível unidade partidária, e os problemas sérios enfrentados para estimulá-los; destacamos a singularidade dos membros que o compunham, bem como, seus respectivos interesses; e argumentamos sobre a ruptura acontecida quatro anos depois de sua criação em 1897 e, por fim, entendemos que o Presidente teve todo o apoio para o seu governo advindo do Congresso Nacional. José Witter destacou a heterogeneidade do partido: “a agremiação se formou tendo em vista as eleições de 1894”<sup>115</sup>. Witter procurou destacar o compromisso com às instituições republicanas, não perdendo de vista, o contexto desde as revoltas contra o governo de Floriano Peixoto até a aliança em torno deste. A novidade deste partido atraiu muitos para a sua composição, inclusive ex-monarquistas, mas, a administração e gerência do PRF ficou sob à liderança dos republicanos históricos. Mesmo havendo a presença de inúmeros políticos da Monarquia à liderança republicana foi aceita por eles, porque, haviam sofrido às derrotas provenientes das revoltas fracassadas no novo regime. Segundo o argumento de Vamireh Chacon, o propósito de criação do PRF não se limitou apenas às eleições de 1894, ele acrescenta um desafio maior que seria a unidade partidária, sendo que, o PRF seria a concretização deste propósito. Chacon argumenta que o Manifesto do Congresso

---

<sup>113</sup> HOLANDA, op.cit.p.9.

<sup>114</sup> O IPEIA, Instituto de Pesquisa econômica aplicada, discorre com propriedade em seu livro – num capítulo intitulado: Poder Executivo – configuração histórico – institucional o seguinte: “ esta análise histórico – institucional do Poder Executivo brasileiro considera o presidencialismo e o federalismo como instituições centrais de sua configuração, responsáveis pelo conjunto mais significativo de regras formais e informais de seu estado. Este pressuposto é essencial para a compreensão de arranjos distintos de construção e transformação do Estado e para a explicação das suas situações políticas ou de crise institucional”. **Estado, instituições e democracia: República**. Brasília: Ipeia, 2010, p. 65.

<sup>115</sup> WITTER, op.cit. p. 135.

Federal procurou de várias maneiras unificarem o movimento no Partido Republicano Brasileiro, porém, a direção seria entregue a um Congresso Federal composto por: “dois delegados de cada província e dois pelo Município Neutro, o Rio de Janeiro capital, que deveria eleger o Conselho Federal integrado por cinco pessoas”<sup>116</sup>. Entretanto, a unidade não aconteceu. Com o advento da República, houve o esfacelamento dos partidos do Império e o aparecimento de novos partidos políticos nos estados, onde tanto liberais como conservadores, acabaram cerrando fileiras nos partidos republicanos. Estas adesões ganharam espaço na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro:

Pois que foi esta a nota dominante da semana – as adhesões – convém deixar desde já expressa que a Chronica, não tendo razões especiaes para pensar de diverso modo, procura o seu minúsculo logar no vasto adhesivo em que há pouco transformou – se este paiz, e vem, sem philarmonica nem discurso engatilhado, dizer aos cidadãos governantes; e aos cidadãos governados que a sua adherencia é completa. A bem dizer, e com franqueza, não adherir seria neste momento a posição mais interessante para aquelle que amasse a notoriedade; tão certo é que do Amazonas ao Prata, salva a excepção impar do da Tribuna Liberal, toda a população brasileira descobriu no dia 16 do andante que era republicana até os ossos, republicana de quatro costados, republicana de família, como vício ou como herança que fosse. Mas a notoriedade é um perigo, e que o diga o próprio Governo Provisório que mais trabalho tem tido em aturar os adherentes, do que os passados governos monarchicos em colocar os seus parentes. Uma chusma, cidadãos; uma chusma de convencidos, de discursadores e declarantes, que, grupo por grupo, ou um a um, tem vindo ao quartel

– general fazer suas declarações e protestos, sem se recordar que de mais importantes assumptos cura neste momento o governo, que sobra seus hombros tomou tão grave responsabilidade! Menos adherentes, um grupo de resistência - e o Governo Provisório teria talvez maior satisfação ao completar a obra estupenda realizada com tal felicidade, com tão assombroso resultado<sup>117</sup>.

As associações republicanas antecedentes à República formaram a base para a política nacional dos anos iniciais do novo regime e algumas delas já estavam consistentes. Segundo Alcindo Guanabara:

Ao invés dos dois grandes partidos nacionais, regendo uniformemente todos os departamentos administrativos do país, apareceram em cada um deles agremiações diversas, compostas de elementos colhidos indiferentemente dos seus remanescentes, pleiteando ardentemente a posse do poder que, uma vez obtida, era defendida com ardor e ferocidade. A política federal ficou sem unidade<sup>118</sup>.

<sup>116</sup> CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discursos e praxis dos seus programas. Brasília: EUB, 1981, p. 57.

<sup>117</sup> **A Proclamação da República e sua repercussão**. “Chronica da Semana”. *Gazeta de Notícias*, in. M.E. de. Campos Porto. **Apontamentos para a História da República dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 170.

<sup>118</sup> GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1912, p. 18.

De acordo com Guanabara, esta falta de coesão foi responsável pelo problema enfrentado no governo federal que para obter governabilidade tinha que ter um bom relacionamento com o Congresso: “era obrigado a reagir, a ameaçar ou a lisonjear as facções que dominavam nos Estados para obter de seus representantes do Poder Legislativo os elementos necessários para se manter”<sup>119</sup>.E, ainda, estes partidos articulava-se em alianças tendo o propósito de indicar o candidato à presidência da República.

Rosa Maria Godoy Silveira argumenta a falta de coesão e subdivisão nos partidos políticos.A autora destaca o Estado de Goiás depois que a República foi proclamada, onde se criou um governo dirigido por republicanos, tudo, segundo Silveira: “em nome do povo”<sup>120</sup>. Não houve tranquilidade para que esta facção pudesse se estabelecer, já que a polêmica tornou-se um fato. Esta iniciativa os distanciava e os mantinham ao mesmo tempo independentes dos grupos dominantes que os acusavam de trazer: “nos seus ideais questões referentes à monarquia”<sup>121</sup>.É o que enunciou Cláudia Viscardi observando todos os modos decorrentes em relação à Primeira República. Para Viscardi, todas as sucessões presidenciais: “consistiam nos arranjos políticos mais importante da Primeira República, onde por meio delas é possível perceber como se compunham e decompunham parcerias entre as unidades federadas, a partir da Constituição de 1891”<sup>122</sup>. A fundação do Partido Republicano Federal, na década de 1890, se opunha ao contexto político, na perspectiva de uma unidade nacional ao seu redor.Segundo Renato Lessa: “a organização em 1893 do primeiro partido político, de caráter nacional, aconteceu após a dissolução dos partidos monárquicos”<sup>123</sup>.Lessa corrobora o fato de que no princípio o partido obteve sucesso, independente das adesões dos partidos regionais que mantinham resistência e de seu ecletismo, porque do ponto de vista macro político:

O PRF visava resolver duas questões: criar um grupo parlamentar majoritário para sustentar o governo e, mais importante, preparar as eleições gerais de 1894, em que seriam escolhidos o Presidente da República, um terço do Senado e a totalidade da câmara dos Deputados. Diante desses desafios, o PRF foi extremamente bem sucedido<sup>124</sup>.

<sup>119</sup>Ibidem, p. 19.

<sup>120</sup>SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O federalismo na Política dos Governadores**. São Paulo: USP, 1981, p. 96.

<sup>121</sup>MORAES, Maria Augusta Santana. **História de uma Oligarquia: os Bulhões**. Goiânia: Oriente, 1974, p. 39.

<sup>122</sup>VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do café-com-leite**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 25.

<sup>123</sup>LESSA, op.cit. p. 133.

<sup>124</sup>LESSA, op.cit.p.134

Todo suporte e apoio parlamentar concedido a Floriano Peixoto foi total, contudo, ligado ao direcionamento de sua sucessão, de maneira que o interesse de continuar como Presidente não encontrou apoio, nem mesmo, entre aqueles que lhe dava suporte. Muitos motivos provocaram a criação de um partido nacional em 1893, tais como: o temor referente ao parlamentarismo; a falta de unidade no Congresso, representados pelos deputados e senadores; o entendimento que precisava para fortalecer as instituições republicanas; os problemas criados desde o governo de Deodoro da Fonseca; e a necessidade de domínio a partir do Congresso Nacional, controlando as eleições presidenciais. José Witter afirma que:

Embora prenehe mais de erros do que de acertos, embora de curta duração, o PRF teve, a nosso ver, um papel importante na evolução político-partidária da República Velha. Foi ele quem propiciou, durante a gestação da nossa historia republicana, aos nossos homens públicos, condições para realização da primeira experiência no campo da organização – partidária em âmbito nacional<sup>125</sup>.

Fernando Henrique Cardoso argumenta o contexto político do governo de Floriano Peixoto, na medida do surgimento do PRF. A cisão das Forças Armadas, o número exorbitante de apóstatas, a indiferença e a falta de cumprimento satisfatório da Constituição de 1891 criavam contendas que eram necessários dirimir. Esta responsabilidade o presidente da República desempenhou através de uma ênfase em certa crença de ordem republicana, a qual, obrigou à uma dupla associação. De um lado, a utilização da força empregada pelo próprio Floriano atendia a facção radical dos setores militares, e de outro, a responsabilidade da estrutura constitucional impedia uma ação mais ousada dos jacobinos. Para esta importante e derradeira função, confiada aos republicanos paulistas, foi que nasceu o PRF, como instrumento de domínio da Câmara mediando os atritos entre o Executivo e o Legislativo. Segundo Cardoso, este partido tinha um duplo propósito; primeiro, o conagraçamento dos políticos numa dimensão de amplitude nacional, onde destacava o interesse de eleger o presidente civil; e segundo, fortalecer o regime republicano devido ao clima de pura instabilidade:

Depois disso, o desgaste das Forças Armadas e a incapacidade de organização do Partido Republicano Federal como peça básica da estrutura republicana de poder começaram a desenhar os contornos que a Primeira República iria ter em forma permanente. Especialmente o caso do PRF é significativo. Floriano deixou que Glicério organizasse o partido, mas não viu nele mais do que um instrumento de controle da

---

<sup>125</sup>WITTER, op.cit. p. 499.

câmara. Não poderia interessar ao republicanismo militar uma estrutura concorrente ao Exército como forma de sustentação de poder<sup>126</sup>.

O PRF precisava controlar o Congresso para conceder governabilidade ao Presidente da República, e, por outro lado, coordenar o processo sucessório de Floriano Peixoto. A escolha promovida pelo PRF à presidência acabava com os interesses do próprio Floriano Peixoto de manter-se no cargo e colocava um ponto final no período de domínio militar. Segundo Witter, a preferência por um candidato motivou distintas facções militares que se alinharam ao PRF: “estamos convencidos que não fosse a proximidade do término do período do Governo de Floriano, dificilmente, em 1893, se teria conseguido reunir os políticos brasileiros para uma composição partidária”<sup>127</sup>. Sem oponentes, todos os candidatos do Partido Republicano Federal, Prudente de Moraes e Manuel Viorino Pereira, como vice-presidente, foram eleitos em 1894<sup>128</sup>. O sucesso inicial do partido reverberou em todo o Brasil, permitindo-lhes saírem do anonimato e lhes concedendo uma oportunidade na carreira política. A repercussão do PRF nas eleições na primeira metade da década de 1890 foi tão positiva que, de acordo com Renato Lessa:

Nas eleições de 1894, o PRF conquistou a Presidência da República, o terço do Senado e a totalidade da câmara. Prudente de Moraes foi eleito com cerca de 290.000 votos, em uma população total em torno de 15.000.00 de almas. Os índices de abstenção foram dilatados na própria capital do país. Para um eleitorado potencial de cerca de 110.000 pessoas, votaram em 1894, no Distrito Federal, 7.857 eleitores. Mas isso parece não configurar um problema algum. Os principais problemas da República se resumiam a esfera das relações da polis com o governo<sup>129</sup>.

Controlado pelo PRP e conduzido por Francisco Glicério, o PRF não passava por rupturas, que, posteriormente, o deixariam sem vigor para poder resistir às divisões que passaram a ser fator para derrotas nas eleições posteriores. Lessa reitera que Francisco Glicério mediava: “as relações entre o Executivo e o Legislativo, nos três primeiros anos de mandato de Prudente”<sup>130</sup>.

No entanto, um ano depois, em 1895, às aparências começaram a desfazerem-se quando a legislatura entrou em ação, o apoio e a unidade tão propalada desfez-se e o PRF

<sup>126</sup>CARDOSO, Fernando Henrique. **Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales**. Apud Boris Fausto, **Historia Geral da Civilização brasileira**; t.3;v.8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.52.

<sup>127</sup>WITTER, op.cit. p. 135.

<sup>128</sup>Dados apresentados por CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: Difel, 1974, p. 31.

<sup>129</sup>LESSA, Renato. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p.135.

<sup>130</sup>Ibidem, p. 139.

tão presente no governo de Prudente de Moraes optou por se afastar. Este afastamento, segundo Lessa, ocorreu devido à grande ruptura acontecida no “seio” do Partido onde nasceram três facções: “os radicais, fanáticos de Floriano e vencedores das revoltas ocorridas no governo anterior; os reacionários, inimigos dos jacobinos florianistas; e os moderados”<sup>131</sup>. Claudia Viscardi interpreta o mandato do presidente Prudente de Moraes, de 1894 a 1898, da seguinte forma: “pela oposição entre antigos florianistas, reunidos em torno do PRF de Glicério, e anti-florianistas, capitaneados pela liderança de Prudente de Moraes”<sup>132</sup>. Posteriormente, será o maior problema de Campos Sales em lidar com partido que o elegeu e, também, com o Legislativo que ficaria em seu encaixo.

Para José Witter, o PRF era um partido que se constituía em modelo de agremiação partidária que cresceu durante o início da Primeira República com o objetivo de se tornar um partido de perfil nacional, mas, sempre com suas forças centralizadas regionalmente. Na visão de Witter, os políticos com grande expressão que compunham o partido, como Campos Sales, eram hostis à disciplina, aos programas políticos, às reuniões e às convenções partidárias. No enfrentamento dos conflitos atravessados pelo PRF, Sales afirmou que: “sem rumo certo, de tendências indefinidas, não revestia nenhuma das condições essenciais dos altos fins a que se destina um partido bem constituído”<sup>133</sup>. Campos Sales demonstrava indisciplina anti partidária, pois ele foi um dos políticos a lutar pela eleição de Prudente de Moraes à presidência da República, em 1893. No momento em que aconteceu a ruptura no partido, Sales foi um ardoroso crítico

à ideia de uma nova política, não mais solidificada num conglomerado partidário de interesses nacionais apenas, mas fundamentado no domínio operado pelo Governador, a “Política dos Governadores”. Desde a divisão do PRF, o panorama da Primeira República se fortaleceu através do pensamento totalmente anti partidário em fortalecer o federalismo e solidificar a República. Por isso Witter afirma que: “este anti partidarismo evidentemente influenciou de forma decisiva na formação de entidades políticas que acabam por ser sempre mais estaduais do que nacionais”<sup>134</sup>. Ainda destaca a causa da criação do partido vinculando-o à realidade regional.

Diferentemente da posição de José Witter, entendemos que não é razoável menosprezar o contexto regional, mais acrescentar que o objetivo principal se apoiava em

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 135, 136.

<sup>132</sup> VISCARDI, op.cit. p. 73.

<sup>133</sup> SALES, Campos. **Da Propaganda á presidência**. Ed. Fac. Similar. Brasília: Senado Federal, 1998, p.227.

<sup>134</sup> WITTER, op.cit.p.500.

duas vertentes. Se por um lado o pensamento era criar um grupo de apoio, dando total suporte ao presidente da República, por outro, era se preparar para as eleições um ano depois de sua criação, em 1894, para indicar e eleger o presidente da República. Compreendemos que o PRF foi criado tendo como grande finalidade operar a ordem republicana, já que o período estava em volto a muitas revoltas e o país estava atordoado por causa delas, por isso, nasceu o partido, como peça estruturante do poder concedendo ao Presidente da República governabilidade para dirigir a nação. Claudia Viscardi esboça o mesmo pensamento, porque concluiu que o PRF foi criado tendo como principal objetivo obter um domínio de todas as áreas políticas do país. Viscardi conceitua este domínio como *monopólico*, quer dizer, ocorreu: “no período em que nenhum outro estado ousava ameaçar a hegemonia paulista sobre a federação”<sup>135</sup>. Segundo a historiadora, isso aconteceu devido à jovialidade do Partido, manipulando indicações sucessórias e controlando o Executivo.

Conforme Tavares Lyra, o PRF expressava a união dos republicanos históricos, mesmo com suas diferenças, num contexto em que a luta política fora definitiva para a preservação e manutenção da República. O PRF era o partido da República. Fazia apologia de um novo sistema político e econômico, ainda que este novo sistema estimulasse as diversas facções que o compunha. Segundo Lyra, os grupos históricos, os propagandistas, construíram uma unidade em volta da República, diante das várias revoltas acontecidas no período e, também, no Congresso Nacional onde decidiram fortalecer esta união por intermédio da criação do Partido Republicano Federal: “um partido de governo, que congregava em seu seio o situacionismo das diferentes unidades da Federação, entre cujos representantes se acotovelavam republicanos históricos e adesistas acomodáticos, presidencialistas e parlamentaristas, conservadores e reacionários”<sup>136</sup>. Os motivos que levaram à criação do PRF se baseava na governabilidade atrelada à centralização do poder, concedendo grandes possibilidades de controle do Congresso, poder almejado pelo presidente para estancar as graves crises que eram obstáculos para uma plena pacificação. Como consequência, aconteceu a fragmentação do PRF.

Em 1896 Prudente de Moraes, por questões de saúde, viu-se na obrigatoriedade de se afastar da Presidência e na linha sucessória assumiu o vice-presidente, Manuel

---

<sup>135</sup> VISCARDI, op.cit. p. 67.

<sup>136</sup> LYRA, Tavares. **A cisão do Partido Republicano Federal em 1897**: um documento inédito. (palestras). Revista do IHGB, v.184, p.195-206, julho/setembro. 1944.

Vitoriano<sup>137</sup>, que de imediato aliou-se aos florianistas<sup>138</sup>. Lessa aponta, que em divergência com o seu vice- presidente, Prudente de Moraes reassumiu repentinamente a presidência, na perspectiva de recobrar o controle do Congresso Nacional. Por meio de uma trama parlamentar, Prudente procurou buscar uma saída para impedir e, ao mesmo tempo, isolar às representações florianistas do PRF, pressionando uma divisão: “ao implodir o PRF, o presidente passa a reconhecer apenas os chefes estaduais”<sup>139</sup>. Nesta mesma argumentação José Maria Bello destacou, com maiores detalhes esta ruptura: “os castelhistas, positivistas, jacobinos, que eram simpáticos a Floriano, optam por um lado; os republicanos históricos, os deodoristas e os ex-monarquistas vão para outro lado. E os moderados se sub-dividem em duas facções”<sup>140</sup>. Em mensagem ao Congresso Nacional, Prudente de Moraes explicou o seu afastamento e enfatizou o seu retorno imediato. Os Anais da Câmara divulga na íntegra o seu discurso, confirmando o exercício da presidência:

Cumprindo o preceito da Constituição, venho dar-vos conta da situação do paiz e indicar-vos as providencias e reformas que, devem ocupar, de preferênciã, a vossa illustrada e criteriosa atencão. Por achar-me gravemente enfermo, fui forçado, a 10 de Novembro próximo passado, a deixar o exercíco da presidência da Republica, que reassumi a 4 de Março, havendo então cessado aquelle motivo. Durante o meu impedimento, que foi cerca de quatro meses, fui substituído pelo illustre Sr Vice- Presidente DA República. A 15 de Novembro de 1894, ao tomar posse do elevado cargo que me foi confiado por sufrágio espontâneo de meus concidadãos, afirmei em manifesto dirigido á nação, que, no desempenho de tão honrosa quanto difficil missão que, me fora imposta obedecerei aos princípios e normas... Reassumindo o exercíco da presidência da Republica, mantenho o mesmo programa, a cuja observância tenho-me dedicado com esforço e perseverança e que sido executado em seus pontos capitais<sup>141</sup>.

O retorno imediato de Prudente de Moraes para o exercício da presidência visava provocar no PRF uma ruptura, mas, para que a divisão pudesse acontecer, o presidente convocou o seu aliado político, J.J. Seabra Filho que tinha como artifício fazer uma

<sup>137</sup> Sobre Manoel Vitorino, ver TAVARES, Luis Henrique Dias. **As idéias políticas de Manoel Vitorino**. Brasília: Senado Federal/FCRB, 1981.

<sup>138</sup> ver ARQUIVO NACIONAL. **Os presidentes e a República**: Deodoro da Fonseca a Luis Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro : O arquivo, 2009. “ Prudente de Moraes licenciou-se de cargo em Novembro de 1896, por motivos de doença, agravando a crise política, que passou a ser enfrentada pelo vice- presidente Manuel Vitorino. Reassumiu a presidência na nova se de governo, o Palácio do Catete, em 4 de Março de 1897”. p. 14.

<sup>139</sup> LESSA, op.cit. p. 148.

<sup>140</sup> BELLO, José Maria. **História da República, 1889 1902**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1954, p. 228.

<sup>141</sup> Mensagem ao Congresso Nacional por Prudente J. de Moraes Barros. **Anais da Câmara dos Deputados**, 3/5/1897, pp. 3,4.

apresentação no Congresso de uma moção de apreço e solidariedade a Prudente de Moraes pela imediata punição a um ato de rebeldia e indisciplina dos alunos da escola Militar:

O clima de tensão ocorre em Maio de 1897, com a revolta dos cadetes da escola militar, vencida por Prudente de Moraes, com o apoio do Ministro da Guerra, Marechal Bitencourt. O levante, mínimo se considerada sua extensão objetiva, converte-se em ponto de inflexão do processo político. Após a expulsão dos alunos rebeldes e as prisões dos envolvidos, o governo articulou bem – sucedida manobra parlamentar. A manobra era clara: através dela, Prudente de Moraes procurava livrar-se da tutela do PRF e demonstrar deslealdade do General das 21 brigadas. O requerimento de Seabra foi derrotado, mas foi capaz de provocar a cisão definitiva do primeiro partido nacional formado durante a República<sup>142</sup>.

A Escola Militar era uma representação relevante para os florianistas, por que: “o legado de Floriano Peixoto foi pródigo em focos de oposição do novo governo”<sup>143</sup>. Essa moção foi um ultraje aos florianistas, por ter sido colocado em pauta por um parlamentar que havia recebido à anistia, devido a sua participação na Revolta da Armada, J.J. Seabra Filho<sup>144</sup>. Convém observar, que a direção do PRF diante da moção, ou seja, de uma proposta feita na Assembléia, cujo teor deveria ser submetido à votação para que a mesma fosse aprovada ou não, a liderança do partido precisou responder a duas difíceis interrogações. Eram as seguintes: se por acaso o PRF aprovasse à moção, na visão do partido, era voltar-se contra República, já que o requerimento apresentado não fora feito por um dos seus ardorosos críticos? E por conseguinte, se rejeitasse a proposta cujo teor precisava ser submetida a votação, não estaria o PRF fazendo oposição ao Presidente de forma clara e pública? Diante deste impasse o deputado Luis Domingues, do Maranhão voltando-se ao autor da solicitação, o Deputado J.J. Seabra Filho, assim se manifestou nesta assembléia realizada no dia 02/06/1897:

Não faz muito tempo que o honrado Deputado pela Bahia esteve em luta armada contra o Governo do Marechal Floriano Peixoto. Na estacada, ao lado do Marechal, diz o orador, estivemos nós, os do Partido Republicano Liberal e seus companheiros de luta. ( trocam-se diversos apartes. O Sr. Presidente reclama a atenção). A anistia não pode apagar a história, que é de ontem. Nessa ocasião, nós, que apoiávamos o Governo constituído, tínhamos ao nosso lado, e tivemos sempre, a Escola Militar.

Não era, pois, correto, que o nobre Deputado da Bahia, prevalecendo-se de um movimento de insubordinação desta escola, subscrevesse uma

<sup>142</sup> LESSA, op.cit. p. 146.

<sup>143</sup> LESSA, op.cit.p.147.

<sup>144</sup> para uma descrição pormenorizada da manobra ver, FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012, pp. 558 e 559.

moção de felicitação ao Governo pela manutenção da ordem e prestígio da Constituição, que os alunos haviam a bem pouco feito valer, com seu contingente de dedicação ao governo constituído contra a revolta<sup>145</sup>.

A decisão tomada foi a de fortalecer o compromisso com os florianistas representados pelo Exército. De imediato, Francisco Glicério orientou os correlegionários para não aceitar a solicitação conseguindo a maioria para rejeitá-la. Diante de suposta vitória em rejeitar à moção, os desdobramentos foram fundamentais, visto que: “alegando ter votado pela aprovação do requerimento e, portanto, tendo sido derrotado, o presidente da Câmara, o deputado baiano Artur Rios, renuncia. Quatro dias depois, configura-se a armadilha”<sup>146</sup>. Na nova eleição para a Câmara dos Deputados, Francisco Glicério e Artur Rios, ambos adversários, se enfrentaram para presidir à Casa e com todo o apoio e suporte de Prudente de Moraes, Artur Rios foi reeleito. Diante deste panorama, Renato Lessa concluiu que esta manobra premeditada fortaleceu Prudente de Moraes e enfraqueceu o presidente do PRF, Francisco Glicério reduzindo-o: “a líder de minoria”<sup>147</sup>. Sendo assim, todos aqueles que o apoiaram passaram a defender veementemente a tese de que o dirigente do partido é o presidente.

A divisão do PRF ficou mais clara, com reflexos no poder Executivo. O vice presidente Manoel Vitorino, passou a fazer oposição ao presidente, unindo-se aos seguidores de Francisco Glicério. A oposição teve tal dimensão, que foi acusada de ter sido a mandante do atentado contra o Presidente Prudente de Moraes, onde muitos deputados e senadores do PRF foram desterrados sob a acusação de ter participado do atentado: “o atentado, único na história do país, deu ao presidente recursos políticos que não conseguiria obter dentro das dinâmicas constitucionais. As atribuições presidenciais foram ampliadas, graças a um contexto de total fragmentação do tecido político”<sup>142</sup>. Foi desta forma que o PRF, em 1897, pouco menos de quatro anos de sua criação, se dividiu em duas facções distintas: de um lado, o grupo de Prudente de Moraes, também denominado de republicanos, que, além de deixar o partido se posicionou como anti-florianista e cunharam uma nova sigla, passando-se a chamar Partido Republicano (PR) ou os prudentistas; e do outro lado, os seguidores de Francisco Glicério, mantendo-se ligados ao PRF, que foram chamados de concentrados. Estes termos apontam diretamente para as respectivas lideranças no cenário político e congressista, Prudente de Moraes e Francisco Glicério.

<sup>145</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*. 2/6/1897, p. 5.

<sup>146</sup> LESSA, op.cit. p.147.

<sup>147</sup> LESSA, op.cit. p.147.

Segundo Edgar Carone a: “cisão definitiva fez com que o Partido Republicano Federal se dividisse em ala majoritária, chamada de concentração pro Prudente e com maioria no Congresso; e minoritária, de gliceristas, chamados de republicanos, que continuam dirigindo o partido”<sup>148</sup>. É importante salientar que a ruptura foi de cunho ideológico, pois, os *concentrados* possuíam a maioria no Parlamento e saíram em defesa de ações nacionalistas e intervencionistas no Congresso Federal. Campos Sales colocou-se ao lado de Prudente de Moraes, recebendo, entretanto, pressão de todos os lados; Glicério posicionou-se ao lado dos Jacobinos. Diante dos fatos, Campos Sales se viu desafiado a escrever uma carta a Bernardino de Campos no segundo semestre de 1896, relatando a situação do cenário político em que estavam inseridos:

A nossa política carece de firmeza e orientação clara, e isso vai nos enfraquecendo e perturbando a nossa marcha. Os elemento agitadores, que se aninham em nosso seio, comprometem-nos, pois que, á sombra de nossa condescendência, vão acarretando a nossa responsabilidade na sua ação, francamente e calculadamente anarquizadora. Isto nos enfraquece, porque nos desacredita, apresentando-nos como incapazes para o governo. Os últimos sucessos, se não produziram desastres deverão servir-nos de advertências. Está claro que não podemos dirigir o elemento agitador e nem devemos presumir que ele chegue a subordinar-se a nossa direção. Eles arranjam as crises e nós agüentamos as responsabilidades delas. Penso que temos que escolher: ou os declaramos adversários e lhes damos combate decisivo, ou renunciemos á aspiração de formar um partido conservador, ordeiro, governamental e orgânico. Ficando nisso que esta aí, que é anarquia, no meio da qual os nossos homens se vão perdendo como incapazes, e a desconfiança que se forma entre nós. Este é o elemento perverso em todas as democracias. Basta de câmaras agitadoras. Precisamos governar bem<sup>149</sup>.

A ruptura no PRF teve uma influência direta na eleição do ano de 1897. Ambos os grupos *gliceristas* e *prudentistas* – apresentaram os seus respectivos candidatos à presidência da República. Os *prudentistas* acabaram vencendo a eleição, onde a convenção governista de outubro do mesmo ano escolheu Campos Sales e este saiu vencedor.

Sabemos que grandes expectativas estavam concentradas em Floriano Peixoto, antes da criação do PRF. A herança do velho regime monárquico, com um número reduzido de adeptos ligados às crises sociais e políticas que se seguiram ao golpe republicano, colocava em risco a República recém criada. O “Marechal de Ferro”, assim era chamado Floriano Peixoto, enfrentou com rigidez ambas as revoltas que trouxeram

<sup>148</sup> CARONE, op.cit.p 162.

<sup>149</sup> SALES, Campos. **Da propaganda a presidência**. São Paulo: á Editora, 1909, p. 136.

instabilidade para a República, a Revolta Federalista e a Revolta da Armada que desestabilizaram o Rio de Janeiro, capital da República, mas não alcançou o seu objetivo que era implantar uma ditadura republicana no país.

Na retaguarda do seu poder estava o suporte concedido pela oligarquia paulista, certa de que a continuidade da República poderia garantir a ela o poder definitivo na política nacional. A falta de projeto político, energia suficiente e sagacidade, possibilitou com que a oligarquia paulista o substituísse, elegendo Prudente de Moraes para presidente da República. A revolta jacobina apoiada pelo vice de Prudente de Moraes, Manoel Vitorino, e algumas alas militares certamente foram seus grandes desafios no governo. Porém, é relevante destacar que não havia um fundamento ou uma base em que os governos da jovem República brasileira pudessem se sustentar e manter-se firmes. O Poder Moderador exercido no regime monárquico concedia ao Imperador essa firmeza que tanto os governantes republicanos almejavam, contudo com a criação da nova Constituição Federal essa unidade e governabilidade ficaram mais difícil já que cada Estado passou a ter seus próprios partidos atendendo seus interesses particular.

Diante deste cenário foi criado o PRF justamente para dar esta unidade, centralidade e governabilidade ao presidente da República. No seu início o PRF experimentou sucesso, aglutinando em seu seio vários grupos políticos na perspectiva de alcançar o seu grande objetivo: controlar o Congresso Nacional sem que houvesse nenhum tipo de oposição e centralizando o poder na figura do presidente da República. Mas como todo partido, o PRF, teve que enfrentar as crises internas manifestas pela luta de poder entre os dois protagonistas daquela ocasião, Prudente de Moraes, presidente da República e Francisco Glicério, presidente do PRF. As desavenças, contrariedades, e lutas foram tão inusitadas, que teve como principal consequência a cisão. O partido, “partiu-se”, e sofreu várias derrotas sob o comando de Glicério e, em pouco tempo, foi caindo no ostracismo. Mesmo com uma representatividade reduzida o PRF lançou Lauro Sodré a candidato para a presidência da República e novamente amargou mais uma derrota para os *prudentistas*, e foi eleito Campos Sales.

É neste cenário de derrotas sucessivas e já prevendo um futuro incerto que o que restou para o Partido Republicano Federal fazer oposição direta e incisiva ao novo governo na representatividade de Campos Sales, já que este tinha um equivalente ao Poder Moderador e como PRF estava dividido e falido, Sales, articulou para promover a centralização do poder, por intermédio da Política dos Governadores.

## 2.2 - PRF: de Situação á Oposição em 1898.

A ruptura promovida por Francisco Glicério, líder do PRF, contra os seus adversários políticos, os *prudentistas*, sentiu-se, com maior propriedade, nas eleições presidenciais de 1898 que apresentou duas candidaturas, uma promovida pela situação e a outra pela oposição. Desta forma, enquanto na convenção de 10 de outubro de 1897, o partido republicano apresentava Campos Sales como candidato à presidência, o PRF havia decidido, quatro dias antes, em 06 de Outubro de 1897, pela candidatura de Lauro Sodré. O atentado promovido contra a vida de Prudente de Moraes mudou drasticamente o quadro das eleições, em que grande parte da opinião pública dera vivas a Floriano Peixoto e a Júlio Castilhos, na presença de Prudente de Moraes. Segundo Sertório de Castro:

A 5 de Novembro deveria aportar ao Rio de Janeiro, juntamente dois batalhões da coluna que operava sob seu comando, o General Silva Barbosa. Este, com seu estado-maior, deveriam desembarcar no Cais do arsenal de guerra, para onde as primeiras horas da manhã começou a afluir uma grande multidão. Às 10 horas ali se achavam, aguardando o chefe da nação, o vice-presidente, o Ministro da Guerra, autoridades civis e militares, oficiais de várias patentes. Chegou o Presidente, recebido no portão por todas as autoridades, acolhido pela multidão com aclamações. Dirigiu-se logo para o cais, onde tomou, em companhia do Ministro, do chefe e de outros membros de sua casa militar, um escaler em que se transportaram todos para uma lancha postada a uma pequena distância, não permitindo a ressaca reinante que esta atracasse. Ao entrar o Presidente numa estreita passagem entre o cais e uma parte da ponte de comunicação, um pequeno grupo ali postado prorrompeu em vivas á memória do marechal Floriano Peixoto. Ao atingir a alameda central, começou a multidão a aclamá-lo com calor. Caminhavam a sua direita o Ministro da Guerra, á esquerda o chefe de sua casa militar. O Presidente trazia a cartola na mão direita; as bandas tocavam o hino nacional. Foi quando surgiu –lhe de súbito á frente, num salto de felino, um soldado apontando-lhe ao peito um pistola. Desviou-se num gesto rápido para á direita, afastando com a cartola o cano da arma. Desembainhando prontamente a sua espada, lançou o coronel Mendes de Moraes um golpe na fronte esquerda do soldado, ao tempo que o marechal Bitencourt buscava dominá-lo com as duas mãos, e enquanto sobre ele se erguiam nervosamente várias bengalas. Estabeleceu-se um momento de grande confusão. O Presidente era envolvido num círculo de oficiais e pessoas do povo. Escorregando, caindo e levantando de novo, o criminoso e oficiais atracavam-se, lutando com ele corpo a corpo, a socos, a ponta-pés, herculeamente. Já não podiam atingir as espadas, porque o círculo tornava-se cada vez mais estreito. Desvencilhando-se num salto, arranca de dentro da farda uma faca, e entra a desferir golpes tremendo. Crava a arma no peito do Ministro da Guerra, renovando-lhes os golpes; fere o coronel Mendes Moraes, e em seguida os Alferes Mendes Farias e Oscar de Oliveira. O Presidente recebe consternado

em palácio, dominado por uma intensa emoção, a notícia do sacrifício do Marechal Bitencourt<sup>150</sup>.

De acordo com Castro, diante desta situação que beirava o caos, as facções reconhecidas como radicais, os jacobinos e os militares nacionalistas foram responsabilizados e de imediato isolados. É decretado estado de sítio, que durou até as eleições presidenciais. As eleições de março de 1898 concederam a vitória a Manoel Ferraz de Campos Sales, onde a computação dos votos ficou assim: 174.578 votos para Campos Sales e 16.534 para Lauro Sodré. Castro faz uma análise dos dois candidatos ao dizer: “Campos Sales era homem de envergadura, tinha a fibra de um lutador e energia combativa que as circunstâncias exigiam; o Sr. Lauro Sodré, que fizera no Pará um governo notável tornara-se a figura mais sugestiva dos militares políticos”<sup>151</sup>.

A análise que Alcindo Guanabara fez deste panorama eleitoral, envolvendo Lauro Sodré e Campos Sales, é motivo de destaque. Segundo Guanabara, Campos Sales, o candidato dos republicanos, reunia uma vasta história de vida política republicana, porém, não tinha laços fortes com o PRF. Destacou-se pelo seu comportamento político, mas faltava-lhe “responsabilidade” com o partido porque manifestava independência de idéia e também de alianças; procurava em determinadas situações manter-se neutro e em outras ocasiões se manifestar contra ou a favor deste ou daquele. Por esses motivos, Guanabara afirma que Campos Sales: “havia assumido o governo de seu Estado sem compromissos e sem compromissos ele mantinha, quando lhe foi oferecido a candidatura à Presidência”<sup>152</sup>. Diante das afirmações de Guanabara, o próprio Campos Sales no banquete político, em 31 de Outubro de 1898, para o lançamento oficial de sua candidatura, procuraram desmistificar esse pensamento a seu respeito com essas palavras:

Não conheço senão uma família em que o direito de nascimento nada é, em que o direito de conquistar é tudo, em que o homem é julgado por suas próprias ações e não pelas a de seus pais, em que cada um faz o seu próprio nome em vez de recebê-lo já feito. Esta família é o partido republicano; a ela pertengo, vivo no seu seio, aí tenho lutado, aí tenho sofrido, aí morrerei<sup>153</sup>.

Neste mesmo dia, Campos Sales, diante de uma reunião solene de companheiros oligarcas, apresentou o seu programa governamental<sup>154</sup>. O Presidente passou a vivenciar

<sup>150</sup> CASTRO, Sertório. **A República que a Revolução destruiu**. Rio de Janeiro: Fonte digital, 2002, pp.210,211,212,213.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 227.

<sup>152</sup> GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1912, p. 30.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>154</sup> Para uma pesquisa apurada sobre o programa de governo de Campos Sales, ver SALES, Campos. **Manifestos e mensagens (1898-1902)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

um dilema: como ter governabilidade obtendo a maioria diante de um contexto altamente polarizado?

Houve uma tentativa para unificar o PRF, contudo, tinham ciência de que essa tarefa de unificação partidária não seria fácil, porque não havia interesse pela grande maioria dos militantes do partido já dividido; em contrapartida, o apoio do Legislativo representaria para Campos Sales uma expressiva vitória neste cenário de guerra política. Campos Sales, eleito, mas ainda sem assumir o cargo de Presidente da República, fez uma viagem à Europa para realizar uma negociação da dívida externa, e assumiu compromissos inadiáveis com os credores europeus<sup>155</sup>. O Brasil vinha de décadas anteriores experimentando uma certa estabilidade territorial, diferente dos países limítrofes da região, marcados por golpes e governantes que experimentavam a instabilidade política.

Ao observar esse contexto regional na América Latina, os republicanos de São Paulo asseguraram-seem dois pilares para não repetir o que estava acontecendo com os países vizinhos do Brasil: o primeiro pilar seria a revitalização da economia e finanças; e o segundo a necessidade de ter credibilidade internacional diante das grandes potências do mundo daquela época, Estados Unidos, França e Inglaterra. Contudo, internamente, haveria a necessidade de obter o apoio do Congresso Nacional para a aprovação do projeto governamental. De acordo com Alcindo Guanabara, em 1899, último ano de mandato dos deputados que haviam assumido em 1897, as eleições não coincidiram com as eleições legislativas e o mandato da Câmara. Quando se iniciou a sessão legislativa, o quadro de polarização entre *concentrados* e *republicanos* era visível. Os dois grupos, resultados da ruptura do PRF em 1897, lutaram na eleição da Mesa e vivenciaram debates acalorados. O Congresso Nacional estava dividido. No entanto, algo acabou acontecendo provocando uma mudança inesperada:

Se os reacionários de 1897 tivessem logrado assentar o cargo presidencial um dos seus pro – homens , sem responsabilidade na predica e na fundação da República, sem autoridade perante a naca, haurindo o seu prestígio de momento do favor dos que então se coligaram, o quadriênio que começava teria sido assinalado por tal intolerância, por tamanhas violências, por tão desrespeitoso ás garantias constitucionais, que certamente estaríamos esta hora, ou empenhados na mais triste luta, ou assistindo contristado, ao espetáculo do esfacelamento da União e quiçá ao da tutela estrangeira.É difícil dizer se o Sr Campos Sales anteviu esse perigo e propôs a sua candidatura

---

<sup>155</sup>O relato que ele fez dessa viagem é extremamente interessante, fica claro o quanto era importante para a elite da época evitar que o país fosse considerado uma republiqueta instável da América Latina. Ver MONTEIRO, Tobias. **O Presidente Campos Sales na Europa**. Brasília: Senado Federal, 2005.

como meio e certeza de evitar; mas, o que se pode afirmar com segurança é que desde que teve que falar com a nação como candidato, fe-lo de modo que todos viram que ele conhecia detalhadamente esse perigo e lhe dava o seu justo valor.

Assumindo o poder, não ignorava nem os sentimentos de uns, nem as esperanças de outros agrupamentos políticos que o cercavam; mas por isso mesmo que seria altamente funesto à nação que o Presidente se deixasse dominar por qualquer deles, apressou-se S. Ex. no primeiro documento que assinou, no caráter de chefe de Estado, a declarar, de modo categórico, que não trazia para o governo o espírito de partidarismo. Isento das paixões do espírito partido, afirmou S. Exa. A autoridade que vou exercer esta a serviço da nação<sup>156</sup>.

A mudança, segundo Guanabara, foi a que o grupo dos *concentrados* passou a apoiar o Presidente que havia sido acabado de ser empossado. Justamente, sob a influência das idéias expostas por Campos Sales, que o seu governo seria um governo de todos, independentes das posições partidárias. Sendo assim, os dois grupos continuaram organizados e atuando como adversários, mas ambos tinham algo em comum: apoiavam declaradamente o Presidente. Os enfrentamentos continuavam entre os *republicanos econcentrados*. Quando se iniciou os trabalhos na Câmara dos Deputados houve uma disputa acirrada para definir a composição da Mesa gerando algumas dificuldades e até mesmo obstáculo, mas nada que pudesse comprometer a governabilidade do Presidente da República. A liderança dos *concentrados* acusou ardorosamente os republicanos de estarem assediando o Presidente na eleição da Mesa:

Acompanhando a direção que aos negócios públicos ia imprimindo o presidente, os dois grandes agrupamentos formados no Congresso não perdiam de vista a eleição próxima. O que conseguisse formar maioria considerável sobre o outro teria nas mãos a arma eficiente para coagir o governo e apartar-se deste terreno de neutralidade partidária em que se mentinha e impor-lhe a continuação dos processos que até então tinham sido seguidos na direção do Estado<sup>157</sup>.

Convém salientar que em nenhum momento ficou claro o posicionamento de Campos Sales, mas, de fato, os *republicanos* passaram a sabotar as sessões e assembléias que aconteciam naquele momento. Toda essa situação parece que não faz sentido, já que a liderança dos *concentrados*, o grupo que havia disputado contra Campos Sales, exigiu o reinício dos trabalhos no legislativo, responsabilizando aqueles que pertenciam ao partido ligado ao Governo, de não se fazerem presentes. Esse boicote à Mesa levou o castilhistas líder dos *concentrados*, Cassiano do Nascimento, a apelar ao grupo que lhe fazia oposição no Congresso, para que não se escondessem e que comparecessem de

---

<sup>156</sup> GUANABARA, op.cit. p. 66.

<sup>157</sup> GUANABARA, op.cit.p.184.

imediatamente, a fim, de que o andamento dos trabalhos pudesse acontecer normalmente; e chamou a atenção para essa polarização, nada saudável para a República: “ se é certo, Sr. Presidente, que toda a Câmara se acha disposta a colaborar com o Poder Executivo, no intuito de oferecer solução aos graves problemas nacionais, não é menos certo que as duas correntes de opinião, aqui se encontram e aqui se chocam”<sup>158</sup>.

Este obstáculo no Legislativo acarretou graves conseqüências no estrangeiro. Erico Coelho, jacobnista do Estado do Rio de Janeiro, relatou as animosidades da família Rothschild referentes ao impasse da Mesa diretora do Congresso Nacional:

Srs. Deputados, durante o governo do imortal Floriano Peixoto durante o governo do bravíssimo Marechal a quem me refiro, aconteceu que o Sr. Rothschild se animou a expedir um telegrama exigindo não sei que medida no tocante a nossa política interna. O nosso arremedo de Floriano Peixoto, de casaca, Isto é, o Sr Campos Salles respondeu a um telegrama do Sr. Rothschild em que este estranhava ao presidente da República o facto de não ter a maioria para constituir Mesa na nossa Assembléa de representantes do povo brasileiro; e demais, o Sr. Rothschild lastimava que na presidência já governando o Brazil com o apoio incondicional dos jacobinos<sup>159</sup>.

O que se entende com essa declaração foi que Campos Sales tornou-se o grande responsável de ter repassado relatórios do que acontecia no cenário da política brasileira aos poderosos credores estrangeiros. Reconhecendo que a acusação era grave e que precisava de uma resposta à altura Cassiano do Nascimento refutou aquilo que classificou como calúnia:

O que vossa Excelência externou desta mesma tribuna que encontro-me no dia de hoje, se resume em um engodo, que visa desarticular este honrado governo. A autonomia no que tange ao governo e a forma como se tratou os acordos internacionais, não concedem condições de autocontrole por parte de nenhum país que procuramos ter laços, vínculos, firmes e solidificados<sup>160</sup>.

Essa refutação defendeu o governo de qualquer tipo de influência por parte dos Rothschild, que futuramente viesse pressioná-lo em prol de seus interesses pessoais. Essa pressão poderia se evidenciar por meio de chantagens para macular a imagem de Campos Sales diante do Congresso Nacional e da opinião pública, dizendo ser ele o responsável em fazê-los saber de tudo o que se passa no panorama político do Brasil. Analisados os fatos concluímos que o nascimento do PRF, em 1893, manifestou a tentativa de criar uma unidade eficaz onde pudesse congregiar republicanos de todas as tendências. Certamente

<sup>158</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 15/05/1899, p. 75.

<sup>159</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 25/05/1899, p. 52.

<sup>160</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 27/05/1899, p. 56.

era esta a forma de conceder apoio necessário ao governo recém – empossado. Se, no início, as intenções pareciam ter alcançado o objetivo, como aponta para a candidatura e eleição de Prudente de Moraes, durou pouco. Finalmente, durante o próprio governo de Prudente de Moraes, no ano de 1897, o Partido Republicano Federal sofreu uma ruptura que originou duas facções políticas diferentes: os *prudentistas* e os *gliceristas*. Esta ruptura teve reflexos na eleição presidencial posterior, e em 1898, contou com dois candidatos, Campos Sales e Lauro Sodré, cada um sendo representantes diretos dos partidos agora desagregados. Tanto a reunião prévia quanto a escolha feita pelos *gliceristas* demonstrou a total falta de unidade e uniformidade do grupo, mesmo depois da ruptura.

Convém considerar que houve uma iniciativa para tentar concretizar a unidade do partido, independente da heterogeneidade não apenas no campo ideológico, mas também, no campo programático. Contudo, o PRF era um partido com muitas limitações, conseqüências de sua própria origem e motivação. Nasceu de um grupo regional, foi absorvido com suas características regionalistas e principalmente paulistas, não tendo atingido uma de suas principais finalidades que era ser um organismo nacional, tendo metas a serem seguidas e concretizada, sendo a principal meta a eleição do presidente da República. Destacamos que as deficiências e as próprias limitações do PRF, com a sua incapacidade para derrotar o regionalismo, as lutas das facções locais e a ruptura no Parlamento, acabaram por inspirar e fortalecer a implantação da Política dos Governadores. Insistimos em afirmar que o PRF “inspirou” a Política dos Governadores, porque o partido não trouxe o “ equilíbrio” almejado : unidade, governabilidade e centralização definitiva sobre o Presidente da República. A derrota para o regionalismo aconteceu devido à ineficiência do partido, em tão pouco tempo, não conseguiu manter a unidade sem que houvesse nenhum tipo de divisão em seu meio. Coesão e aliança, não aconteceram, já que muitos que se aglutinaram no partido, procediam de regiões distintas do país. A vitória no Congresso estava a um passo de acontecer e a estratégia de Campos Sales por questão de tempo, se concretizar.

### 2.3 A Vitória no Congresso: A Edificação da Política dos Governadores.

A Política dos Governadores de Campos Sales era a manifestação evidente de um modelo de traços específicos de federalismo que se sonhava para o país. Naquele período, Campos Sales acreditava que a República encontrava-se ameaçada por causadas rupturas internas ocorridas no Parlamento. Para superá-las, foi necessária uma atuação do presidente no próprio órgão, intervindo diretamente sobre a última fase do processo eleitoral: a da verificação de poderes. Ao tomar posse na presidência, Campos Sales, no ano de 1898, os principais conflitos da época haviam cessado. A Guerra de Canudos que prejudicou o governo de Prudente de Moraes havia terminado como vítima para o governo. Os jacobinos estavam muito fragilizados já que o atentado contra Prudente de Moraes fracassou. Vítima, o Ministro da Guerra, o Marechal Bitencourt perdeu a vida. De acordo com Alcindo Guanabara: “as eleições aconteceram de forma ordeira e pacífica segundo o governo”<sup>161</sup>. O próprio Campos Sales afirmou que o Congresso, dividido no Governo de Prudente de Moraes: “uniu-se em torno do novo líder”<sup>162</sup>. Tudo dava a entender que se experimentava a pacificação partidária e, ao longo do seu primeiro ano, Campos Sales conseguiu manter uma governabilidade estável.

Porém, conhecedor do panorama político daquela ocasião, Campos Sales tinha convicção de que, uma vez anunciada à renovação da Câmara, que aconteceria no seu governo, a estabilidade seria ameaçada devido a trégua entre *republicanos* e *concentrados*, e esta paz poderia chegar ao fim. As experiências passadas haviam ensinado aos antigos presidentes da República, que o processo de renovação no Parlamento era uma questão problemática do próprio sistema, dado o agravamento das divergências. Conforme as observações feitas por Renato Lessa, Campos Sales antecipou-se à ameaça anunciada, empreendeu vários esforços com o objetivo de travar uma das várias válvulas de escape do novo regime, no qual as disputas no interior do Parlamento na perspectiva precisava passar por uma renovação. Foi de iniciativa de Campos Sales a proposta colocada em evidência pelo deputado Augusto Montenegro, ao final de 1899, de reforma do Regimento Interno da Câmara, mediante duas mudanças:

- 1 . Alteração no critério de escolha do presidente da Câmara, encarregado de nortear a Comissão de Verificação de Poderes: pelo novo regimento ele passa a ser o mesmo da legislatura anterior.
- 2 .definição precisa do que significaram os diplomas: pelo novo texto o diploma passa a ser ata geral de apuração da eleição, assinada pela

<sup>161</sup> GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1912, p. 75.

<sup>162</sup> SALES, Campos. **Da propaganda a presidência**. São Paulo: á Editora, 1909, p. 103.

maioria da Câmara Municipal correspondente ao distrito eleitoral, encarregado por lei de coordenar a contagem<sup>163</sup>.

Convém considerar que, quase sem oposição, a reforma foi aprovada no final do mês de Outubro de 1898, especificamente no dia 30 de Outubro<sup>164</sup>. De acordo com Alcindo Guanabara, a iniciativa de aprovação das medidas colocadas em pauta foi garantida por uma negociação política principiada diretamente por Campos Sales com os governadores dos estados. O governador de Minas Gerais, Silvano Brandão, foi procurado e garantiu total apoio da grande bancada mineira ao projeto. Se não houvesse o apoio dos governadores dificilmente o modelo teria sido aprovado e seria bem-sucedido. Segundo Alcindo Guanabara: “foram os representantes dessas organizações estaduais que acudiram ao chamamento patriótico do Presidente e contribuíram para constituir no Congresso a firme maioria que ele se apoiou”<sup>165</sup>. Conforme Campos Sales, a reforma acontecida em 1899, chamada pelos contemporâneos de Política dos Governadores, sob a sua ótica era a Política dos Estados. Em seu formato de federalismo, a soberania estaria sediada nos estados e não no Parlamento ou nos indivíduos. De certa maneira esta premissa precisava acontecer no contexto do Congresso, composto por maioria pelas bancadas representativas dos estados. Entendemos que a percepção que Campos Sales tinha sobre o federalismo do Brasil é que havia uma difícil relação entre a União e os estados – membros da federação, dificuldade essa que ele almejava resolver. Nem sempre as bancadas eram controladas pelos governadores, o que trazia sérios prejuízos em relação ao pacto entre o Executivo e o Legislativo segundo Campos Sales:

Nessa, como em todas as lutas, procurei fortalecer-me com o apoio dos estados, porque não cessei de repeti-lo é lá que reside à verdadeira força política. O meu pensamento era proporcionar a todos os grupos garantias iguais, com absoluta imparcialidade, de modo a evitar a vitória ilegítima e absorvente de um deles. Em nada me preocupava o resultado do pleito, na medida em que teria ele de representar a vitória da opinião predominante em cada estado. A política dos Estados, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União é, pois, na sua essência, a política nacional. É lá, na soma dessas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensa os Estados pensa a União<sup>166</sup>.

<sup>163</sup>LESSA, Renato. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p. 176.

<sup>164</sup>Ver **Regimento Interno da Câmara de deputados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. Mudanças até 30 de outubro de 1899 mais aditamentos de 1900.

<sup>165</sup>GUANABARA, op.cit. p.90.

<sup>166</sup>SALES, op.cit. p.127.

Compreendemos que em seu formato de federalismo, o Congresso Nacional deveria manifestar sobre as aspirações dos Estados, e não de grupos corporativistas. Para Campos Sales, entretanto, as aspirações gerais não seriam manifesto tão somente nas urnas, e sim pelo posicionamento de cada Estado. Convém destacar que de acordo com o novo regimento proposto e aprovado pelo Parlamento, as sessões preparatórias, encarregadas de realizar a verificação de poderes, seriam presididas pelo último presidente da legislatura anterior, com uma exigência: ter sido reeleito posteriormente.

Outra modificação importante apontava para a legitimidade ou não dos diplomas apresentados à mesa então formada. O artigo 4º do novo regimento interno dizia que o diploma verdadeiro ou com legitimidade seria aquele assinado pela maioria dos membros da junta apuradora nos estados. Como afirma Lessa: “o principal significado da inovação passou despercebido aos analistas do período. A nova origem da comissão implicou a perda de soberania do Legislativo, dada a definição atribuída aos diplomas”<sup>167</sup>. Era comum a presença de um número maior de deputados que afirmava que tinham sido eleitos independente do número de vagas disponíveis. Isso porque as juntas apuradoras divulgavam resultados diferentes para um mesmo contexto eleitoral devido às rupturas políticas frequentes e ainda há que se acrescentar que os principais responsáveis por todos os processos eleitorais nos Municípios não conseguiam dar conta, nem tampouco resolver estes dilemas, não vendo outra solução a não ser tomar a decisão de enviá-las para uma instância superior. É o que se chama de duplicatas eleitorais, por isso: “caso ocorra disputas entre candidatos que exibem diplomas equivalentes e lutam pela mesma vaga, opera a presunção em favor daquele que se diz eleito pela política dominante no respectivo estado”<sup>168</sup>. Segundo Alcindo Guanabara, em geral, diante das pressões, as juntas apuradoras enviam resultados incompatíveis com a realidade do pleito. A mudança do regimento consideraria totalmente legítimos diplomas assinados pelas maiorias formada no interior dos Estados. Esse procedimento, de forma aparente, parecia simples, mas não era por isso o Guanabara ressalta a sua importância:

Assim, o eixo do pleito eleitoral foi deslocado. Já não se tratava de garantir o presidente provisório a uma das parcialidades, a fim de que dele se obtivesse uma “comissão dos cinco” capazes de eliminar os diplomas líquidos dos adversários. A importância dessa comissão, que seria, no fim de contas, no regime anterior, a grande eleitora da Câmara, estava consideravelmente reduzida. O êxito da eleição dependia agora quase decisivamente de assegurar cada parcialidade a maioria das juntas apuradoras, para obter delas que rejeitassem as contestações oferecidas

---

<sup>167</sup>LESSA, op. cit. p. 177.

<sup>168</sup>GUANABARA, op. cit. p.61.

e assinassem em maioria, como límpidos e cristalinos, os diplomas de seus correligionários<sup>169</sup>.

Por conseguinte toda essa mudança provocada no regimento impôs a regionalização das eleições para a Câmara: antes da reforma, grande parte dos candidatos de minorias estaduais podia contar com articulações nacionais para reverter a degola<sup>170</sup> nos estados. As eleições passaram a ser decididas no Congresso por meio de votações, e havia exemplos numerosos de representantes eleitos no Congresso contra a política dominante nos estados. Depois da reforma acontecida, a decisão tomada foi a de que o Congresso deveria reconhecer quem viesse referendado pela oligarquia dominante do estado, diminuindo muito as chances das minorias estaduais. Francisco Glicério fez esse apontamento ao dizer:

O orador pensa, porém, que S. Ex. e os seus amigos sacrificam ao interesse meramente partidário a doutrina essencialmente democrática e o preceito imperativo da Constituição, no que respeita a representação das minorias. Em verdade a combinação repousa essencialmente na resolução tomada e já executada pelo Sr Presidente, de fazer toda a sua política com os governadores e presidentes dos estados, outorgando a estes e aos seus amigos locais todos favores e meio que os partidos auferem quando se acham em posse do poder. Isso significa, em termos claros e sem equívocos possíveis, que as oposições locais nos estados, sem resistências municipais imagináveis e fora das mais insignificantes posições oficiais, serão cruelmente esmagadas pela invencível coligação do Governo Federal com os governos estaduais<sup>171</sup>.

Acreditamos que o argumento acima difere da interpretação de Edgar Carone, de que as reformas foram apenas: “a oficialização da situação de fato” por isso Carone expõem seu pensamento dizendo que é:

Só através do conhecimento desta situação geral – coronelismo e oligarquia – que se pode compreender o jogo entre realidade e sistema jurídico, formas pragmáticas e sistema constitucional. A dualidade é norma fundamental da sociedade brasileira, pois, num país onde imperam descentralização geográfica e poderes locais, torna-se impossível o funcionamento de formas representativas modernas. Daí, o uso da força, o domínio do mais forte, apesar do sistema eleitoral e jurídico. A realidade é tão premente que acaba se impondo e Campos Sales oficializa a situação de fato, através da chamada Política dos Estados (Política dos Governadores)<sup>172</sup>.

Por outro lado, nas considerações feitas por Lessa a Política dos Governadores: “recebe ampla aceitação dos chefes dos poderes estaduais. Ela não significa o congelamento da competição política nos estados: os grupos detentores do poder, no

<sup>169</sup> GUANABARA, op.cit. p.61.

<sup>170</sup> Era o não reconhecimento da eleição de um deputado.

<sup>171</sup> **Anais da câmara dos Deputados**, 20/10/1899, p. 488.

<sup>172</sup> CARONE, Edgar. **A República Velha: evolução política** ( 1889-1930). São Paulo: Difel, 1977, p.11.

momento de realização do pacto, adquirem condições de eternização nos governos estaduais”<sup>173</sup>. Entendemos que essa afirmação pode ser levado em consideração, porém, é preciso ter cautela, porque a representação nacional não se regionaliza, até por causa de uma questão óbvia: a política era regional. O presidente da República, apoiado por uma maioria nacional, realizou um acordo para congelar uma dada distribuição de poder, garantindo uma parte a determinados grupos, de maneira que pudesse implantar uma política de cunho estritamente nacional.

Compreendemos que a mudança acontecida não foi uma desnacionalização, já que o acordo prevê, de um lado, que serão diplomados oficiais de cada Estado, de outro fundamenta que o Presidente da nova Câmara, que conduziria todo o processo de reconhecimento, seria o mesmo Presidente da legislatura anterior. Este formato permitiu o controle final do processo para aquela maioria nacional, que mantinha o controle do Congresso Nacional, unido com o Executivo. A desnacionalização como compreendemos, é, portanto parcial. Contudo Joseph Love reconhece que com a Política dos Governadores se concretizou definitivamente a vitória de Campos Sales no Congresso e que:

Depois que o novo sistema federal se consolidou, sobre o controle civil, no final da década de 1890, a intervenção do governo central nos estados tornou-se freqüente, com exceção dos três grandes de suas máquinas políticas. A intervenção federal era o caminho mais seguro de se efetuar alguma mudança de governo nos 17 estados satélites – o único caminho, excetuando-se a guerra civil, que, não obstante, eclodiu ocasionalmente<sup>169</sup>.

Concluimos que o padrão que predominou por toda a Primeira República foi o controle do Presidente sobre os Estados. Daí a vitória de Campos Sales no Congresso, por meio da Política dos Governadores. Compreendemos as finalidades, objetivos e as implicações das transformações que foram efetuadas por Campos Sales na instrumentalização da Política dos Governadores. Convém salientar que em seu governo, centrado numa política financeira conservadora, restaurou as finanças e o crédito externo do país. A prosperidade econômica, motivada pela economia cafeeira de exportação, incentivava o crescimento urbano e aumentava a diferenciação da sociedade brasileira em classes e camadas sociais, em contrapartida, o desenvolvimento brasileiro era desigual, típico do modo de produção capitalista, onde quer que ele exista. Mas, no caso da

---

<sup>173</sup> LESSA, op.cit. p. 181.

sociedade brasileira, que se erguia sobre uma economia subordinada a poderosos grupos capitalistas internacionais, como por exemplo, a família Rotchilds. Essa desigualdade era mais aguda e tinha aspectos peculiares que de forma pormenorizada desenvolveremos no capítulo posterior.

## CAPÍTULO 03 –CAMPOS SALES E O PRESIDENCIALISMO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

### 3.1 O homem Campos Sales: sua vida e política.

Oriundo de São Paulo, Manoel Ferraz de Campos Sales era natural da cidade de Campinas e nasceu no dia no dia 13 de fevereiro de 1841<sup>174</sup>. Fez o bacharelado em Direito na faculdade de São Paulo, semelhante aos outros integrantes da elite paulista que posteriormente se transformariam na elite política do país, com a inauguração do novo regime, a República. O desempenho na luta republicana fez dele um jornalista, destacando-se como escritor voltado para questões políticas daquele período. Seu aparecimento estava inserido entre a classe dos destacados fazendeiros de café. No regime monárquico, deu início a sua carreira política como deputado provincial, o que significa na atualidade, a função de deputado estadual. Eleito por São Paulo, o exercício de seu mandato foi de 1867 a 1871. Posteriormente foi eleito vereador pela cidade de Campinas, em 1872. Novamente em 1881, foi deputado provincial. Em 1885, conseguiu a eleição para deputado geral, o que seria nos dias de hoje, ao cargo de deputado federal. Em 1888 novamente venceu para deputado provincial. Foi um ardoroso participante da inauguração do regime republicano. Escolhido pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca tornou-se ministro da Justiça e em 1891 foi eleito senador pelo Estado de São Paulo e componente da Assembléia Nacional Constituinte. De 1894 a 1896, foi reeleito senador da República, tornando-se presidente de São Paulo, cargo que nos dias de hoje seria de governador, conduzindo o estado até 1897, onde renunciou o cargo, para candidatar-se à presidência da República. Foi eleito com 91,52% dos votos, assumindo o cargo em novembro de 1898<sup>175</sup>. O *Suplemento do Centenário*, do jornal o *Estado de São Paulo*, na sua primeira página destacou a figura de Campos Sales e a contribuição política

---

<sup>174</sup> Advogado, nascido na cidade de Campinas, estado de São Paulo, em 15 de fevereiro de 1841. Foi presidente da comissão central do Partido Republicano de São Paulo ( 1889), tendo sido deputado provincial por essa legenda ( 1882-1883 e 1888 e 1889 ). Foi ministro da Justiça do governo provisório ( 1889-1891). Residindo na Europa (1892-1893), atuou como colaborador do *Correio Paulistano*. governou o estado de São Paulo ( 1894-1898). Por meio de eleição direta, passou a exercer a presidência da República em 15 de Novembro de 1898. Foi novamente senador por São Paulo (1902-1912), e assumiu o cargo de ministro plenipotenciário do Brasil na argentina ( 1912). Faleceu na cidade de Santos, estado de São Paulo, em 28 de junho de 1913. ARQUIVO NACIONAL ( BRASIL). **Os Presidentes e a República**: Deodoro da Fonseca a Luis Inácio Lula da Silva. 4º Ed. Revista e ampliada. – Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009, p. 17. <sup>175</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Campos\\_Sales](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campos_Sales)( consultado em 10/12/2018 ).

dada ao Brasil nos momentos de transição pelas quais passava o país. No início da matéria assim o jornal se expressou:

É no trabalho e no pensamento deste homem – que começou como jornalista político aos 21 anos, que aos 26 foi deputado provincial, depois vereador, propagandista e deputado geral; que no governo provisório foi ministro da Justiça, depois governador de São Paulo, culminando na presidência da República – que vamos encontrar ainda exemplos válidos, e muito contemporâneos. A sua vida é uma lição da moral e do civismo, a ser aprendida pelas novas gerações. A política brasileira terá de revelar outros Campos Sales antes de atingir a sua maturidade. Político inveterado, ganhador e perdedor de eleições, nunca se deixou levar pelo fascínio do poder, conservando-se o homem simples e íntegro que mostrou ser desde estudante<sup>176</sup>.

É necessário destacar que na Constituinte de 1890-1891, incumbiu-se de ser um defensor do judiciário dual, fator fundamental ao federalismo e que alicerçava a Justiça em duas esferas principais: a estadual e a federal. Entre outras façanhas de sua responsabilidade, Campos Sales, contribuiu para início do Estado Laico no Brasil. Acabou com o padroado, que ficava sobre à jurisdição da Igreja Católica que era responsável pela administração dos cemitérios, o casamento civil, o registro de nascimento e outros serviços de caráter público. Segundo Alcindo Guanabara: “não é comum que os governos se possam desvanecer com tão brilhantes resultados dos seus esforços e sacrifícios. Os que, porém, como o do Sr Campos Sales, tem a rara fortuna de se poderem assinalar por tão gloriosa forma”<sup>177</sup>. Como já visto, Campos Sales reunia traços peculiares, que lhes é próprio, já que era cafeicultor, publicista, governador, membro honorífico do Partido Republicano. Responsável direto por este partido no estado de São Paulo, foi simpatizante do federalismo, além do fato de ter mantido certo distanciamento das tensões mais acirradas, encadeada por jacobinos florianistas e o governo de Prudente de Moraes, onde nesta somatória, o qualificariam a se tornar um candidato simples à sucessão presidencial. Idealizador da “Política dos Governadores”, ou “Política dos Estados”, como ele mesmo achava melhor classificar, foi o pioneiro entre os presidentes a de forma eficaz escolher e apoiar a eleição daquele que o sucederia. É preciso ressaltar que, embora tivesse apoio dos estados pequenos e médios, independente de que houvesse conquistado uma base eleitoral que lhe concedesse a possibilidade de eleger-se presidente da República e também apoio da maioria do Congresso, Campos

<sup>176</sup> **Arquivo do Estado de São Paulo, Suplemento do Centenário.** Campos Sales, o homem e o político. O Estado de São Paulo, nº 9, 01/09/1975, p.1.

<sup>177</sup> GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1912, p. 64.

Sales sabia que Minas Gerais era primordial para efetuar a estabilidade que duraria por um longo período de tempo:

Quatro meses depois de estar no governo e conhecendo a fundo a situação do país, tem o prazer de poder declarar que ainda não perdeu uma só das suas esperanças: vê o concurso das forças que entraram para a obra da regeneração econômica, e nesse concurso confia na eficácia do apoio de Minas. Registra com satisfação “ a promessa do apoio de Minas Gerais à política do governo federal”<sup>178</sup>.

Convém observar que Campos Sales demonstrou muita ousadia ao começar o seu governo sob forte demanda econômica, determinado em ajudar o Brasil diante da enorme crise financeira que o país sofria. Porém, homem de uma visão política apurada, possivelmente um passo à frente de seus adversários políticos, sabia que as medidas que seriam tomadas teriam como consequência à impopularidade, que acompanharia o seu governo. Num artigo redigido por Helio Silva no *Jornal de Brasília* com o seguinte tema: “a nova revolução”, o historiador discorreu com veemência a situação política e econômica do governo de José Sarney, quando convocou todo o cidadão brasileiro a declarar, “sou fiscal do presidente José Sarney”, diante da crise econômica que assolava o país. Hélio Silva, usou como exemplo os atos de Campos Sales ao lembrar que:

A história registra um esforço heróico, mas sem esta amplitude, com Campos Sales. Mas, Campos Sales, que salvou as finanças do seu tempo, com colaboração de Rodrigues Alves e de Joaquim Murinho, teve que barganhar com os governadores interesseiros, estabelecendo a calamitosa Política dos Governadores e institucionalizando a fraude para obter seu apoio político. Assim mesmo, a impopularidade deu-lhe outro nome: Campos Selo<sup>179</sup>.

Faz-se necessário frisar que, mesmo tendo decidido deixar o poder sob protestos, alguns anos depois, precisamente onze anos, foi convocado para a composição do governo. Veio a óbito em 28 de junho de 1913<sup>180</sup>. Ao discorrer sobre Campos Sales, Mendes Fradique<sup>181</sup> atribuiu ao presidente o título de chefe da “terceira dinastia republicana”, designação esta “recheada” com certa ironia, diante do contexto turbulento da época. Segundo Renato Lessa, Campos Sales possuiu a: “consistência e a precisão de um pensador”<sup>182</sup>. De acordo com este parecer do cientista político Renato Lessa torna-se

<sup>178</sup>Ibidem, p. 79.

<sup>179</sup>SILVA, Hélio. **A nova revolução**. Brasília: Jornal de Brasília, 1986, p.4.

<sup>180</sup> [http://www.ebiografia.com/campos\\_sales/](http://www.ebiografia.com/campos_sales/) (consultado em 13/12/2018).

<sup>181</sup>FRADIQUE, Mendes. **História do Brasil pelo Método confuso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>182</sup>LESSA, Renato. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p.15.

necessário entendermos o pensamento político do ex- presidente da República que cumpriu um mandato de 1898 a 1902.

Campos Sales começou seu jornalismo de caráter político nas fileiras liberais, já que naquela época tais decisões aconteciam com frequência devido o momento de transição pelo qual passava o país. Os jovens tinham uma inclinação a batalhar pela liberdade e acabavam- se envolvendo no liberalismo político.

Para termos noção da força emanada do movimento liberal que influenciou sobremaneira Campos Sales, Raimundo Meneses, relata:

Amamos o povo porque somos filhos do povo. Amamos o povo, mas não o enganamos. Amamos o povo, e não somos daqueles que gritam hoje, e amanhã. Mendigam servilmente uma proteção aos seus opressores. Essa opinião pública vai marcando o estigma de infames. O que nós queremos? O que nós queremos é a execução da lei: é o cumprimento fiel da Constituição. O que nós queremos é a inteira e completa observância do governo monárquico – constitucional – representativo: é a integridade e respeito de todos os direitos absolutos do homem<sup>183</sup>.

Certamente esta declaração confirma que Campos Sales ingressou no jornalismo político ao lado de grandes pensadores liberais. O jornal “*A Razão*” não estava sozinho nas críticas contra o regime monárquico, havia, também, “*O Futuro*”, que teve uma colaboração de Teófilo Otoni e Rangel Pestana, apenas para destacá-los entre muitos outros. Importante frisarmos a participação na “Bucha”, grupo secreto que era composto por estudantes da Faculdade de Direito de São Francisco, em São Paulo. A Bucha congregava alunos selecionados devido ao destaque no bacharelado em Direito, tendo como principal propósito cuidar dos alunos pobres e as famílias que representavam. Esse cuidado entre os seus componentes aconteciam, sobretudo, nas salas de aulas. Muitos desta organização ocuparam funções importantes em ambos os regimes, tanto no Império quanto na República. Segundo Ana Luiza Martins, estes:

Formaram-se sob as lições do liberalismo – o conjunto de idéias políticas e/ou econômicas, em que se defende a livre iniciativa e a liberdade individual – apreendido não só em sala de aula, mas sobretudo pela imprensa acadêmica ou mesmo por intermédio das inúmeras sociedades secretas que coexistiam em torno da faculdade. A mais famosa delas era a BUCHA, que se constituía na sociedade secreta dos acadêmicos da São Francisco, uma espécie de Maçonaria da faculdade, propagadora do ideal de liberdade, igualdade e fraternidade<sup>184</sup>.

É importante lembrar alguns nomes que vigoravam nesta lista e que exerceram cargos relevantes: “só em Campinas, na década de 1870, moraram, trabalharam e

<sup>183</sup> MENESES, Raimundo. **Vida e obra de Campos Sales**. São Paulo: Martins Editora, 1974,p.18.

<sup>184</sup> MARTINS, Ana Luiza. **O despertar da República**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 52.

atuaram, com banca de advogado, Manuel Ferraz de Campos Sales, Francisco Quirino dos Santos, Jorge Miranda; lecionando, Américo Brasiliense, Rangel Pestana”<sup>185</sup>. Quando terminou o curso de Direito, Campos Sales retornou para a sua cidade natal Campinas, estabelecendo-se em Rio Claro, a exemplo dos outros colegas de turma como Bernadino de Campos que seguiu para Amparo; e Prudente de Moraes que estabeleceu o seu escritório de advocacia em Piracicaba, municípios que mantêm certa proximidade.

Possivelmente a partir de 1872 recrudeceu o movimento em prol da República na província de São Paulo, quando em um encontro na casa de Américo Brasiliense estavam presentes os antigos colegas de turma, entre eles, Bernadino de Campos, Quirino dos Santos, Campos Sales e muitos outros. O que eles almejavam era a concretização de um ideal que se minimizava na realização de um Congresso republicano, que poderia acontecer em São Paulo, ou em outra cidade engajada com os ideais que tanto pregavam. Em 1873 o Congresso aconteceu e nesta reunião foi elaborado um estatuto e um projeto de Constituição onde estava inseridos a visão política do partido, PRP, Partido Republicano Paulista. A começar pelos primeiros resultados, a idealização dos clubes republicanos, que seriam fundados nos municípios de todas as províncias tendo por finalidade a divulgação e o estudo do republicanismo<sup>186</sup>. Campos Sales se destacou fazendo-se presente em praticamente todas às conferências, esclarecendo nas participações os verdadeiros objetivos do movimento republicano, a começar por São Paulo. De acordo com Raimundo Meneses, a destreza e coragem de Campos Sales o levaram a ocupar uma “cadeira” em 1867:

Acontece que, designados candidatos, em eleição prévia, ele e mais três correligionários, pelo eleitorado do distrito, resolve o diretório do partido, por motivos ignorados, substituir em segredo, pelos de outros, os nomes dos companheiros. Embora conservado o seu, não vacila um instante: denuncia, então, o fato. Defende o principio da solidariedade partidária<sup>187</sup>.

A partir de então passou a ter o reconhecimento dos companheiros de partido; onde demonstrou ser digno de respeito e crédito, devido a sua clara solidariedade. Quando assumiu o seu primeiro mandato apresentou uma proposta de reestruturação no ensino, provando a sua afeição pela educação. Este apreço pela educação sintetizou-se na reforma curricular apresentada pelo seu então Ministro do Interior, que abrangia a Justiça e

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>186</sup> [www.itu.com.br/artigo/registros-da-convencao-republicana-de-itu-1873-20151109](http://www.itu.com.br/artigo/registros-da-convencao-republicana-de-itu-1873-20151109) (consultado em 02/01/2019).

<sup>187</sup> MENESES, Raimundo. **Vida e obra de Campos Sales**. São Paulo: Martins Editora, 1974, p.41.

Educação, Epiácio Pessoa, que posteriormente tornar-se-ia Presidente da República. Nesta reforma curricular priorizou toda a parte literária do currículo do ensino secundário. Na realidade, admitia que o curso secundário fosse um instrumento de via direta para o acesso nas faculdades daquela época. Em uma das medidas, diminuiu em um ano o curso secundário, em conformidade com a reforma realizada anteriormente. Segundo Geraldo Bastos Silva:

A reforma Epiácio Pessoa, de 1901, assinalava nova fase na evolução do ensino secundário brasileiro, em seguimento ao período iniciado pela reforma Benjamim Constant. Comparada com esta última, ela não é apenas uma nova reforma, mas, sobretudo, representa mudança radical do sentido da atuação federal em face do ensino secundário em todo o país. Essa mudança se retrata na consolidação da equiparação e na uniformização de todo ensino secundário nacional<sup>188</sup>.

Contudo, não obteve o sucesso desejado na sua plenitude em conceder ao ensino secundário um sentido particularizado. Em anos anteriores, precisamente em 1881 apresentou-se candidato, à Assembléia Geral, e quatro anos depois, em 1885, tomou posse juntamente com dois antigos companheiros republicanos, Prudente de Moraes e o mineiro Álvaro Botelho. Quintino Bocaiúva noticia no jornal “*O País*” a vultosa manifestação popular na chegada para a posse no Rio de Janeiro:

Ao parar a locomotiva, e ao ser avistado Campos Sales, enchem os ares de vivas estrepitosos à província de São Paulo, ao partido republicano e ao representante do 7º. Distrito. Desembarca o novo Deputado, recebido com abraços de Saldanha Marinho, líder nacional da maçonaria, que em breve discurso, vivamente aplaudido, o saúda como representante de São Paulo e da democracia brasileira<sup>189</sup>.

A imagem de Campos Sales perante a opinião pública ganhava uma dimensão popular e a forma como atuava na Câmara dos Deputados demonstrou estar inteirado referente aos assuntos do país. Certamente muitos monarquistas tinham familiaridade nos debates acontecidos no Parlamento, assim como, não se sentiram surpresos com a desenvoltura de Campos Sales. Entretanto, Campos Sales não se reelegera para a Assembléia Geral, porém, junto com Martinho Prado, Bernardino de Campos e Prudente de Moraes, alçaram o cargo na Assembléia Provincial, acontecido no ano de 1888. É importante destacar que o seu engajamento no modo de acabar com o regime vigente da época, a monarquia, o levou a conclusão de que a única solução eficaz seria a ação militar. O Imperador estava doente, o Império estava enfraquecido e o momento era de extrema

<sup>188</sup> SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969 (Atualidades Pedagógicas, vol. 94), p. 258.

<sup>189</sup> MENESES, Raimundo. **Vida e obra de Campos Sales**. São Paulo: Martins Editora, 1974, p.46.

agitação, tanto na economia, quanto na política. Campos Sales procurava se manter informado dos acontecimentos advindos do Rio de Janeiro, onde companheiros de longa data, engajados na idéia republicana lutavam sobremaneira para a efetivação da República. Marcos Napolitano relatou o drama vivenciado pelos republicanos no que diz respeito às correntes do novo regime:

Os republicanos, embora concordassem entre si que a Monarquia não deveria mais reger a nação brasileira, não formavam um bloco político e ideológico único e coeso. Havia varias correntes que expressavam visões diferentes de como deveria se organizar a República no Brasil. Os dilemas eram vários e, quando chegou à hora de construir o novo regime e suas bases constitucionais, eles revelaram com nitidez, dividindo ainda mais os republicanos<sup>190</sup>.

Sendo a República proclamada no dia 15 de novembro, três dias depois, Campos Sales foi indicado Ministro da Justiça no governo de Deodoro da Fonseca. Encontrou-se com o presidente provisório, pela primeira vez na capital o Rio de Janeiro.

Concluimos que, Campos Sales julgava ser um democrata porque acreditava nos votos das urnas, já que uma vez eleito podia colocar em prática a sua visão republicana. Entendia, também, que não era um mediador do eleitorado e sim um defensor deste. No acúmulo de experiência política, criou um dispositivo que entrou para os arquivos da história como “Política dos Governadores”, que respaldou em transformar a forma de como se faria a denominada comissão de validação da eleição acontecida em todos os estados, isto é, partindo do princípio, de que a República era federal, e que uma vez sendo os estados autônomos, o governo federal acataria as implicações regionais e também não se intrometeria nas questões estaduais, em contrapartida, receberia total apoio para dirigir o país. A crença de que o federalismo era a solução foi perseguida por ele com muita convicção, diante do momento que experimentava como presidente da República. Chegou à conclusão que cada estado deveria se auto dirigir e, dessa maneira, inauguraria um formato único de administração que ajudaria o governo a avançar. É preciso lembrar que o ajuste realizado na Câmara permaneceu por mais de trinta anos e resumiu –se em manter grande parte do Congresso aprovando as decisões do governo federal, enquanto este não se misturava com os governos estaduais. No livro a **Presidência de Campos Sales**, Alcindo Guanabara diz:

Durante os períodos presidências anteriores, raro terá sido o ano em que se não possa apontar um ou vários Estados, cuja vida política tenha sido perturbada ou ameaçada pela ação e intervenção mais ou menos

---

<sup>190</sup>NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil república**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2017, p.17.

dissimulada dos poderes federais. O Presidente, em documentos dados à publicidade a que já fizemos larga referência, disse de modo peremptório que não compreendia, nem admitia a intervenção do poder central nos negócios dos Estados, se não nos termos restritos do art.6º da Constituição, opondo assim desde logo decisiva barreira aos que, propugnando a interpretação deste artigo, buscavam investir o governo central de tamanha força, que poderia, a seu bel-prazer, aniquilar as liberdades e franquias locais<sup>191</sup>.

No entanto, o que não disse foi o porquê não lutou para que houvesse uma pluralidade de partidos ou ao menos se esforçasse para que isso acontecesse. O que se viu a seu respeito foi o desprezo referente aos interesses almejados, acreditando ser responsável por uma atribuição que somente ele poderia executar. Campos Sales interpretava com muita propriedade o sistema representativo. No que tange ao Parlamento, entendeu que era necessário manter intacto o aspecto institucional, já que, apesar da sua grande popularidade, prejudicou o regimento constitucional no que diz respeito à intervenção federal e não realizou nenhuma modificação, semelhante a que foi realizada no Rio Grande do Sul.

Campos Sales foi o principal representante do contexto político do Brasil de 1898 a 1930, pois o seu dispositivo constitucional rechaçou a formação de partidos, anulando o poder da oposição. Independente de suas experiências em dois países da América do Sul, Argentina e Chile, o encanto pelo caudilhismo argentino e a influência nociva de Quintino Bocaiúva traçou a sua atuação. A faceta do pensamento de Campos Sales está em enfatizar a atuação de uma autoridade comum, não adotando o que aprendeu referente à democracia representativa que enquanto estudante predominava no Brasil. O liberalismo deixou suas marcas no século XIX, mas não conseguiu evitar alguns contratempos que lhes enfraqueceu no Brasil e no mundo. Entendemos que faltou clareza diante de tantos contratempos, na maneira como liberais conseguiram retornar ao poder na perspectiva de enfatizar sua plataforma de governo com seus propósitos de governança para o país. A apresentação de Campos Sales foi fundamentada em dois pilares: o primeiro pilar foi com uma política financeira e econômica de cunho liberal e na questão política, decidiu, a distribuição e ao mesmo tempo a centralização do poder. Alcindo Guanabara, um colaborador político, enxergava a natureza do regime político de Campos Sales como favorável:

O que agora se implantava no governo do País era o puro espírito das instituições políticas criadas pela revolução de 1889 e reguladas pela Constituição de 24 de fevereiro. Nestes três pontos, governo de

---

<sup>191</sup>GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1912, p.117.

responsabilidade unipessoal, acordo entre o Executivo e o Legislativo e respeito de cada poder à competência e à autoridade constitucionais dos outros, concepção dos Estados não como circunscrições administrativas submetidas à tutela da União, mas como partes autônomas constitutivas dela, assenta de fato todo o mecanismo institucional que a revolução de 1889 implantou no Brasil em substituição da forma monárquica unitária e parlamentar<sup>192</sup>.

Por outro lado, Campos Sales recebeu muitas críticas através da imprensa. Aliás, como jornalista aceitava o contraditório num meio em que era familiar, porém, tentou manipulá-lo. A sua atenção ao jornalismo o levou a fazer investimentos financeiros apostando na sua intelectualidade. De acordo com Nelson Werneck Sodré: “acompanhava a ascensão burguesa, o avanço das relações capitalistas e a transformação do jornal numa empresa capitalista<sup>193</sup>. A forma como Campos Sales procurou controlar a imprensa, fez com que criasse um meio não tão republicano, como ele mesmo vociferava, reservando um valor de seu gabinete para corromper jornalistas, a divulgar as notícias a seu favor. Campos Sales nesta área não possuía: “Nenhum escrúpulo em comprar a opinião da imprensa e de confessar nuamente esta conduta. Ela lhe parece honesta, justa e necessária. Essa compra da opinião da imprensa pelo governo tornar-se rotina”<sup>194</sup>.

Numa outra versão diferente desta, de compra de profissionais da imprensa, Alcindo Guanabara rebateu aquilo que classificou como um “disparate”: “O Presidente, porém, não modificara em nada a sua atitude e tolerância e de serena energia, nem diante da insistente campanha de calúnias e de falsidades editadas por certa imprensa e repetidas na tribuna da Câmara”<sup>195</sup>. Esta serenidade e tolerância elencadas por Guanabara, não reverberaram nas próprias declarações de Campos Sales, quando publicamente quando emitiu o seu entendimento sobre as acusações que recaíam sobre si, onde procurou minimizar as acusações, afirmando que carecia: “Ao Governo um órgão de vasta circulação, em que pudesse apoiar a sua política, descortinar seus intuitos, preparar a opinião e defender os seus atos. Nestas condições só restava recorrer às colunas das gazetas industriais abertas à concorrência”<sup>196</sup>. Posteriormente confessou a utilização de valores secretos para utilização pessoal em prol de sua tão distorcida imagem:

Os adversários do meu governo fizeram constar que as despesas com a imprensa montavam uma soma avultadíssima que calculavam em seis a oito mil contos. No Banco da República encontra-se a Conta Corrente do movimento do Tesouro, onde eram escrituradas estas despesas, que

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>193</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização, p.317.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p.316.

<sup>195</sup> GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1912, p.111,112.

<sup>196</sup> SALES, Manoel Feraz de Campos. **Da propaganda á presidência**. São Paulo: Laemmert, 1908, p. 174.

não excedem a Rs. 1.000:000\$000. A soma acima indicada foi à única que no meu governo apliquei fora das autorizações explícitas do Congresso. Se isso constitui um crime, eu confesso, sem declinar de mim a responsabilidade inteira. Não há, é certo, um ato meu direto, nenhum documento subscrito por mim: mas, tudo foi feito sob as minhas vistas e com minha imediata superintendência<sup>197</sup>.

Podemos observar, a confissão do próprio Campos Sales de utilização de verbas públicas parabenefício próprio. Independente de sua preocupação com a imprensa não conseguiu evitar as duras críticas, as vaias fervorosas e as manifestações agressivas quando passou a Presidência para o seu sucessor Rodrigues Alves, na capital, Rio de Janeiro, diante das medidas impopulares tomadas para manter a estabilidade do Brasil<sup>198</sup>. Esse foi Campos Sales controverso em algumas situações, decisivo em outras. Encarou o Brasil de forma peculiar, certo dos desafios que tinha pela frente, mas em contrapartida, consciente de onde gostaria de chegar. Chegou à presidência da República com a responsabilidade em promover mudanças, transformações num regime recém-criado e que precisava se afirmar.

---

<sup>197</sup>Ibidem, p. 179.

<sup>198</sup>Ver como o autor discorreu sobre a imprensa adversária se comportou e a imprensa que o apoiava se silenciou. DEBES, Célio. **Campos Sales – perfil de um estadista**. V.2. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977.

### 3.2 -O presidencialismo de Campos Sales: O de Coalizão.

A obrigatoriedade de obter um número expressivo no Legislativo ganhou na República singularidades devido à escolha pelo presidencialismo. No período monárquico, o Poder Moderador decidia o partido que iria criar a maioria – os laços de companheirismo entre o Legislativo e Executivo estavam defendidos pelos aparatos do parlamentarismo, mesmo que às avessas<sup>199</sup>. Todavia, no presidencialismo, a formação de governo é muito mais complicado do que se imagina, se faz necessário gerar os aparatos que levarão a possibilidade de “governança”<sup>200</sup>. É necessário ressaltar que, no formato presidencialista, ambos os Poderes, Executivo e Legislativo, são autônomos. Justamente esse é o fato que dá sentido ao modelo, como confirma a enciclopédia jurídica da PUCSP:

O presidencialismo é um sistema de governo nascido a partir da experiência norte-americana ( Constituição da Filadélfia, 1787 ). Caracteriza-se primordialmente, pelo fato da chefia de governo e de Estado estarem centradas em uma única autoridade – o Presidente da República- e ainda na forma diferenciada como se estabelecem as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo. O Poder Executivo e o governo, de forma geral, exercem as suas funções sem depender da manifestação de confiança do Poder Legislativo. Para que isso seja possível, ao contrário do que ocorre com o Primeiro –Ministro no parlamentarismo 9 onde o chefe de governo é escolhido pelo Poder Legislativo e exerce suas funções enquanto perdurar a confiança), o Presidente da República possui fonte de legitimação autônoma face ao Parlamento, exercendo mandato ( governo por um prazo fixo) e só podendo ser derrubado em situações excepcionais que configurem crime de responsabilidade ( mediante processo de impeachment )<sup>201</sup>.

No relacionamento entre o Executivo- Legislativo, cabia ao Poder Moderador no período monárquico solucionar uma questão – eleger o Executivo. A competência do parlamentarismo responsabilizava-se de criar um clima harmônico entre os poderes.

<sup>199</sup>a disposição entre o Executivo e o Legislativo é admiravelmente bem narrada por Paulo Bonavides e Roberto Amaral em, **Textos Políticos da História do Brasil** – Primeira República, volume III. Brasília: Senado Federal, 2002.

<sup>200</sup> A expressão “ governança” surgiu a partir de reflexões conduzidas pelo Banco Mundial, que pretendiam aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente. A partir dessa preocupação, o foco das questões estatais fora deslocado para questões mais abrangentes, envolvendo as dimensões sociais por exemplo. Em termos gerais, nós podemos definir a governança como a maneira pela qual o governo exerce o seu poder, ou ainda o modo como é administrado os recursos sociais e econômicos de um país. Resumindo, governança é a capacidade de um governo planejar, formular, programar e cumprir funções, pois se relaciona intimamente com a ação e a execução de decisões. [www.portala-administracao.com/2015/04/governanca-governabilidade-accountability.html](http://www.portala-administracao.com/2015/04/governanca-governabilidade-accountability.html)( consultado em 05/03/2019).

<sup>201</sup> Enciclopédia Jurídica da PUCSP, tomo II( recurso eletrônico ): **direito administrativo e constitucional**/coord. Vidal Serrano Nunes Jr. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017, p.2.

Entretanto, é importante destacar que, o partido escolhido estaria confirmando o Executivo, já que havia solidariedade entre um e outro. O Executivo fazia uma escolha significativa que, repercutia-nos outros poderes, por outro lado, a Câmara podia tirar governos, não aceitando apoiar determinações legislativas, situação, digo, que aconteceu inúmeras vezes, porém, o problema era resolvido pelo Poder Moderador, que recomeçava o processo, elegendo novo Executivo, o qual escolhia nova Câmara para corroborá-lo. Na República, o Executivo além de depender de sistemas mais eficazes do que a indicação do Poder Moderador, passando por eleições, já que o sistema não concede coesão entre os dois poderes, faz-se obrigatório não apenas construir uma aliança para formar o Executivo, como um outro para obter predomínio no Legislativo, na verdade são dois pleitos. O presidencialismo concede a oportunidade de concorrência entre os dois poderes, se há um choque entre forças opositoras, e essas forças alcançam representatividade especificada nos poderes, o atrito entre elas pode ganhar modelo constitucional, sem resolução legítima. Diante destas questões, pode-se dizer que esta é a situação da República onde nasceu os primeiros atritos entre Executivo e Legislativo, daí a afirmação de Fernando Limongi sobre o presidencialismo:

Presidencialismo é uma forma de governo que há uma clara separação entre os poderes Executivo e Legislativo, expressa na independência da origem e da sobrevivência destes dois poderes. Por contraste, sob o parlamentarismo, a origem e a sobrevivência dos dois poderes se encontra associada. Desta distinção, segue que a cooperação entre o Executivo e o Legislativo está na origem e na sobrevivência do próprio governo no parlamentarismo, enquanto sob o presidencialismo não há qualquer garantia de que esta cooperação venha ocorrer. Contudo, se é verdade que sob o presidencialismo a cooperação não é necessária para a existência dos dois poderes, a cooperação é necessária para que o governo governe. Governar significa aprovar leis, e, a não serem em condições especiais, estas não serem aprovadas sem o concurso dos dois poderes<sup>202</sup>.

Acreditamos que, existiu uma distância evidente no fato de que, desde início do presidencialismo republicano brasileiro, o presidente da República foi uma peça importante no arcabouço político de todo regime, mas apareceu apenas como um assistente ou coadjuvante. Foi Renato Lessa que apresentou a primeira interpretação sobre a atribuição do presidente como base do sistema, e como responsável por montar essa estrutura de manutenção do regime. Lessa concedeu a Campos Sales a relevância de ter fortalecido uma estrutura de normas que, embora simples, teria sido importantíssimo a

---

<sup>202</sup>LIMONGI, Fernando. **Presidencialismo e apoiopartidário no Congresso**. Monitor Público, v.3, n.8, p jan./mar.1996, p.27,28.

toda a Primeira República. Estaremos analisando o sistema presidencialista de Campos Sales sob a ótica de Renato Lessa e Alcindo Guanabara<sup>203</sup>.

Consideramos que Campos Sales, ultrapassou os conflitos do Governo Provisório até o Governo de Floriano Peixoto, passou pelo Governo de Prudente de Moraes, em que a razoável institucionalização das formas de governo e a maneira como as Forças Armadas se imiscuíam na política foram vencidas. Por isso: “o Governo de Campos Sales representa o início da rotinização do regime”<sup>204</sup>. Os alicerces sobre os quais se fundamentou no êxito político da presidência de Campos Sales, seriam de acordo com Renato Lessa, de natureza igual que prejudicaria seu futuro. O êxito em relação à estabilidade no convívio com o Legislativo fortalecia o poder de agenda presidencial e em contrapartida neutralizava com a ingerência da política militar, fortalecendo a autoridade civil que tinha como grande argumento: “a definição de governo como administrador procura proteger-se da política”<sup>205</sup>. Contudo, o presidencialismo federal deixaria alastrar uma forma de política local cruel e traiçoeira, confirmada pelo autor:

As relações com os estados, reconhecendo sua plena soberania no exercício da política interna, são marcadas pela hierarquização da importância das unidades da federação. Dos pequenos estados esperava-se apoio incondicional em função da premiação oferecida – não intervenção, cinismo diante dos esbulhos cometidos contra a cidadania e socorro do tesouro federal<sup>206</sup>.

As considerações de Lessa, admitida como suporte de entendimento não apenas do governo de Campos Sales, mas de todo o contexto da Primeira República, apresentam dois fatores importantes. O primeiro fator é o de dar notoriedade a imagem do presidente como solução na montagem daquela unidade política. Campos Sales não somente permitiu vir à tona a política dos governadores; ele foi o seu criador. Mesmo não tendo sido o artífice das condições políticas com que se deparou, todavia, delas se aproveitou. O segundo fator relevante se fundamenta na busca de razões íntimas que tornaria o triunfo da política dos governadores a origem de sua futura ruína. Entretanto, o pensamento forjado por Lessa ao redor da presidência da República coloca em evidência alguns problemas básicos. O primeiro problema é que mesmo que tenha um papel importante à figura do presidente, este o exerce mais provenientes das capacitações particulares de Campos Sales, sem misturá-los a utilização de meios institucionais formais de que o

<sup>203</sup> GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1912.

<sup>204</sup> LESSA, Renato. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p.184.

<sup>205</sup> *Ibidem*, p.159.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 190.

presidente organizava ou reuniu ao seu redor. O destaque é sobre regras informais, não escritas que passam a se resumir diante do seguinte entendimento: “o mundo de Campos Sales é eminentemente extraconstitucional. Sua percepção da comunidade política não reconhece o princípio da isonomia”<sup>207</sup>.

Entretanto, são meios que não estão nas mãos, mas principalmente na mente de Campos Sales. Por isso, é preciso considerá-lo como criador de uma política demiúrgica, conduzida por valores da aliança<sup>208</sup>. O autor em hipótese nenhuma evidencia a presidência de Campos Sales como alegação do presidencialismo federal suplantando a política nacional, não, aponta tão somente para uma transformação convencional na política do país, a começar daquele mandato presidencial. A ratificação simples, sem hesitação, colaborava para evitar atritos entre os estados e o Governo Federal, amenizando o risco de uma ação mais enfática federal. Contudo, ao priorizar uma natureza essencialmente simples da aliança de Campos Sales, Lessa não nos concede uma elucidação sobre a familiaridade entre instituições informais e formais. Alianças informais resultam como nessa circunstância, de modificações em normas formais. A promessa feita era depois cumprida com papel passado. Na visão de Renato Lessa a aliança realizada por Campos Sales promoveu a separação entre a política nacional, que teria exposto uma personalidade de governo administrativo motivada por anseios os mais diversificados possíveis, em confronto com a política dos Governadores, fundamentada sobre a tradição coronelística. Neste sentido, na formalização da aliança entre os governadores que tinham a competência de eleger o presidente:

A definição de governo como administrador procura protegê-lo da política, que deve ficar contida nos estados, sob a responsabilidade dos chefes locais. O candidato propõem a despolitização da estrutura governamental ou, o que é mais plausível, uma nova modalidade de política que deve buscar canais de expressão outros que não sejam o parlamento ou os partidos. Tal despolitização, ou deslocamento da política, é consistente com a definição do principal ponto de agenda do governo: a questão financeira<sup>209</sup>.

O distanciamento entre política e administração, se volta consubstancialmente para uma interpretação de cunho tradicional, hoje totalmente de forma antagônica dos estudos realizados sobre política e políticas públicas<sup>210</sup>.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 197.

<sup>208</sup> O arcabouço deste pensamento demiúrgico são encontrados em Lessa, Renato. **Modos de Fazer uma República: demiurgiae invenção institucional na tradição republicana brasileira**. Lisboa: Edição e Propriedade, 2012.

<sup>209</sup> LESSA, op.cit. p.159,60.

<sup>210</sup> Para um entendimento sobre política e políticas públicas ver. Behring, Elaine Rosseti. **Política Social: fundamentos e História/ Elaine Rosseti Behring, Ivanet Boschetti**. São Paulo: Cortez, 2017; OLIVEIRA,

Normalmente, tal distanciamento tem por base os modelos tradicionais de Max Weber e Woodrow Wilson no que diz respeito à gestão pública, mas sem revelar as circunstâncias históricas. Weber e Wilson apresentaram uma argumentação para o Estado atual, que era totalmente diferente. Além de tudo, Weber e Wilson procuravam confirmar uma ruptura institucional entre administração e política que defendesse uma mais transparente divisão entre a função do Executivo e a do Legislativo. A visão administrativa de Wilson hasteava a bandeira do aperfeiçoamento da competência administrativa, a ser realizada pelo Executivo, que reivindicava uma: “cisão clara entre o tempo e o espaço da política e da gestão”<sup>211</sup>. O distanciamento era definido por motivos administrativos e se fundamentava em componentes específicos. A problemática crescente dos dilemas sociais e econômicos, rodeados por situações de disposição processual e engenhosa, requeria aprofundamento técnico. Além do mais, o governo democrático defendido por Weber provocava a urgência de uma competência justa, porém municiada de aspectos conjunturais e eficiência para atuar com celeridade: “um contraponto ao universo da demagogia, e não que o reverberasse”<sup>212</sup>. A ótica do administrativo, além de enfatizar a competência pretendida pela burocracia em situações que seria de seu controle técnico, ajudou principalmente ao propagar poderes monopolizadores dos líderes do governo. No sentido de governos presidencialistas, foi um avanço significativo, e legalizado publicamente, para aumentar sobremaneira os poderes presidenciais.

Outra dificuldade proposta por Renato Lessa, no que diz respeito à, política x administração;o local x o nacional, esta no fato que, independente de apresentar um debate interessante, com motivos essenciais que possibilitariam ao modelo continuar firme e, por fim, arruinar-se. Os fatores elencados por Lessa não revelam a crise do regime. Contrariamente, discordam dos fatores apontados pelos que se revoltam pela diretriz fabricada pelos paulistas, a começar por Campos Sales. Por isso o autor insiste ao dizer que:

Nesse caminho de construção de uma identidade política e social, os instrumentos privilegiados serão os recursos da intervenção autoritária e a oferta utilitarista de benefícios colaterais e/ ou sanções a grupos e elites que interagem com vistas à configuração de pactos de poder. Considerações de modo mais geral, acerca de “nação” e do “

---

Antonia Terezinha. **Políticas públicas e atividades administrativas**. São Paulo: Fiuza, 2005; STEINBERG, Marília. **Território, Estado e Políticas Públicas espaciais**. São Paulo: Ler Editora, 2001.

<sup>211</sup> WILSON, Woodrow. **Governo Congressista**: O estudo da política americana. New York: Meridian, 1956, p.222.

<sup>212</sup> WEBER, Max. **O político e o cientista**. Lisboa: Presença, 1973, p. 136.

governo”, operam nos limites administrativo que longe, de supérfluo, evidencia modos de pensar e de classificar o social<sup>213</sup>.

Para uma interpretação diferenciada sobre o regime presidencialista adotado por Campos Sales daquela que Renato Lessa apresentou, enfatizaremos a explicação de Alcindo Guanabara que parte do pressuposto de que a aliança engendrada por Campos Sales ao assumir o presidencialismo e o federalismo, desmantelou os dispositivos alicerçados durante o período monárquico. A nova forma de governo tinha propósito político, primordial para sua estabilidade, não apenas uma aliança que concedesse capacidade de governar e reposicionar as instituições mantendo-as em ordem, mas uma nova forma de governança presidencial. O presidencialismo adotado por Campos Sales fundamentou-se num governo particularizado, cujos membros não têm poder igualitário, por uma superioridade do Executivo sobre o Legislativo e pelo respeito da Federação às atribuições dos estados. Renato Lessa descreve essas questões em suas análises. O primeiro deles, decisivo para os demais, o prestígio de iniciativa e de parecer do presidente, entendido por Lessa como característica administrativa, em Guanabara se mostra importante como um exemplo de governabilidade. Todos esses fatores fortaleciam uma nova imagem institucional que relacionava profundamente a aliança de regras formais, típicas do desempenho do Estado. A constatação dos chefes estaduais, a inexistência de um partido nacional, ainda a preocupação de grande parte dos estados de receber definitivamente auxílio financeiro da União, acabavam por defender a ação presidencial sobre o Legislativo e Executivo. Além da imagem institucional, Guanabara aponta que a presidência de Campos Sales correspondeu de forma positiva a uma agenda de políticas públicas. Principalmente, um planejamento mais centralizado na temática econômica. Foi com maior facilidade do que no Governo de Prudente de Moraes, devido à dificuldade de romper com os atritos provocados pelos nacionalistas jacobinos, apoiados pela presidência de Floriano Peixoto e que continuaram fortes na sistemática objeção realizada contra Prudente de Moares<sup>214</sup>. Devido ao resultado, ocorreu um enfraquecimento do Legislativo diante do Executivo, na possibilidade de afirmação dos poderes presidenciais. Esta prática foi determinada nitidamente pelo próprio presidente Campos Sales, que em situações as mais diferenciadas possíveis fortaleceria cada vez

---

<sup>213</sup> LESSA, op.cit. p. 272, 73.

<sup>214</sup> Ver O posicionamento de Prudente de Moraes referente a questão em voga nas mensagens enviadas ao Congresso Nacional. BARROS, Prudente de Moraes. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional** – abertura Sessão da Terceira Magistratura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

mais sua opinião. Sua análise se resumia de que urgentemente a República carecia de um governo, de um chefe, de uma disciplina, entretanto, para que tal coisa acontecesse de acordo com o seu ponto-de-vista era fundamental que se colocasse em prática o presidencialismo assegurado pela Constituição<sup>215</sup>, o que na sua visão, não fora realizado pelos presidentes que lhe antecederam. O regime constitucional, a seu ver, era o regime do governo unipessoal.

Segundo Guanabara:

O Governo concentra-se no depositário único do Executivo, que assim se caracteriza pela responsabilidade direta e pessoal do Presidente da República, cuja autoridade legal ou moral jamais deverá desaparecer atrás de seus ministros. Porque nesse regime, o governo não é exercido por uma comissão delegada pelo Parlamento, nem tampouco é constituído por um Conselho, deliberando e agindo em comum, o Sr Campos Sales que o Presidente...Centro e ação da unidade de governo de cuja responsabilidade é o depositário único<sup>216</sup>.

O próprio Campos Sales enfatizou no seu “Manifesto Inaugural” que o Brasil precisava de um “governo” unipessoal:

E esse intuito é naturalmente presumível, dado a índole de nosso regime, que com a responsabilidade unipessoal, preferiu eliminar a política de uma coletividade para concentrá-la na pessoa da suprema autoridade, com quem reside constitucionalmente o critério que dirige, delibera e aplica<sup>217</sup>.

É preciso destacar que o modelo espelhava-se no presidencialismo dos Estados Unidos da América. No regime presidencial americano, afirmava ele, o mandatário do país, o Presidente da República tem: “a suma dos poderes, porque está certo de obter a maioria”<sup>218</sup>. Toma as decisões de forma pessoal, sozinho e se responsabiliza por quaisquer consequências, sejam elas positivas ou negativas. É um governo particularizado, semelhando ao Poder Moderador, o que o distingue é a responsabilidade onde o Presidente precisava prestar contas de suas ações diante dos outros Poderes constituídos, Executivo e Legislativo e também com aqueles que o colocaram no poder, os seus eleitores. Essa responsabilidade reverberou nas palavras do próprio Presidente, narrada por Guanabara: “o governo concentra-se no depositário único do Executivo, que assim se caracteriza pela responsabilidade direta e pessoal do Presidente da República”

<sup>215</sup> BALEEIRO, Aliomar. **Constituições brasileiras – 1891**. Brasília: Senado Federal, 2012.

<sup>216</sup> GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1912, p. 38.

<sup>217</sup> SALES, Manuel Ferraz de Campos. **Manifesto Inaugural de Manuel Ferraz de Campos Sales - Presidente eleito para o Quatriênio de 1898 a 1902**. Rio de Janeiro: Leuzinger Irmãos, 1898, p. 6.

<sup>218</sup> GUANABARA, op. cit. p. 144.

<sup>219</sup>.Campos Sales tinha conhecimento das discussões que envolviam os federalistas estadunidenses, por isso, aplicava, o mesmo discurso utilizado pelos federalistas, fundamentado em Hamilton, e que apontava os perigos de um presidencialismo monárquico. Qual seja, a idéia de que a autoridade do presidente e a sua forma de governar não serem nada mais, nada menos, comparados a autoridade conferida aos presidentes dos estados<sup>220</sup>.

No Congresso Nacional, com todo o suporte recebido dos Estados, o presidente conseguiria, tão somente, um partido que o “representasse”. Aliás, os partidos certamente englobariam todos os estados, como se definiu na estrutura política de toda a Primeira República, com um mínimo de partidos ativos em outros Estados. Na sua concepção, o poder e a luta estavam tão somente concentrados nos Estados. O “Ali” que Alcindo Guanabara se referiu representa os “Estados”. Campos Sales assumiu uma conduta em que, ele próprio, se responsabilizava por uma coalizão<sup>221</sup> para conceder suporte a sua presidência, porém, procurou justificá-la com a formação de uma aliança nacional que se consolidaria no novo regime instaurado, o regime republicano. De acordo com as considerações feitas por Renato Lessa vimos que o Presidente da República é a base do sistema republicano, o responsável direto por criar um desenho político de manutenção do regime, de estabelecer normas informais, que foram primordiais para a consolidação de toda a Primeira República. Em contrapartida, Alcindo Guanabara partiu da hipótese de que o arranjo, a aliança ou pacto planejado por Campos Sales, foi abraçar o federalismo e o presidencialismo, onde tal decisão desmantelou as bases fundamentadas no período monárquico e ainda estabeleceu um novo padrão de governabilidade. Analisamos todos essas circunstâncias, e entendemos que o presidencialismo de Campos

---

<sup>219</sup> GUANABARA, op. cit. p.69.

<sup>220</sup> ver JAY, John. **Os poderes da Federação**. Filadélfia: Universidade do estado da Pensilvânia, 2001.

<sup>221</sup> O termo presidencialismo de coalizão foi utilizado pelo cientista político Sérgio Abranches para denominar um regime presidencialista, como implantado no Brasil, que reúne em um mesmo modelo o regime proporcional de lista aberta para os cargos no Legislativo, o multipartidarismo e a escolha dos mandatários do poder Executivo sem vinculação às eleições legislativas. O multipartidarismo está definido na Constituição e na lei dos Partidos Políticos ( Lei nº 9.096/95). Pela nossa legislação, pode haver um numero indefinido de partidos políticos registrados no, Tribunal Superior Eleitoral, os quais terão acesso aos recursos do fundo partidário, ao tempo de propaganda em radio e televisão, e a possibilidade de vir a concorrer a cargos eletivos. No Brasil, as eleições para o poder legislativo segue o regime de proporcional de lista aberta, onde o eleitor vota em um candidato ou em uma legenda partidária, sendo o seu voto utilizado de formas distintas. Por fim, o terceiro aspecto que caracteriza o sistema denominado de presidencialismo de coalizão é a ausência de vinculação entre as eleições para o Executivo e para o Legislativo, de modo que o chefe do Executivo eleito nem sempre possui a maioria da casa legislativa correspondente, gerando a necessidade de formar uma coalizão no Parlamento para apoiar as medidas

necessárias à perfeita condução das políticas e ações do Executivo. <http://joseerval.jusbrasil.com.br/artigos/184499112/presidencialismo-de-coalizao-as-mazelas-do-sistema-brasieleiro>( Consultado no dia 08/03/2019).

Sales era um presidencialismo de coalizão<sup>222</sup>. Afirmamos que foi Campos Sales o primeiro Presidente republicano a inaugurar essa forma de governança, baseado em alguns fatores que julgo ser primordial para entender esse formato.

É preciso destacar que no institucionalismo histórico, identificamos a presidência de Campos Sales num contexto que permeia uma etapa de organização de um novo regime político, que confirma o seu presidencialismo de coalizão. Primeiro fator a ser destacado foi que diante da nova ordem entre o federalismo e presidencialismo, se estruturou um novo momento na República culminando em uma nova forma de convivência entre o Governo Federal e os Estados; diante disto se estabeleceu um novo relacionamento alicerçado na ordem, na paz, onde o Congresso Nacional passou a experimentar de tal situação, consequência direta da aliança arranjada com os governadores. Convém observar, que este contexto pode ser classificado como o contexto dos conchavos, dos acordos, dos esquemas políticos. Sérgio Abranches, criador do termo “presidencialismo de coalizão” ao discorrer sobre o processo dinamizador, chama a atenção para o seguinte:

É preciso compreender melhor a dinâmica do presidencialismo de coalizão no Brasil. A nova República repete a de 1946 que, por sua vez, provavelmente manteve resquícios da República Velha, sobretudo no que diz respeito à influência dos estados no governo federal, pela via da “política dos governadores”. A lógica de formação de coalizões tem, nitidamente, dois eixos: o partido e o regional (estadual), hoje como ontem. É isso que explica a recorrência de grandes coalizões, pois o cálculo relativo à base de sustentação política do governo não é apenas partidário-parlamentar, mas também regional<sup>223</sup>.

Acreditamos que essa política de “conchavos” inaugurada por Campos Sales, esse presidencialismo de coalizão, é fundamentado na cultura do “toma- lá- dá – cá”. Os partidos dos estados são responsáveis diretos em dialogar e conversar com os parlamentares. Quando se chega a uma conclusão por meio deste diálogo, o deputado tem de seguir a orientação, sob pena de responder ao partido do qual é membro. A política será praticada como a arte da negociação. O governo, na representatividade do Executivo, une-se ao Legislativo, no objetivo de poder operar a sua governança, um atendendo ao outro. O governo passa a liberar recursos aos parlamentares, dando poderes aos deputados, colocando-os à frente, junto às suas bases, para sensibilizá-los. Entendemos

<sup>222</sup>ver PEIXOTO, João Paulo. **Presidencialismo no Brasil**: História, organização e funcionamento. Brasília: Senado Federal, 2015.

<sup>223</sup> ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. **Presidencialismo de coalizão**: O dilema institucional brasileiro. Rio de Janeiro: Revista dados, vol.31, nº1, 1988, p. 15.

também que os cargos, são concedidos para que estes possam votar 100% com o governo. Quando os deputados eleitos vem de seus respectivos estados, como representantes estaduais, são atendidos em suas exigências, dando ao governo condições de criar uma coalizão que lhe conceda sustentação governamental, no Congresso Nacional, dando-lhes total possibilidade de governar. Por isso afirma, Sérgio Abranches: “o Brasil é o único país que além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o presidencialismo “imperial”, organiza o Executivo com base em grandes coalizões”<sup>224</sup>.

Segundo fator a ser destacado no presidencialismo de coalizão inaugurado por Campos Sales, foi a coalizão de governança nitidamente assinalada e organizada por São Paulo, afastando os adversários políticos e diminuindo a influência política que tinham no cenário nacional. É bom lembrar que Campos Sales fazia parte dos republicanos históricos, que dirigiam o país, pois detinham hegemonia política<sup>225</sup>. E os adversários políticos que precisava ser contidos eram, os florianistas jacobinos<sup>226</sup>. Este fator tornou-se importante para a coalizão, porque os jacobinos eram muito fortes, e se tornaria inviável já que faziam uma oposição ferrenha contra a governabilidade. Foram esses Jacobinos que não deixaram Prudente de Moraes governar com tranquilidade e equilíbrio. O que se viu no governo de Prudente de Moraes foi um acirramento orquestrado por esse grupo que, a todo momento, colocava-se à disposição para sabotar os planos de governabilidade do presidente. Daí a necessidade de afastá-los, eliminá-los, para que não houvesse nenhum tipo de empecilho para que Campos Sales levasse avante o seu projeto de governança para o país. Na verdade, os jacobinos florianistas acabaram caindo em desgraça devido ao atentado contra o presidente Prudente de Moraes e a morte do seu Ministro da Guerra e, posteriormente, quando foi criado o PRF, onde em sua cisão, tendo a frente Francisco Glicério, sofreu inúmeras derrotas no Congresso, diminuindo o seu poder de influência e principalmente de oposição ao novo governo.

É importante salientar que as pautas no Congresso seriam dominadas pela situação e não pela oposição, fortalecendo cada vez mais a autoridade exercida pelo Executivo em relação ao Legislativo, já que um grupo expressivo de congressistas estaria colocando-se a disposição para apoiar plenamente as propostas do governo para condução do país. De

---

<sup>224</sup>Ibidem, p.15.

<sup>225</sup>Boris Fausto ao relatar sobre o governo Campos Sales destaca a consolidação da República Liberal com a chegada de Campos Sales no poder e confirma a elite política dos grandes Estados, com São Paulo à frente, como um expressivo triunfo. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995.

<sup>226</sup>Ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

acordo com Figueiredo e Limongi o Executivo detém o privilégio de determinar as propostas a ser examinadas pelo Congresso o maior poder de agenda implica, portanto, a maior: “capacidade do Executivo influir diretamente nos trabalhos legislativos e assim minorar os efeitos da separação dos poderes, o que pode induzir os parlamentares à cooperação”,<sup>227</sup>. Sendo assim, não haveria espaço para “pautas –bombas”, nem tampouco, “fogo-amigo”, expressões atuais utilizadas nos embates que ocorrem no Congresso Nacional quando o Presidente não é forte o suficiente para manter uma verdadeira e poderosa coalizão.

O terceiro fator foi uma prioridade da agenda econômica<sup>228</sup>, na busca pela estabilização financeira do País, fortalecendo a economia cafeeira, em vista de seu preço no mercado interno e externo, e buscando uma tecnologia que pudesse garantir o seu escoamento para melhor lucro no mercado internacional. Diante desta iniciativa, colocava-se um ponto final nas chamadas políticas de desenvolvimento, que começaram com Ruy Barbosa<sup>229</sup>, tendo como consequência direta e negativa, a crise do Encilhamento. Esse formato presidencial não ficou circunscrito apenas na figura de Campos Sales, estendeu-se, para além dele. Os personagens da coalizão, por costume, mudam de posição, e, muitas vezes, manifestando comportamentos diferenciados em relação a algumas questões nitidamente públicas. Constantemente interesses financeiros acabaram ganhando destaques conflitantes nas colocações dos diferentes personagens políticos representantes de determinados grupos que flertavam numa mesma coalizão. É bom destacar que muitas vezes os grupos não são obrigatoriamente coesos em termos de estratégias, engenhosidade ou esperteza. Convém observar que, mesmo na área exclusivamente econômica, a incumbência do presidente dependia em administrar as demandas e gerir anseios de variados grupos, adequando e, ao mesmo tempo freando as demandas específicas.

Na verdade, o balanço referente aos ciclos econômicos e da estruturação política muda de acordo com as presidências. Ampliando cada vez mais a visão sobre esta questão poderíamos dizer que esta situação depende de um exame macroeconômico, de uma parte, em suas movimentações fiscal, cambial e monetária; de outra parte, as políticas

---

<sup>227</sup>FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando (2001). **Bases institucionais do presidencialismo de coalizão**. In: CHEIBUB, Argelina; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 23.

<sup>228</sup>A agenda econômica de Campos Sales é narrada por MONTEIRO, Tobias. **O Presidente Campos Sales na Europa**. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 2005.

<sup>229</sup>Ver Organização de finanças das Finanças Republicanas de BARBOSA, Ruy. **Pensamento e ação de Ruy Barbosa**. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 79.

concentradas, em um formato de investimentos voltados diretamente a um crescimento e por uma coalizão de auxílio bem concisa e delimitada. Segundo Sérgio Abranches sobre a coalizão concentrada:

Presidente maior autonomia em relação aos parceiros menores da aliança, mais o obriga a manter uma relação mais estreita com o seu partido. Se o partido majoritário é heterogêneo interna e regionalmente, obtém-se o mesmo efeito: a autoridade presidencial é confrontada pelas lideranças regionais e de facções intrapartidárias. Mas o risco, neste caso, adviria de um rompimento do partido com o, presidente deixando-o apenas com o bloco de partidos minoritários da aliança<sup>230</sup>.

Procuramos demonstrar que para Campos Sales o governo tem a responsabilidade, a função de administrar. Essa administração deve ficar, em dado momento, separada da política e se restringir aos líderes locais. Havia um reforço do Executivo, com destaque para um governo unipessoal sob a pessoa do Presidente da República, com controle sobre o Executivo e delimitar das competências do Legislativo. Outro fator também a salientar sobre o presidencialismo de coalizão é que se resume numa constituição de aliança eleitoral que se fundamenta na criação de um programa e princípios simples para a produção de uma aliança, o da constituição de governo que tem uma relação direta com a distribuição de cargos e certamente com as responsabilidades de plataforma política que será a gênese da aliança eleitoral e por último a transformação da aliança em coalizão precisamente governamental, que direciona para o processo de implementação das políticas do Governo. Outra questão a destacar diz respeito à situação financeira. Havia toda uma situação desgastante referente ao papel moeda e à moralização da arrecadação nos moldes de saneamento monetário que precisava ser ajustado a uma política macroeconômica. Quanto à questão da estabilidade do regime federativo, o anseio de Campos Sales de organizar os laços entre os estados e o governo, marcando suas áreas de responsabilidades e influência onde seriam previsíveis os critérios de acesso dos estados no governo.

Entendemos que a autonomia dos Estados tinha como intenção, sobretudo, possibilitar a autonomia do Executivo Federal. O propósito era fortalecer o presidencialismo que uma vez identificado com a “figura” do presidente como aquele que gerencia, administra e governa daria ao federalismo intensidade e auto-suficiência aos estados, numa defesa da administração pública modernizante e de um programa de rigidez econômica. Esse foi precisamente o presidencialismo de Campos Sales. Um

---

<sup>230</sup> ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. **Presidencialismo de coalizão**: O dilema institucional brasileiro. Rio de Janeiro: Revista dados, vol.31, n°1, 1988, p.18.

presidencialismo de coalizão, com uma formatação a partir dos estados, com a intenção de eliminar as oposições e, visar uma agenda econômica que viesse permitir ao país recuperar a confiança financeira tanto interna e externa respectivamente.

### 3.3 – A política econômica de Campos Sales – muito além do café.

O Brasil tornara-se República, o café passou a ser a base econômica do país. O que se viu foi que o sistema de trabalho implantado nas fazendas de café davam ótimos resultados<sup>231</sup>. A produção, depois da maciça introdução de imigrantes, aumentou tremendamente, chegando a provocar crises de superprodução que exigiram a intervenção do Estado para impedir a derrocada da própria economia cafeeira. Não faltavam razões para euforia, pelo menos dos que negociavam o produto, tais como: plantadores, comerciantes e banqueiros. Investindo quantidades crescentes de capital na ampliação das lavouras e, participando diretamente das transações comerciais e financeiras das cidades eles constituíam, a essa altura, uma enriquecida e próspera burguesia do café. A expansão capitalista da economia cafeeira promoveu o desenvolvimento da rede ferroviária e a ampliação dos portos e dos serviços urbanos. Além disso, difundiu o trabalho assalariado no campo e na cidade, possibilitando o alargamento do mercado interno, de modo a estimular a produção manufatureira e industrial. O predomínio do café era incontestável e, de fato, se estendia por outros compartimentos da sociedade brasileira. As contribuições econômicas que o café trouxe foram tão importantes que, este produto passou a ser a principal fonte de divisas necessárias às importações no país; sua produção empregava, direta ou indiretamente, a grande maioria dos assalariados do Brasil e a arrecadação fiscal da União originava-se, sobretudo de tributos cobrados sobre as importações, que dependiam das exportações, principalmente do café. Ao discorrer sobre o impacto do café na economia da Primeira República, Marcos Napolitano afirma que:

O café era o principal produto econômico que ligava o Brasil aos mercados mundiais entre 1840 e 1950. A partir de 1865 até a Abolição, a expansão da sua lavoura significou uma grande demanda por mão de obra escrava, tanto no vale do Paraíba quanto no Oeste Paulista. Os “barões do café”, como eram conhecidos os grandes plantadores, se constituíram em um grupo econômico e politicamente importante, tornando-se a base da oligarquia paulista, a elite mais poderosa da Primeira República. Em 1900, o café representava 60% das exportações; a pauta agroexportadora brasileira da primeira metade do Século XX era complementada pela borracha e pelo cacau. Apesar de gerar muita riqueza, o café vivia de crises estruturais e cíclicas<sup>232</sup>.

Embora não fossem as únicas, essas eram as razões bem fortes para permitir que a burguesia paulista, em aliança com os representantes dos fazendeiros mineiros, viesse a controlar o Governo federal. Um controle que proporcionou a aplicação de uma política

<sup>231</sup> Ver em especial TORELLI, Leandro Salman. **A defesa do café e a Política cambial**: Os interesses da elite paulista na Primeira República (1889-1920). Campinas: Unicamp, 2004.

<sup>232</sup> NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2017, p. 19.

favorável ao café, abrangendo desde o estímulo imigratório até os empréstimos no exterior para o financiamento da produção, feitos pelos Estados, conforme autorizava a Constituição de 1891. Será?

Convém observar que esta idéia se fundamenta no argumento de que houve um controle e domínio dos cafeicultores na política econômica do café em prol de seus interesses corporativistas, afirmamos que não. Como salientou Napolitano, as crises foram frequentes desde o início do século, no governo de Campos Sales, criando disparidades entre as regiões e entre as diferentes classes sociais. A preferência por investimentos na área cafeeira limitava em parte o crescimento de outras áreas e setores produtivos, enquanto a concentração da renda pela burguesia do café e pelas casas exportadoras estrangeiras acentuava as desigualdades sociais, principalmente nos períodos de crises, e isto significava: “reiterar e aprofundar uma série de restrições constitucionais à participação eleitoral da população mais pobre, embora idealmente afirmassem que todos são iguais perante a lei”<sup>233</sup>. Convém analisar a ideia de Fernando Henrique Cardoso ao afirmar que estas crises decorriam do sistema de produção ainda predominante no país onde a função principal do Brasil era de exportador, visão que lhe era atribuída pelo capitalismo internacional:

A pedra angular do sistema econômico-financeiro herdado pela República consistia na exportação de produtos primários- geradora de divisas- e no controle dos instrumentos de câmbio como mecanismo básico para assegurar a continuidade da produção exportadora, apesar das flutuações do preço e da demanda externos, bem como para financiar o gasto público, pois o imposto principal que cobria as despesas do Governo era o imposto às importações”<sup>234</sup>.

Para Cardoso três questões podem ser destacadas como causa das crises referentes à economia cafeeira. Primeira questão foi porque o café era o único produto nacional com mercado assegurado no exterior. Por causa desta situação, havia uma forte tendência ao investimento excessivo em novas plantações; segunda questão o autor nos lembra que como a distribuição e o comércio no exterior estavam sob o controle dos exportadores estrangeiros, sobretudo os ingleses, tornava-se difícil aos fazendeiros o acompanhamento do mercado. Dispondo de recursos, os exportadores compravam a preços baixos os excessos de café, que eram estocados e vendidos a preços maiores quando o consumo voltava a aumentar; a terceira e última questão, o café era colhido

---

<sup>233</sup>Ibidem, p. 19.

<sup>234</sup>CARDOSO, Fernando Henrique. **O Brasil republicano**, v.8: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.37.

alguns anos depois do plantio, isso dificultava ainda mais o ajuste entre a quantidade produzida e o consumo. Essas questões são reiteradas nas afirmações realizadas pelo autor:

A análise da economia cafeeira e da política do café durante a Primeira República ganha sentido a partir de dois marcos histórico-estruturais, bastante conhecidos em sua generalidade: predomínio e hegemonia da burguesia do café no plano interno e sua dependência do capitalismo internacional do plano externo. O primeiro destes marcos define internamente as relações entre o setor hegemônico da classe dominante e outros setores a ele subordinados, a partir da aceitação do princípio de que os interesses da cafeicultura coincidem com os interesses gerais da nação. O segundo deles transforma a hegemonia interna em subordinação no plano internacional<sup>235</sup>.

Analisados os fatos, entendemos que por isso o presidente Campos Sales adotou uma política antiinflacionária, visando diminuir o volume de moeda em circulação, restringindo o crédito e os gastos do Estado, sendo que teve de realizar um acordo no exterior, adiando o saldo dos débitos por causa da escassez de divisas. Sendo assim analisaremos a política econômica de Campos Sales que procurou avançar independente da dependência do sistema cafeeiro do país. Dois fatores podem ser destacados nesta política econômica: primeiro o rígido equilíbrio orçamentário e segundo o saneamento de moedas. Essa política econômica adotada por Campos Sales não atendia diretamente os interesses do café. Conforme Raimundo Faoro, essa política emissionista e de queda de câmbio não fortaleciam os anseios dos exportadores de café porque não viam nos políticos paulistas uma luta pela defesa câmbio e nem tampouco pela desvalorização, por isso afirma que:

As circunstâncias em curso- o encilhamento urbano e a exarcerbação rural – poderiam sugerir que os estadistas se uniriam numa reivindicação comum, a baixa cambial e a desvalorização da moeda, instrumentos de maior proveito em favor de produtores. Nada disso, entretanto aconteceu. Os paulistas – numa linha que vai de Rodrigues Alves, ministro da Fazenda de Floriano, a Rodrigues Alves, presidente da República, impuseram porfiado combate às emissões e ao aviltamento cambial, no aparente paradoxo de uma política anti-exportadora<sup>236</sup>.

É preciso lembrar que, Campos Sales lançou mão do *Funding Loan*, assinado em 1898 com os banqueiros Rothschild, da Inglaterra, que estabelecia o pagamento de todas as dívidas com os banqueiros ingleses por um tempo de treze anos. Faoro insiste ao dizer

<sup>235</sup>Ibidem, p. 215.

<sup>236</sup>FAORO, Raimundo. **Os donos do poder** – Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, p.130.

que: “O país essencialmente agrícola que eles defendem e estimulam, não será dos comissários e dos banqueiros, mas o sólido, estável, da fazenda solvável, articulada ao comércio exterior”<sup>237</sup>. Percebemos que o autor argumenta que essa política econômica é fundamentalmente agrícola, só que a política de Campos Sales contrariou os interesses diretos do setor cafeeiro, gerando conflitos que levaram a rupturas partidárias. De acordo com Joseph Love, esses conflitos nasciam da obrigatoriedade de gerir a máquina federal. E em contrapartida não viu os cafeicultores como aqueles que tinham o domínio sobre a política econômica, até porque a política de deflação desafogou a crise financeira, mas não atacou as suas raízes:

Porém, celebrada tese de Celso Furtado e aceita por tantos outros, segundo a qual os cafeicultores ( e por extensão, o estado de São Paulo) tinham pleno controle sobre a política econômica e financeira do Governo Federal durante a primeira república não dá a devida importância ao fato de que o executivo enfrentava problemas que, em várias ocasiões, provocaram conflitos diretos entre o governo e os interesses cafeeiros<sup>238</sup>.

Convém salientar que havia um agravamento da economia cafeeira. Para Love, estes agravamentos, se manifestavam através de conflitos, esses conflitos destacáveis se manifestaram na tentativa de controle e negócio do café estocado criando a “comissão de café no estado de São Paulo”<sup>239</sup>, formado por quatro representantes dos bancos estrangeiros e um do Governo paulista. As casas exportadoras, ligadas ou pertencentes a esses bancos, tinham assim o controle do mercado comprador e, por isso, seguravam o produto, evitando que o preço caísse nas distribuidoras; o protecionismo fácil, ao sustentar o preço mundial do café, estimulava o aumento dos cultivos também em outras áreas que, menos atingidas pela crise, acabavam com a produção brasileira. As dívidas externas não deixavam de se elevar e para converter os empréstimos em moeda nacional, o Governo fazia novas emissões inflacionárias, prejudicando sempre os assalariados. Esses aspectos negativos juntando-se aos conflitos dos cafeicultores expressavam-se nitidamente no governo de Campos Sales:

No final de contas, no entanto, seus bem sucedidos esforços no sentido de moeda nacional irritaram os fazendeiros tanto quanto sua política de contenção pública o indispôs com a população do Rio de Janeiro. A presidência Campos Sales constituiu uma primeira e vívida dos conflitos estruturais que opunham o governo federal e os interesses

<sup>237</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>238</sup> LOVE, Joseph. **A República brasileira: federalismo e regionalismo ( 1889-1937 )**. São Paulo: Difel, 1961, p. 250.

<sup>239</sup> Ver FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia editoria Nacional, 2005.

cafeeiros. E tal desfecho não pode ser evitado, apesar do próprio Campos Sales ser fazendeiro e antigo defensor da legislação de proteção do café<sup>240</sup>.

Verificamos que os conflitos entre os interesses cafeeiros e o governo federal visavam à compreensão de que quando essas elites do café estavam no governo, com o poder nas mãos, acabavam em parte indo contra os interesses dos cafeicultores. Quando Campos Sales assumiu o governo era um momento de extrema crise, por isso, tratava-se, ainda que contraditória, de sobrevivência, evitar a quebra total do Estado brasileiro. Sendo assim, o que entendemos independentemente da crise, foi que os desafios para controlar a máquina estatal não são de todos suficientes para compreender o posicionamento tradicional para dirimir os problemas, e também os conchavos para tirar da teoria essa política colocando-a em prática. A reestruturação econômica em exemplos tradicionais não teve na figura dos paulistas os condutores, porém abalizadas pelo Congresso em várias votações, com o suporte de políticos dos mais variados estados, principalmente os positivistas. Esse argumento de que os cafeicultores não foram os condutores, os grandes beneficiados e nem tampouco aqueles que mantinham um domínio na economia, ou que atendiam os interesses corporativos da cafeicultura citamos, Wiston Fritsch.

Fritsch comungava do pressuposto de que a política econômica da República manifestava: “um esforço por parte da elite paulista de conquistar uma posição hegemônica, isto é, capaz de distanciar-se da simples imposição de seus interesses”<sup>241</sup>. Essa contestação chocava-se com dois fatores principais de que o governo se submetia aos interesses dos cafeicultores. O primeiro fator foi de que o governo só possibilitou suporte à cafeicultura em situações difíceis, em que se optasse não agir traria prejuízos sérios externamente e o segundo fator foi de que a suposta inclinação cambial que beneficiava a cafeicultura não se sustentou, sendo que a política cambial não valorizada dependia de fatores fora do controle do governo, com as agonias cambiais no nascimento da República:

Os argumentos acima mostram, portanto, que a idéia de que a tendência á depreciação do mil-réis ao longo da Primeira República foi consequência intencional de decisões políticas, também ser qualificada. A queda secular do mil-réis é totalmente explicada pelos colapsos cambiais do início da última década do século XIX, que

<sup>240</sup> LOVE, Joseph. **A República brasileira: federalismo e regionalismo ( 1889-1937 )** . São Paulo: Difel, 1961, p.253.

<sup>241</sup> FRITSCH, Winston. **Sobre as interpretações da lógica político- econômica na Primeira República**. Estudos Econômicos, São Paulo, IPÊ/USP. .15, p.342, maio/ago.1985.

resultaram de severos choques externos cujos efeitos sobre o valor externo do mil-réis o governo não conseguiu evitar<sup>242</sup>.

É importante destacar que, a tese de que parte da elite paulista entendia que era necessário “vencer seus interesses” para poder, além de tomar o Poder, exercer total controle político, sendo que era necessário propor um programa para o país, ainda que este fosse à contramão das ambições cafeicultoras, era verdadeira e concisa. Caminhando nesta linha de argumentação, estes se distanciam de alguns dos anseios mais importantes e necessários ligados à cafeicultura. O próprio Partido Republicano Paulista entrou em choque inúmeras vezes quanto à política cafeeira, isto quer dizer que o PRP não representava na sua plenitude os interesses cafeeiros, e a sua produção. Na verdade, os choques acontecidos no interior do Partido, evidenciaram que, grande parte deles foram motivados pelas discordâncias no que diz respeito à política do café. Três anos depois no Governo Campos Sales, houve uma ruptura, liderada por Prudente de Moraes, que manifestou toda a desilusão dos cafeicultores com Campos Sales. Prudente de Moraes tornou-se o porta-voz das classes produtoras de café, reverberando seus descontentamentos com o modelo de governo Campos Sales. Relatando as reclamações da lavoura cafeeira, Eduardo Kugelmas assim reproduziu:

Já em 1896, a diminuição dos preços externos provocou inquietude, debates pela imprensa e no legislativo estadual e a realização de congressos de lavradores; mas é em 1899, com o início da aplicação de severíssima política contencionista de Murinho, ministro da Fazenda de Campos Sales, e a perspectiva de uma inversão à tendência de depreciação que se intensifica com o descontentamento. Chega a surgir uma tentativa de organizar o “partido da lavoura”, já que esta, segundo os insatisfeitos, não estaria sendo representada adequadamente pelo PRP<sup>243</sup>.

Até mesmo o presidente Campos Sales reclamou da desaprovação de seu governo por parte das classes cafeeiras:

Ao governo atribuíam-se tendências opressoras e até o intuito de sobrecarregar de inúteis encargos as classes produtoras. Foi este o tema fecundo de uma série infinita de escritos publicados na imprensa diária, nos quais os supostos interesses das classes laboriosas serviam de incitamento a um movimento de antipatia, que apenas se inaugurava. A retórica apaixonada dos escritores detinha-se calculadamente ante o frisante que apresentava a dureza do governo de então<sup>244</sup>.

<sup>242</sup>Ibidem, p. 344.

<sup>243</sup>KUGELMAS, Eduardo. **Difícil Hegemonia**. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República. Tese de Doutorado em Ciências Políticas na USP, 1986, p. 113.

<sup>244</sup>SALES, Manoel Feraz de Campos. **Da propaganda á presidência**. São Paulo: Laemmert, 1908, p. 134.

Kugelmas percebeu a dificuldade que os paulistas enfrentaram no início da Primeira República, onde ele nos mostra que a efetivação de políticas de interesses dos setores cafeeiros não eram fáceis, e sim apresentavam, dificuldades as mais diversificadas possíveis, dependendo de outras questões que não a representação paulista no presidencial. Segundo o pensamento do autor, para que houvesse uma política que valorizasse, seria obrigatório convencer Campos Sales e seu ministério. E essa resistência tinha um inimigo incomum, o liberalismo<sup>245</sup>. Isto porque as políticas de valorização do café incentivadas por São Paulo, e desanimadas pelo governo federal fez com que este promovesse uma resistência tamanha que despertou as animosidades. Muitos representantes do café, paulistas principalmente, lutaram no Congresso, fortalecendo alianças para que estas promovessem segurança para o seu principal produto o café. Havia de acordo com Kugelmas, uma luta atroz entre o liberalismo e o intervencionismo:

Ia amadurecendo progressivamente uma polarização entre liberais e intervencionistas: também em 1903, que parece ter sido um momento estratégico desta decantação de posições, o deputado paulista Candido Rodrigues apresentou na Câmara Federal um projeto autorizando o executivo federal a tomar medidas pela valorização do café. Por seu turno, o senador paulista Alfredo Ellis, conhecido pelo tom apaixonado de seus discursos em defesa dos cafeicultores sugeriu a retenção pelo governo federal de quatro a cinco milhões de sacas; os pronunciamentos destes subordinavam a questão cafeeira à recuperação plena do equilíbrio financeiro, visto que por eles como de pleno restabelecimento graças à continuidade que vinha sendo dada à orientação de seus antecessores, Campos Sales e Murinho<sup>246</sup>.

Concluimos que a política econômica de Campos Sales era voltada para o liberalismo econômico. Entretanto, para que possamos a prática econômica no governo Campos Sales se faz necessário nos reportarmos ao início do novo regime, a República, especificamente no governo de Deodoro da Fonseca e seu ministro da fazenda, Rui Barbosa.

Consideramos que os atritos que envolviam a política monetária e fiscal foram fatores que motivam as crises e que levaram medidas drásticas como, por exemplo, o fechamento do Congresso Nacional e da deposição de Deodoro da Fonseca de seu posto como presidente da República. É importante salientar que, grande parte dos republicanos

---

<sup>245</sup>A palavra liberal vem do latim *LIBER* (“livre”). Tais pensamentos combinavam a idéia de que a liberdade comercial iria ser benéfica a todos. Tal idéia foi posteriormente associada com a defesa do capitalismo. O liberalismo econômico pregava o fim da intervenção do Estado na produção e na distribuição das riquezas, o fim das medidas protecionistas e dos monopólios e defendia a livre concorrência entre as empresas. [www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_liberalismo](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_liberalismo).

<sup>246</sup>KUGELMAS, Eduardo. **Difícil Hegemonia**. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República. Tese de Doutorado em Ciências Políticas na USP, 1986, p.118.

históricos<sup>247</sup> eram totalmente contra a política emissionista. Não foi uma decisão automática ir contra a política emissionista, mas uma responsabilidade com a agenda governamental apoiando a austeridade econômica, que ficaria em evidência em diferentes momentos. Quando Rui Barbosa, em janeiro de 1890, emitiu o decreto de reforma econômica, houve resistência não só dos paulistas e gaúchos, mais também como registrou Raimundo Faoro a:

Transição monárquico-republicana, com o novo regime a se forjar dos escombros do antigo, não seguiu o curso eufórico que lhe predissera Rui Barbosa. No centro das oposições, desponta, com armas políticas e com armas econômicas, o grupo paulista, reunido aos gaúchos no próprio momento das reformas de 17 de janeiro de 1890. Rui e os industrialistas, batidos em todos os fronts, sofrem o primeiro grande revés no governo Floriano Peixoto, na reação do ministro Rodrigues Alves<sup>248</sup>.

Ainda quanto à insatisfação com o decreto emitido por Rui Barbosa, contrários a reforma econômica e aliando-se as considerações de Faoro, Sérgio da Costa Franco reitera ao afirmar que:

Demétrio Ribeiro, o único gaúcho do Ministério, em discordância total com o seu colega do ministério da Fazenda, por esse e talvez por outros motivos, exonerou-se incontinenti. Tanto ele como Castilho entendiam imoral e ilegítimo outorgar-se o privilégio de emissões e estabelecimentos particulares de crédito e atribuir-se a bilhetes de bancos o benefício do curso forçado. Temiam ademais o incremento da inflação, que assombrava o país desde o Ministério do Visconde de Ouro Preto<sup>249</sup>.

Toda a dissensão se acirrou em 1891. Mesmo com todas as críticas que sofreu e as oposições acirradas, o projeto foi executado, mas essa política emissionista não foi poupada das mais variadas contestações no Congresso Nacional. Esse mesmo Congresso criou uma comissão mista para debater a questão, e a proposta do Governo foi totalmente alterada. O Congresso não aprovou o projeto de Lucena, como impediu de forma

---

247 Na história do Brasil, dá-se o nome de republicanos históricos às personagens que tinham que tinham aderido à causa republicana desde antes da proclamação da República. entre estes, incluem-se os signatários do Manifesto Republicano (1870), os abolicionistas que também faziam campanha pela república e os demais partidários e membros dos clubes republicanos nas diversas províncias do Imperio antes do golpe de 15 de Novembro de 1889. [www.dicionario.sensagent.com/republicanos%20historicos/](http://www.dicionario.sensagent.com/republicanos%20historicos/) (consultado em 23/03/2019).

248 FAORO, Raimundo. **Os donos do poder** – Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, p.611

249 FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilho e sua época**. Porto Alegre:Globo,1966,p.71.

desmedida a emissão monetária<sup>250</sup>. Fernando Henrique Cardoso aponta Serzedello Corrêa, como aquele que foi o relator da proposta na Câmara dos Deputados, ele era um exímio defensor do industrialismo. Os debates que aconteciam tornavam evidentes as opiniões antagônicas no que tange as finanças. Prevaleceu o entendimento, defendido por Serzedello, de que existia uma quantidade exorbitante de moeda em circulação, e que se deveria limitar a propagação realizada pelo Banco do Brasil. É importante salientar que, entre os opositores do projeto governamental, havia críticas à sua centralização, porém, defendiam a restrição do banco da república de emitir o papel moeda, mas não o dos bancos estaduais, e é esta a temática vencedora. Cardoso destacou a participação de Serzedello Corrêa ao afirmar que em 1895 na qual: “A influência do Líder nacionalista e industrialista Serzedello Corrêa foi marcante. Corrigiram-se distorções fiscais, fazendo-se calcular o câmbio a 12d .e não a 24d. houve aumento geral de 25% nas tarifas e maior aumento para artigos produzidos no Brasil”<sup>251</sup>.

Acompanharemos agora as intervenções de Serzedello Corrêa no Congresso Nacional. Em toda a crise vivenciada no campo da economia, o Governo não poderia de forma alguma ser indiferente a situação como nos informa os registros dos Anais da Câmara dos Deputados, onde registrou a colocação de Corrêa:

Pela solidariedade íntima que liga as instituições comerciais e de crédito, que liga intimamente toda a respectiva série de fenômenos,

<sup>250</sup>Após o recebimento de trezentas cópias do projeto de Constituição elaborado pelo governo provisório a serem distribuídas entre os parlamentares, a Assembléia, seguindo as normas do regimento interno, na sessão do dia 22 de novembro, procedeu à eleição da comissão especial de 21 membros incumbida de dar-lhe um parecer. Foram eleitos para compô-la os seguintes parlamentares: deputado Gabino Besouro (Alagoas), senador Manuel Francisco Machado (Amazonas), senador Virgílio Clímaco Damásio (Bahia), senador Joaquim de Oliveira Catunda (Ceará), deputado José Lopes da Silva Trovão (Distrito Federal), senador Gil Diniz Goulart (Espírito Santo), deputado José Leopoldo de Bulhões Jardim (Goiás), deputado Casimiro Dias Vieira Júnior (Maranhão), senador Aquilino Leite do Amaral Coutinho (Mato Grosso), deputado João Pinheiro da Silva (Minas Gerais), Lauro Nina e Sodré e Silva (Pará), senador João Soares Neiva (Paraíba), senador Ubaldino do Amaral Fontoura (Paraná), senador José Higino Duarte Pereira (Pernambuco), senador Teodoro Alves Pacheco (Piauí), senador João Batista Laper (Rio de Janeiro), senador Amaro Bezerra Cavalcanti (Rio Grande do Norte), deputado Júlio Prates de Castilhos (Rio Grande do Sul), deputado Lauro Severiano Müller (Santa Catarina), deputado Bernardino José de Campos Júnior (São Paulo) e deputado Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão (Sergipe). Na sessão do dia 10 de dezembro, a comissão especial expôs ao Congresso seu parecer acerca do anteprojeto do governo provisório, contendo a aprovação ou rejeição das emendas apresentadas pelos parlamentares. O texto propunha poucas alterações, tendo sido as principais: a diminuição do mandato presidencial de seis para quatro anos; a eleição direta para o Senado Federal; pela seguinte prescrição: “Congresso, em lei especial, declarará os casos de incompatibilidade eleitoral”. No tocante à matéria tributária –, a supressão da cláusula que determinava a cessação dos tributos de exportação dos estados em 1898 – ou antes, se Congresso assim decidisse – e a concessão aos entes da Federação da quota de 10% sobre os impostos federais de importação de mercadorias estrangeiras destinadas ao consumo no respectivo território. [www.cepdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSEMBLEIA%20CONSTITUINTE%20DE201981](http://www.cepdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSEMBLEIA%20CONSTITUINTE%20DE201981) ( Consultado em 25/03/2019).

<sup>251</sup>CARDOSO, Fernando Henrique. **O Brasil republicano**, v.8: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 39

poder-se-á dar a queda daqueles que não tem, se quer sombra de responsabilidades nos acontecimentos. Pode acontecer que a propagação da crise chegue ao ponto de prejudicar os interesses financeiros do país e mis profundamente a sua situação econômica. E inquestionavelmente seria da maior sabedoria e do mais acendrado patriotismo evitar calamidades. Creio que, para isso devem corrigir os legítimos esforços dos que tem em mão a direção social<sup>252</sup>.

O equilíbrio financeiro passava situações difíceis, complexas que eram ligadas ao mercado internacional onde o desenvolvimento da indústria e a ênfase na agricultura por tempo indeterminado poderiam superar a crise. Resultados imediatos, todavia, somente com equilíbrio orçamentário:

Vê-se, portanto, que de pronto não há meio que recorramos para imediato resultado. São providencias de alcance seguro, mas demorado. Só uma coisa importante podemos e devemos obter desde já é o equilíbrio orçamentário ; deve ser este o nosso primeiro passo , e convencemo-nos que o conseguirá o esforço e dedicação da ilustrada comissão de orçamento , de cujas luzes e patriotismo o país tudo espera. O Sr. Serzedello – que há de corresponder a este dever<sup>253</sup>.

Serzedello Corrêa foi o defensor e ao mesmo tempo relator do projeto que tramitava na Casa e restritivo às emissões. Recorreu com ímpeto ao exemplo italiano, que conseguiu restabelecer o crédito público, por manter bem equilibrado o orçamento. Tutelou medidas para abraçar de vez a conversibilidade e ainda um pensamento basilar: uma intervenção direta do Estado na economia<sup>254</sup>. Observamos que a apologia da política tradicional ou ortodoxa ficou mais distante de pressupostos liberais clássicos, destacando uma ação enfática do Estado, alicerçado na cultura econômica, depois de uma pausa, mostrou que foi derrotado pelos bancos regionais, pois havia defendido na Comissão o corte nas emissões<sup>255</sup>. Porém, demonstrou que não apenas eles haviam realizado exageros, como que a pluralidade do projeto era obstáculo para emissões sob as suas ordens.

A maioria do Congresso votou a favor das restrições das emissões e por uma corrida pelo equilíbrio orçamentário, o próprio presidente manifestou a sua responsabilidade para com um orçamento equilibrado, quando contrário ao golpe em 1891 dirigiu-se a nação como nos relata, Edgar Carone:

A administração da Fazenda com a mais severa economia e a maior fiscalização no emprego da renda do estado será uma das minhas maiores preocupações. Povos novos e onerados de dívidas nunca foram felizes, e nada aumenta mais as dívidas do que as despesas sem

<sup>252</sup> **Anais da Câmara dos deputados**, ( 22/09/1891, p.468).

<sup>253</sup> **Anais da Câmara dos deputados** (22/09/1891, p.469).

<sup>254</sup> Para uma avaliação acurada de Serzedello Corrêa no Congresso Nacional e sobre a sua visão financeira do país ver CORRÊA, Serzedello. **O problema econômico Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1980.

<sup>255</sup> Ver **Anais da Câmara dos deputados** ( 13/10/1891, p. 322).

proporção com os recursos econômicos da nação, com as forças vivas do trabalho das indústrias e do comércio, o que produz o desequilíbrio dos orçamentos, o mal estar social, a miséria<sup>256</sup>.

Procuramos demonstrar que Campos Sales defendia a austeridade econômica, e isso se evidencia no saneamento de moeda quando assumiu a presidência da República. Por mais que Campos Sales, diante das circunstâncias fosse um intervencionista, procurou o equilíbrio nos argumentos liberais de que os governos, se vêm na obrigatoriedade de intervir na economia, conduzindo organizações comerciais e bancárias. É bom lembrar que esses argumentos não são novos, são os mesmos que foram utilizados anteriormente para a defesa do protecionismo. Possivelmente, a nova elite no poder queria modernizar o país, mostrando seriedade e competência para atrair o capital estrangeiro. O projeto de Campos Sales, um projeto econômico austero, não subordinado ao café, que tinha como objetivo sanear a economia do Brasil, para depois a partir de um Estado saneado, ver facilitada a atração de capital estrangeiro, promovendo a industrialização e uma diversificação da economia. Os discursos de Erico Coelho em 1899 confirmam o liberalismo econômico implantado por Campos Sales, levando o parlamentar a se distanciar do Governo, acusando-o de trair a nação:

Mas, se me fosse lícito escolher entre tão dignos personagens, como os que constituem o partido da concentração por um lado e da reconcentração por outro lado, eu diria que prefiro romper com eles nesse momento, em que se me afigura a pátria ameaçada moralmente, visto como apoio que SS. EEx. Prestam a pessoa do presidente da República é um perigo. Conheço esse partido de longa data, vim com ele desde a Constituinte da República e sei de que sacrifícios é capaz para salvar as instituições de 24 de fevereiro. Este partido, a que pertenci até ontem, digamos até hoje, porque só agora me deram passaporte – este partido tem tragado carros e carretas, baionetas e canhões, e porque, Sr Presidente? O governo da República, tenha de acomodar-se à tutela estrangeira que deprime a República, para não perturbar o demente que está à testa da Nação<sup>257</sup>.

Constatamos que Campos Sales obteve sucesso em construir uma “maioria” que concluiu a necessidade de apoiá-lo, onde nas assembleias preparatórias da Câmara, uma vez eleita em 1900, pela primeira vez dentro de novas normas, ficou claro que estas seriam obedecidas de maneira precisa. E essa política adotada pelo governo de soerguimento de crédito e principalmente de atração de capitais, teve consequências positivas como relatou

<sup>256</sup> CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1970, p. 24.

<sup>257</sup> **Anais da Câmara dos deputados**, (27/05/1899, p.194).

Gustavo Franco em seus dados<sup>258</sup>. Concluimos que os republicanos de São Paulo alcançaram sua meta que foi construir um projeto preponderante, superior, preeminente, abalizado no seu domínio financeiro, porém, com capacidade para trazer para o seu raio de circunferência grupos de todo o Brasil, grupos estes que não se coadunavam com uma política nacional que não se minimizava e nem se submetia ao café. Campos Sales procurou um equilíbrio, conhecedor dos desafios que tinha pela frente na perspectiva que os princípios econômicos fossem respeitados.

---

<sup>258</sup>Gustavo Franco e Marcelo de Abreu discorrem com propriedade a participação estrangeira no tocante ao investimento internacional que ao ver de ambos foi bem substancial ver, FRANCO, Gustavo. **A Primeira década republicana**. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana ( 1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

## CONCLUSÃO

As análises realizadas referentes os conflitos políticos no começo do novo regime, a República, demonstraram que, independente das influências dos governadores e dos anseios regionais, de maneira nenhuma podemos desmerecer o campo federal como o local de definições políticas e acordos naquele período. Convém lembrar, que nessa área foi realizada a pesquisa da República dos governadores de Campos Sales, com destaque entre as relações do Congresso e com o Presidente da República. O que foi utilizado nesta pesquisa focou dois fatores. O primeiro fator está baseado em questões determinantes ou decisórias que aconteciam no Congresso Nacional, em torno de correntes diferenciadas que se criavam no Parlamento, onde o Presidente precisava dialogar, chegar a um acordo, negociar; o segundo fator, foram observados os dispositivos ou mecanismos institucionais por meio dos quais se normatizavam os pactos entre os grupos constituindo-se suporte parlamentar.

O exame, nas verificações dos debates, de forma especial na Câmara dos deputados, possibilitou constatar detalhes importantes referente ao debate político, como as ligações com as potências estrangeiras, o nível de intervenção do Estado, os laços entre os vencedores e os derrotados depois que se concretizou de uma vez por todas a vitória do movimento republicano. Certamente os posicionamentos de determinados grupos quanto a essas questões auxiliaram na fundamentação das correntes políticas que concentraram no Congresso nos anos antecedentes à Política dos Governadores. Nas agitações no Parlamento ficou clara a relevância da demanda republicana. Para defender a República houve a união de vários setores dos estados, em uma aliança nacional, com um projeto reconhecível. Entender sua presença ajudou a constatar o entendimento dos grandes atritos políticos; ignorar essa questão ficaria complicado resgatar o sentido das principais manobras do período que se minimizou na criação de um partido, o PRF e a própria aliança promovida por Campos Sales. Para que a Política dos Governadores desse certo foi de suma relevância o presidente de São Paulo ter o apoio dos republicanos históricos, os quais se aliaram com o Marechal de Ferro, Floriano Peixoto, e de forma consequente criar o PRF. O projeto colocado em evidência por Campos Sales foi a sua maior parte semelhante ao do PRF, como, a austeridade econômica, fundamentado na defesa e prática da Constituição de 1891, ou seja, da República, do federalismo e do presidencialismo. A vitória de Campos Sales, levando-o a tornar-se presidente da República, fez com que houvesse em seu governo importantes modificações, em que a

direção das articulações no Congresso saiu das mãos dos florianistas e fossem para os republicanos legalistas; e o foco deixou de ser uma defesa da nação e sim um combate acirrado contra a crise econômica instalada a muito tempo e perniciosa para o país.

Causou muita surpresa verificar que a política econômica de Campos Sales teve suporte de importantes parlamentares que estavam em destaque no Congresso em que estes faziam apologia ao protecionismo, industrialismo e intervencionismo do Estado. O que vimos foi que a defesa do orçamento equilibrado, do saneamento de moeda e da austeridade financeira, não eram em momento algum conflitante com programas modernizantes voltadas para a industrialização. Campos Sales liderou os republicanos históricos, e, em contrapartida construiu um meio de organização que a partir de alianças, buscou apoio no Congresso que seria conduzido pelos governadores, e não mais por um partido político em defesa do republicanismo. É bom lembrar, que esta questão desenvolvemos em um dos capítulos onde a guerra política ganhou características individuais baseada na Constituição de 1891. Lembremos, que o formato adotado baseou-se em geração de novos atores; numa dinâmica do Legislativo-Executivo; na relação do poder local e central, onde fora resolvido o problema principal dos regimes presidencialistas, o sistema dava a possibilidade de diminuir os atritos entre os poderes Executivo e Legislativo. Por meio de nossas idéias procuramos apresentar, o posicionamento do Presidente que procurou impulsionar a regionalização dos representantes do Congresso, enfatizando o federalismo. Campos Sales obteve progresso na articulação de suportes regionais na execução de sua política. Contudo, a sua política não era a única, e sim, porque venceram outras que se apresentaram. Por fim, diante do programa apresentado por Campos Sales vimos que era obrigatório: derrotar outro programa apresentado pelos florianistas, colocar como alternativa Campos Sales representante direto dos republicanos históricos e arquitetar um acordo de dimensão nacional alicerçado, abalizado sobre a política principal, a econômico-financeira.

Concluimos que entre bancadas divididas, representando possíveis divergências dentro dos estados, e bancadas unânimes, privilegiando a visão totalitária da corrente majoritária no estado, Campos Sales optou pela segunda. Essa decisão anula qualquer interpretação sobre a aliança circunstanciada a considerações valorativas. Definitivamente, ele não nasce de uma visão de mundo, de uma cosmologia individual, tampouco de uma reação à necessidade do presidente em assegurar apoio para sua política econômica – financeira. Como vimos, *concentrados* e *republicanos* eram concordes quando entravam em pauta a política fiscal e a estabilização monetária do país. O estudo

da configuração ideológica e do jogo de forças políticas no Parlamento revela, antes, que a principal motivação da reforma do regimento interno de 1899 foi o reconhecimento do realinhamento político partidário então em curso nas unidades da federação, com a falência de uma legenda nacional e a estruturação de uma competição marcadamente regional. Visava-se contornar uma realidade contingencial, determinada pela situação política dos estados. Entretanto, os especialistas tendem a deduzir da estabilidade normalmente atribuída a política dos governadores como unanimidade política e a inoperância do próprio poder Legislativo federal. De um lado, a legislatura iniciada na década de 1900 dividida onde mesmo após a reforma regimental do ano anterior, as bancadas das circunscrições federativas mais relevantes do ponto de vista socioeconômico seguirão linhas distintas, a exemplo da contraposição entre a representação baiana, inteiramente *concentrada*, e a paulista, toda *republicana*. De outro, o aparente equilíbrio alcançado por Campos Sales no Parlamento não finalizaria as negociações partidárias, diversos sendo os conflitos que tiveram lugar quando se tratava da definição das candidaturas presidenciais. Em comum, denotam as evidências das bases lançadas para o governo Campos Sales de 1898 a 1902.

**FONTES:**

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. Rio de Janeiro: Revista dados, vol.31, n°1, 1988

ARQUIVO NACIONAL. Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luis Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro : O arquivo, 2009.

Arquivo do Estado de São Paulo, Suplemento do Centenário. Campos Sales, o homem e o político. O Estado de São Paulo, n° 9, 01/09/1975.

Apontamentos para a História da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro:Imprensa Nacional, 1890.

Estado, instituições e democracia: República. Brasília: Ipeia, 2010.

FRITSCH, Winston. Sobre as interpretações da lógica político- econômica na Primeira República. Estudos Econômicos, São Paulo, IPÊ/USP. .15, p.342, maio/ago.1985.

Mensagem ao Congresso Nacional por Prudente J. de Moraes Barros. Anais da Câmara dos Deputados, 3/5/1897.

Anais da Câmara dos deputados 13/10/1891.

Anais da Câmara dos deputados 22/09/1891.

Anais da Câmara dos Deputados. 2/6/1897.

Anais da Câmara dos Deputados, 15/05/1899.

Anais da Câmara dos Deputados, 25/05/1899.

Anais da Câmara dos Deputados, 27/05/1899.

Anais da câmara dos Deputados, 20/10/1899.

Regimento Interno da Câmara de deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. *Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro*. Rio de Janeiro: Revista dados, vol.31, nº1, 1988

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do Poder: Bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana ( 1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BARBOSA, Ruy. *Pensamento e Ação de Ruy Barbosa/ Organização e seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa*. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

BEIGUELMAN. Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Pioneira, 1968.

BEHRING, Elaine Rosseti. *Política Social: fundamentos e História/ Elaine RossetiBehring, IvanetBoschetti*. São Paulo: Cortez, 2017.

BLONDEL, Jean. *As Condições da Vida no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro: FGV, 1957.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política/ Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmem C.;coord.trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luís Cacaís*. – Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais ( 1889-1930 )*. São Paulo, DIFEL, 1970.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo:Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. Companhia das Letras, 1985.

\_\_\_\_\_. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos Militares á Prudente Campos Sales. História Geral da Civilização brasileira- Estrutura e Poder*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. CASTRO, De Sertório. *A República que a Revolução destrui*. Rio de Janeiro: eBooksBrasil, 2002.

- CASTRO, Ângela de Castro. *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato-Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 2006.
- COSTA, EMÍLIA VIOTTI. *Da monarquia á república: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do Marechal: Intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. Brasília: FUNAG, 2017.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e praxis dos seus programas*. Brasília: EUB, 1981.
- DEBES, Célio. *Campos Sales, perfil de um estadista*. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria Francisco Alves, 1978.
- DOLHNIKOFF, Mirian. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional*. In: JANCÓS, I. (org.) *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- GUANABARA, Alcindo. *A Presidência Campos Sales*. ( Brasília : Senado Federal, 2005, Coleção “ Biblioteca Básica Brasileira ” ).
- FAUSTO, Boris. *Pequenos Ensaio de História da República: 1889-1945*. São Paulo: Cebrap, 1972.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1976.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- FRADIQUE, Mendes. *História do Brasil pelo Método confuso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilho e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1966.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LIMONGI, Fernando. *Presidencialismo e apoio partidário no Congresso*. Monitor Público, v.3, n.8, p jan./mar.1996.

- LYRA, Tavares. *A cisão do Partido Republicano Federal em 1897: um documento inédito.* (palestras). Revista do IHGB, v.184, p.195-206, julho/setembro. 1944.
- LEVINE, Robert. *O Sertão Prometido: o massacre de Canudos.* São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República.* Rio de Janeiro: Topobooks, 2015.
- LOVE, Joseph. *A República brasileira: federalismo e regionalismo ( 1889-1937 )* . São Paulo: Difel, 1961.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho.* São Paulo: Perspectiva, 1971.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República.* São Paulo: Brasiliense, 2003.
- JAY, John. *Os poderes da Federação.* Filadélfia: Universidade do estado da Pensilvânia, 2001.
- JAQUES, Paulino. *Curso de Direito Constitucional.* Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- KING, Preston. *Federalism and Federation.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil Hegemonia.* Um estudo sobre São Paulo na Primeira República. Tese de Doutorado em Ciências Políticas na USP, 1986.
- MAGALHÃES, Maria Carmem C. *O Mecanismo das “Comissões Verificadoras” de Poderes.* Brasília, 1986.
- MARTINS, Ana Luiza. *O Despertar da República.* São Paulo: Contexto, 2002.
- MARTINS, Cristiano Franco. *Princípio federativo e Mudança Constitucional – Limites e Possibilidades na Constituição brasileira de 1988.* Rio de Janeiro: Lemens Juris, 2003.
- MEDEIROS, Borges Augusto. *O poder Moderador na República presidencial.* Porto Alegre: EDUCS, 1993.
- MENESES, Raimundo. *Vida e obra de Campos Sales.* São Paulo: Martins Editora, 1974.
- MONTEIRO, Tobias. *O presidente Campos Sales na Europa.* Brasília: Senado Federal, 2005.
- MORAES, Maria Augusta Santana. *História de uma Oligarquia: os Bulhões.* Goiânia: Oriente, 1974.
- MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República Consentida.* Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo.* São Paulo: Contexto, 2017.

- OLIVEIRA, Antonia Terezinha. *Políticas públicas e atividades administrativa*. São Paulo: Fiuza, 2005.
- OLÍMPIO, Telmo; WANNY, Fernandes. *O poder Moderador e a supremacia executiva após 1988*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.
- PRADO, Eduardo. *Fastos da Ditadura Militar no Brasil ( 1890 )*. Paris: Revista de Portugal, 1890.
- PEIXOTO, João Paulo. *Presidencialismo no Brasil: História, organização e funcionamento*. Brasília: Senado Federal, 2015.
- PORTO, Costa. *Os Tempos de Rosa e Silva*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- QUEIROZ, de Suely Robles Reis. *Os Radicais da República*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1988.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Coronelismo numa Interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Boris ( org. ) *História Geral da Civilização Brasileira*, t.3, v.1. 2007.
- SALES, Campos. *Da Propaganda á presidência*. Ed. Fac. Similar. Brasília: Senado Federal, 1998.
- SALES, Campos. *Manifestos e mensagens ( 1898-1902)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.
- STEINBERG, Marília. *Território, Estado e Políticas Públicas espaciais*. São Paulo: Ler Editora, 2001.
- SILVA, Hélio. *História da República Brasileira* . São Paulo: Editora 3,1975.
- SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism e Federalismo 1889-1902*. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos – Série Estudos Históricos, vol.4: Brasília – Senado Federal, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O federalismo na Política dos Governadores*. São Paulo: USP, 1981.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *O processo político partidário na Primeira República*. São Paulo: Difel, 1968.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1960.
- Textos Políticos da História do Brasil – Primeira República, volume III. Brasília: Senado Federal, 2002.

- TAVARES, Luis Henrique Dias. *As idéias políticas de Manoel Vitorino*. Brasília: Senado Federal/FCRB, 1981.
- TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História da cidade de São Paulo*/ Affonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- TORELLI, Leandro Salman. *A defesa do café e a Política cambial: Os interesses da elite paulista na Primeira República ( 1889-1920)*. Campinas: Unicamp, 2004.
- TREVISAN, Leonardo. *A República Velha*. São Paulo: Global, 1982.
- VILLA, Marco Antônio. *Canudos o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do café-com-leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- WEBER, Max. *O político e o cientista*. Lisboa: Presença, 1973.
- WITTER, José Sebastião. *As idéias políticas de Francisco Glicério*. Brasília: Senado Federal / FCRB, 1982.
- WITTER, José Sebastião. *Partido Republicano Federal ( 1893-1897 )*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WITTER, José Sebastião. *As idéias políticas de Francisco Glicério*. Brasília: Senado Federal / FCRB, 1982.
- WILSON, Woodrow. *Governo Congressista: O estudo da política americana*. New York: Meridian, 1956